



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**ANDRÉ BOJIKIAN CALIXTRE**

**A CONDIÇÃO INFORMAL: REFLEXÕES SOBRE O  
PROCESSO DE INFORMALIDADE NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
AO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ÁREA DE  
CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA SOCIAL E DO  
TRABALHO.

**PROF. DR. JOSE RICARDO BARBOSA GONÇALVES – ORIENTADOR**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA  
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR ANDRÉ BOJIKIAN  
CALIXTRE E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSE  
RICARDO BARBOSA GONÇALVES.

A handwritten signature in black ink is written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "José Ricardo Barbosa Gonçalves".

CAMPINAS, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –  
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

C129c Calixtre, André Bojikian, 1982-  
A condição informal: reflexões sobre o processo de informalidade no Brasil contemporâneo/ André Bojikian Calixtre. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Jose Ricardo Barbosa Gonçalves.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Setor informal (Economia). 2. Desenvolvimento econômico.  
3. Mercado de trabalho. I. Gonçalves, Jose Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

11-047-BIE

**Informações para Biblioteca Digital**

**Título em Inglês:** The informal condition: reflections on the informality process in contemporary's Brazil

**Palavras-chave em inglês:**

Informal sector (Economics)

Economic development

Labour market

**Área de Concentração:** Economia Social e do Trabalho

**Titulação:** Mestre em Desenvolvimento Econômico

**Banca examinadora:**

Jose Ricardo Barbosa Gonçalves

Marcelo Weishaupt Proni

Marcia de Paula Leite

**Data da defesa:** 21-02-2011

**Programa de Pós-Graduação:** Desenvolvimento Econômico

# Dissertação de Mestrado

Aluno: André Bojikian Calixtre

**“A Condição Informal: Reflexões sobre o Processo de Informalidade no Brasil Contemporâneo”**

Defendida em 21 / 02 / 2011

## COMISSÃO JULGADORA



**Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves**  
Instituto de Economia / UNICAMP



**Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni**  
Instituto de Economia / UNICAMP



**Prof.ª Dr.ª Marcia de Paula Leite**  
Faculdade de Educação / UNICAMP



**Esta dissertação foi financiada por recursos públicos do Estado brasileiro, providos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, durante o período de março de 2008 a março de 2010.**

**À minha família, em especial:**

**À Daniela,**

**A meus pais Luis Fernando e Susana**

**e irmãos, Felipe e Letícia.**

**À Jolie e Sophia.**



### **Agradecimentos:**

Este conjunto – espera-se – sistemático de reflexões não teria sido possível sem uma profícua e, simultaneamente, misteriosa relação entre aluno e professor. A produção de conhecimento é algo muito simples de transmitir por qualquer espaço em que se argumente, discursar, objetivar, enfim, em que a linguagem encontre nexos instrumentais para informar o outro. O ensino da arte de pensar, no entanto, é muito mais complicado. Há um abismo que separa a compreensão do mundo como sucessão de causas e efeitos (dado pelo conhecimento científico) e o pensar sobre o mundo. Neste último, a presença do Professor tem como pressuposto o acúmulo de conhecimento, mas depende, fundamentalmente, de seu compromisso com o exercício do intelecto.

O que I. Kant compreendeu como a grande cisão moderna – conhecimento e pensamento – T.S Eliot capturou com muita beleza: “pensar é estar fora do tempo, (...) mas (...) somente através do tempo pode o tempo ser conquistado”. No entanto, deve-se sempre lembrar o que o Professor ensinou, que não há pensamento sem tempo, não há pergunta sem história. Pensar, portanto, não é estar *fora* do tempo, é o próprio ato de compreender o tempo, dentro dos limites estabelecidos por sua conquista, ou seja, dentro da capacidade do ser perguntar sobre seu presente.

A história é sempre presente, é a pergunta sobre o passado do que aflige o homem para o futuro. Devo esta e muitas outras reflexões a professores que me ensinaram sobre a arte de pensar, especialmente meu orientador, José Ricardo. A relação com ele manifestou-se desde a graduação, lá soube transformar um aluno culto num aluno pensante, certamente o mais precioso dos dons de ensinar. O processo foi silencioso, em lamúria, e somente se objetivou no curso de mestrado. O caminho, no entanto, já estava traçado. Lembro-me com perfeição, num dos primeiros cursos da graduação, quando ele indicou *Pierrot Lunaire*, de Schönberg, para ouvir... o fiz por sete vezes, depois disso nunca mais fui o mesmo. Já conhecia algumas principais obras da música clássica, formação da qual agradeço humildemente pelo esforço de meus pais. Não sabia, no entanto, pensar sobre a música pela destruição de seus pressupostos: naquele momento houve uma transformação dentre muitas outras com outros professores, ali estava cumprido um objetivo da arte de ensinar.

Agradeço ao Professor, a única hierarquia possível numa sociedade livre.

À família, que, desde os parentes mais antigos, meu bisavô, bisavó, avós, pais, em diante traçaram uma linha condutora que serviu de pressuposto para a educação culta e informada sobre o mundo. Um pressuposto indispensável à sobrevivência do ser, que se encontrará com a suficiência sempre incompleta do livre pensar na academia.

Aos colegas e amigos de vida, fonte infinita de boas reflexões, em pé de igualdade, portanto organicamente necessárias ao desenvolvimento das escassas sinapses disponíveis no mundo. Muitos deles contribuíram diretamente com a execução deste trabalho.

Agradeço aos prévios leitores deste texto. Aos Professores Alexandre Barbosa, Dari Krein, Marcelo Proni e Márcia Leite, todos eles fizeram crescer imensamente a densidade do argumento e contribuíram para que ele saísse, um pouco, da massa disforme inicial, fruto evidentemente de meu pensamento ainda ingênuo, ainda desorganizado. Não os ofenderei com o clichê de dizer que a responsabilidade pelos erros da dissertação seria toda minha. Isso não é verdade. Ensina Hannah Arendt que, como homens sociais e políticos, todos somos responsáveis pelos atos de todos. Se há algo, no entanto, do qual posso absolvê-los de pronto, é da culpa pelos erros nesse texto. O culpado serei eu apenas.

Novamente, ao Professor Jose Ricardo Barbosa Gonçalves, que aceitou pacientemente conviver com a anarquia cotidiana deste trabalho. Que muito pouco se assemelha a uma dissertação *stricto sensu*, mas que nem por isso permitiu que as exigências formais da academia impedissem a execução do argumento. Por superar todas as já imensas expectativas que tinha antes de convidá-lo para a orientação, e por tolerar minhas limitações à execução de idéias ousadas, que escapam da correta percepção num nível apenas de mestrado. Por entender, como Professor versado nessa arte, que isso leva tempo, mas que, sem a tentativa, é impossível de ser conquistado.

À Daniela, por fim. Companheira de luz e de sombras, sem ela esta reflexão jamais teria existido, pois foi dela o convencimento para enfrentar meus preconceitos da rigidez e falência acadêmica e alegremente redescobrir uma instituição pulsante que luta para sobreviver aos ataques da estultice massificada.

**Resumo:**

Pretende-se versar sobre a questão da informalidade como um modo de vida, um conceito que, em suas múltiplas manifestações, surge no debate internacional, aos fins dos 1960 e torna-se um dos elementos fundamentais para a compreensão do mercado de trabalho no Brasil contemporâneo, nos outros países subdesenvolvidos e mesmo no mundo desenvolvido. No Brasil, a ponte entre a informalidade e o desenvolvimento socioeconômico será entendida como a dinâmica histórica da formação social capitalista brasileira. Esta dinâmica pode ser condensada, no que se refere ao sentido do desenvolvimento, como a interdependência entre moderno e arcaico, manifestada ora na forma de complementaridade, ora de antagonismo aberto e insuperável, mas sempre no sentido de mutualidade mediante constante reinvenção do moderno e do arcaico no processo histórico.

Por meio dessa interpretação, encontrar-se-á o espaço em que se reproduzem as relações entre um sujeito histórico específico, criador de um Estado nacional cujo funcionamento é igualmente peculiar. Enfocando a questão do trabalho, essa relação contemporaneamente se reproduz em meio a um Processo de Informalidade, ou seja, de formas dinâmicas e subordinadas de organização da produção exercidas pelo bloqueio da racionalização das relações entre esferas pública e privada. Ao capturar o sentido deste trabalhador informal e sujeito histórico, em busca de padrões de sociabilidade distintos dos espaços formais da economia é possível avançar na compreensão de sua *condição informal*, bem como dos limites e possibilidades transformadores para o desenvolvimento nacional.

**Palavras-chave: Informalidade, Desenvolvimento Socioeconômico, Mercado de Trabalho**



## **Abstract**

*The Informal Condition: reflections on the Informality Process in contemporary's Brazil.*

*It is intended to board Informality as a way of life, a concept which in many ways appears in the international debate, to the end of 1960s and became one of the key elements for understanding labour markets in contemporary's Brazil and other underdeveloped countries, and recently in the developed world. In Brazil's case, the bridge between informality and socioeconomic development is based on historical dynamics of Brazilian capitalist social formation. This dynamics can be condensed, regarding to the direction of development, as the interdependence between modern and archaic social structures, sometimes manifested as complementarities, sometimes undefeatable antagonism, but always in the sense of mutuality through constant reinvention of modern and archaic in the historical process.*

*Using this interpretation, it will be searched for the "locus" that reproduces the relationship between a specific historical subject, creator of a National State whose operation is also peculiar. The working hypothesis stands that this relationship is reproduced simultaneously in the midst of an Informality Process, ie, in dynamic forms and also subordinate organizations of production focused on blocking rationalization of relations between public and private spheres. By capturing the meaning of this informal worker and historical subject, searching for distinct patterns of sociability of the formal economy, it is possible to advance the understanding of their Informal Condition as well as the limits and possibilities for national development changing.*

**Key-words: Informality, Socioeconomic Development, Labour Market**



## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Estimativa da Informalidade no Brasil Urbano (população ocupada) .....	70
Gráfico 2 - A Área Cinza da Informalidade no Brasil Urbano Ocupado .....	72
Gráfico 3 - Outro olhar sobre a área cinza da informalidade .....	73
Gráfico 4 - Estimativa da Informalidade no Brasil (população ocupada) Urbano e Rural. ....	90

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 Posição na Ocupação em 1970 (% da população ocupada)- áreas urbanas.....	63
Tabela 2 – Posição na Ocupação (% população ocupada), segundo metodologia do Salário Mínimo Necessário (SMN). 1995-2007. Brasil Urbano e Rural.....	89



## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Do Quênia para o Brasil? Releitura do debate internacional sobre a Informalidade. ...	9
1.1 – O ocidente no espelho: do espanto antropológico à teorização da informalidade.....	16
1.2 – Capitalismo financeiro e Processo de Informalidade .....	25
Capítulo 2 – A dualidade e o sentido mútuo do Moderno e do Arcaico na formação do mercado de trabalho brasileiro. ....	33
2.1 – A dialética da transição do cativo para afirmação positiva do trabalho .....	36
2.2 – Dinâmica capitalista e a sobrevivência do arcaico no moderno .....	44
Capítulo 3 – Condição Informal e Desenvolvimento .....	61
3.1 – Aproximação metodológica para um problema multidimensional.....	66
Considerações Finais .....	75
Bibliografia.....	81
ANEXO .....	89

## Introdução

Numa pesquisa não-científica de uma amostra não-estatística, perguntei a um conjunto de trabalhadores de algumas cooperativas populares de Campinas se estariam dispostos a trocar a atividade desenvolvida por um emprego com carteira assinada: rapidamente, todas as respostas foram positivas, exceto as de uma ou duas lideranças hesitantes. Apesar de estarem comprometidos com empreendimentos supostamente autogestionários – com a libertação do trabalho pelo próprio trabalho – eles trocariam toda essa experiência pela segurança de contribuir para o grande sistema capitalista, como trabalhadores, explorados, alienados, porém oficialmente protegidos pelo Estado burguês.

Independentemente do salário oferecido pela carteira assinada, o mundo formal, para os trabalhadores brasileiros, está repleto de um ar misterioso de proteção social, como se alcançar a carteira significasse algum porto-seguro para a família, um horizonte possível para planejar o futuro que, nas condições atuais, seria impossível de ser, sequer, pensado. Mas a proteção social do trabalho, para uma parcela da população brasileira, é, de fato, uma realidade concreta, que se projeta para a outra parte como uma possibilidade real de escapar da dessocialização provocada pela pobreza moderna. A chamada informalidade no mercado de trabalho confunde-se com diversos conceitos correlatos, mas não idênticos, de *pobreza, incerteza, desproteção, transitoriedade, imediatismo* e, fundamentalmente, da *desigualdade*.

Dentro desse simples evento concreto reside uma contradição fundamental: o modo de vida moderno está cindido entre formas protegidas e desprotegidas pela ordem pública; porém o moderno é ao mesmo tempo formal e informal, suas **tensões** racionalizadoras encontram-se **permanentemente** com a destruição do tempo tradicional – forças ambas constituintes do moderno como uma contradição, pois o racional existe como negação da tradição e afirmação de um tempo objetivo, enquanto o tempo tradicional existe como negação do tempo moderno. A condição informal do trabalhador antes descrita projeta-se como desejo de ascensão social a concretização do contrato, materializado na carteira assinada. Este sistema de pulsões encontra uma antítese nas experiências dos grupos contidos na chamada formalidade, tencionando as fronteiras do contrato objetivo para auferem rendas extraordinárias do trabalho para além de sua

circunstância formal. O encontro dessas forças modernas é o objeto que se pretende aqui estudar, sob a ótica de que a transformação moderna da sociedade, suas forças objetificadoras, faz-se contraditoriamente com a superação de formas arcaicas de vida, centradas na personificação. O encontro dessas forças define-se pelas condições históricas da formação social, portanto é o estudo das tensões entre o moderno e o arcaico *in locus* brasileiro, a partir das pulsões originais da sociedade que nasce da expansão do ocidente e se organiza como uma “civilização particularíssima” (Florestan Fernandes) a partir das tensões herdadas ocidente metropolitano, este que se transformará completamente após o contato com o Novo Mundo.

O foco desta dissertação, no entanto, privilegia a construção social do trabalho a partir de seus referenciais contratualistas da modernidade, ou seja, como a formalidade contrapõe-se em essência à informalidade do trabalho. Adotaremos esta cisão, fundamentalmente, para refutá-la, pois as relações entre o trabalho formal e informal precisam ser compreendidas num espectro mais amplo que o da segmentação em categorias do mercado de trabalho. Informalidade não se resume a apenas uma circunstância laboral, é antes uma condição de vida de parcela expressiva das sociedades pós-coloniais<sup>1</sup>, sobretudo, para esta dissertação, a brasileira, e contemporaneamente assumiu seu espaço no dito mundo desenvolvido. O longo processo histórico de constituição de sociedades capitalistas – mediante ondas de expansão da acumulação mercantil e posterior universalização industrial – não se concretizou como um mundo homogêneo da razão. Ao invés de reproduzir o que no centro foi um antagonismo entre o passado medieval das tradições e a modernidade antropocêntrica, a formação da periferia criou uma “civilização” na qual parte desse mundo do Antigo Regime reproduz-se em estruturas econômicas arcaicas de poder senhorial em meio a uma sociedade trabalhadora marcada pelo escravismo, e onde o moderno não apenas coexiste com esse arcaico, mas está mutuamente ligado a sua existência, ora subordinando-se, ora subordinando a dinâmica da reprodução social.

Nessa periferia, a persistência das raízes coloniais após a independência e, quando posteriormente o mundo moderno projeta-se para estas sociedades como a alternativa possível do

---

<sup>1</sup> Excluem-se deste argumento as colônias anglo-saxônicas e as asiáticas, por razões de não ter havido nelas um colonialismo mercantilista típico nesta região tal como houve nas colônias latino-americanas e africanas. O critério não é geográfico, tampouco referência ao metropolitanismo de tipo ibérico (uma vez que muitas destas foram colonizadas por outras metrópoles que não a Espanha ou Portugal), e sim a existência de estruturas coloniais organizadas dinamicamente pelo capital mercantil, na qual a feitorização e o tráfico de mercadorias (coisas e pessoas-coisas) são traços essenciais. Resumidamente, o critério é que se trata de colônias tipicamente de exploração.

desenvolvimento nacional mediante incorporação do setor tipicamente capitalista da indústria pesada, a persistência do passado reproduz o subdesenvolvimento com elevado dinamismo econômico e relativa mobilidade social, porém sem extirpar as raízes personalistas, senhoriais, escravistas e privatistas do mundo arcaico. O capitalismo constitui-se, mas a modernidade é parcialmente absorvida pela racionalização e formalização das relações sociais do trabalho, sob a normativa jurídica garantidora de direitos e deveres, e o restante é indiretamente absorvido por setores periféricos ou também integrados, dinâmica ou subordinadamente, do trabalho, sob a Informalidade, entendida como forma jurídica imperfeita de exercício da Ação Política.

A definição que se propõe sobre a informalidade é tributária da concepção de Hannah Arendt<sup>2</sup> sobre aspectos fundamentais da Condição Humana, dentre as quais a separação entre vida privada e vida pública, nas sociedades ocidentais, portanto essencialmente influenciadas pela tradição greco-romana, permite ao sujeito exercer, por meio do discurso objetivo e formal, uma cisão entre sua existência particular (suas pulsões da vida privada) e a vida pública. A informalidade seria um modo de vida que bloqueia a separação entre as esferas pública e privada e provoca a obnubilação do discurso objetivo para a Ação Política. Esse modo de vida, ao se reproduzir no seio da modernidade, passa a ser a própria Condição Informal, que impõe especificidades ao processo de racionalização do ocidente por meio da política, ao mesmo tempo em que, como condição, sobrevive às tentativas de universalização e homogeneização da expansão da vida tipicamente moderna, entendida como aquela cidadania plena do indivíduo em sociedade.

Acesso a direitos e exercício dos deveres, todos coletivos, essa máxima da racionalização moderna é apenas compreendida com uma das forças dinâmicas na questão do trabalho nas economias periféricas, pois as forças, também modernas, da transitoriedade, da dessocialização – a dissolução rápida dos laços sociais provocada pelo desencantamento do mundo das tradições – são igualmente profundas na dinâmica contemporânea do capitalismo pós-colonial, que se combinam à difusão do tempo racional, seja ele o tempo da produção industrial, seja do planejamento como antecipação do tempo. A formalização dos laços sociais, especialmente no âmbito econômico, promovida pela modernidade em sua face tipicamente racionalizadora, permite o acesso direto do sujeito moderno com seu Estado moderno, este construído a partir das

---

<sup>2</sup> (ARENDR; 2003a)

tensões da sociedade, e possibilita um controle extraordinário do homem sobre seu incerto destino. Os ruídos e descaminhos neste processo, no entanto, revelam que a formalidade, que deveria ser entendida pela estrita objetividade do reconhecimento da cidadania do ser em meio à sociedade, sempre esteve imbricada por processos distintos de relacionamento social, cujo princípio não se organiza pela racionalidade, e sim pela reprodução de formas arcaicas no seio da modernidade. Esse ruído foi primeiramente percebido nos países pós-coloniais, no nascimento do conceito de informalidade (posteriormente reduzido à categoria), mas tornou-se parte integrante do novo padrão de acumulação flexível, tendo em vista esse processo comum de expansão do ocidente moderno por incorporação, e sem a destruição, do arcaico. Essa permanência dentro do moderno é base do conceito de informalidade como um modo de vida, especialmente quando se observa a história da periferia do capitalismo, delimitada por América Latina e África.

No Brasil, as múltiplas faces da modernização, ou a idéia – por exemplo, posta em prática com toda a força do regime militar – de que a industrialização, por si mesma, levaria à constituição de uma sociedade civilizada, criou uma desigualdade social profunda, que deve ser entendida por suas também múltiplas manifestações. O processo de informalidade brasileira é anterior à abertura dos anos noventa, pertence ao esforço em extirpar as raízes coloniais mediante incorporação da sociedade industrial, substituindo as bases agrário-exportadoras e senhoriais pelo mito de uma sociedade moderna plenamente racionalizada pelo modo formal de vida. Os esperados padrões homogeneizadores, observados nos países centrais, no entanto, assumiram direção oposta na modernização conservadora, na qual a dualidade arcaico-moderno – deve-se dizer, presente na transição entre feudalismo e capitalismo na Europa –, *mutatis mutantis*, manifestou-se, na periferia, como mutualidade.

Nesse enfoque de análise, permeada pelas estruturas endógenas de criação e destruição das sociedades periféricas, reprodutoras da associação mútua entre o moderno – a impessoalidade, a separação entre vida pública e privada, o contrato social – e o arcaico – o mundo colonial do privilégio, o patriarcalismo, a ordem escravocrata – é que se encontra o objetivo de interpretar a dimensão informal da sociedade brasileira. Interpretar a partir dessa dinâmica, do período nacional-desenvolvimentista do século XX (1930-1980) – no qual a “ilusão-real” da industrialização permitia assumir como objetivo a superação dos mundos duais pela extinção do arcaico – ao novo padrão de acumulação e de produção capitalista, que se inicia,

no mundo, aos fins dos 1960 e rebaterá na sociedade brasileira aos fins dos 1980, mas no qual a sobrevivência da especificidade do capitalismo brasileiro combinou-se ao processo real de desregulação das sociedades de bem-estar e produziu uma nova relação entre trabalho formal e informal.

O termo “informal”, no entanto, aparece dentro do Sistema das Nações Unidas, mediante autores europeus preocupados com o resultado da grande expansão capitalista no pós-guerra aos países recém-nascidos africanos e, posteriormente, com a análise crítica dos resultados da industrialização na periferia clássica, principalmente na América Latina. O discurso da informalidade formou-se em contraposição às economias formalizadas do centro e, ao mesmo tempo, em contraponto às teorias do centro sobre a marginalidade estrutural. Carregou consigo um componente forte de dualidade entre o arcaico (que se identificava, posto que não integralmente, com informal) e o moderno (*idem*, formal), ainda que os textos pioneiros não manifestassem esse antagonismo com tanta clareza.

Por intermédio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a temática alcança a América Latina em meados dos 1970. A abordagem da economia informal será, no entanto, reapropriada pela literatura brasileira no momento em que a dinâmica capitalista encontrava-se na crise do modelo nacional-desenvolvimentista e do endividamento externo. O conceito referia-se à subordinação do informal ao formal, dos setores não tipicamente capitalistas ao setor da acumulação moderna e independente do capital. De todo modo, o termo “formal-informal”, apesar de não ser substituto perfeito da dualidade arcaico-moderno, está diretamente relacionado a esse paradigma, e é nele, portanto, em que se devem concentrar os esforços desta investigação.

O primeiro tema deste trabalho é: refletir sobre que aspectos históricos e estruturais o debate internacional sobre informalidade, consolidado no Sistema das Nações Unidas, especialmente nas agências especializadas da CEPAL e da OIT, serviram de plataforma para o debate nacional sobre o desenvolvimento socioeconômico. Tem-se, ademais, como pressuposto, que as sociedades periféricas interpretam e atuam no seu próprio destino de forma relativamente autônoma assim como na temática internacional, as quais levantam perguntas e problemas igualmente de acordo com suas necessidades específicas. Haveria, portanto, categorias analíticas

imbricadas, que, não necessariamente, configurar-se-iam ao mesmo tempo nas esferas nacional e internacional do debate acadêmico.

Nessa diferença temporal dos problemas, mas não necessariamente da natureza destes, percebe-se que parte substancial das preocupações dos clássicos do pensamento brasileiro são, de formas distintas, tratadas pelos autores internacionais em outras realidades, que, ao se debruçarem sobre a problemática da expansão capitalista, depararam-se com conformações autônomas que desafiam o senso comum constituído no centro das sociedades do pós-guerra. Esse espanto permitiu a crítica e a criatividade de conceitos que são mais radicais quanto mais próximos do evento estudado os autores estiveram. Por isso, este trabalho privilegia os pioneiros do conceito de informalidade (Keith Hart e Hans Singer, especificamente) porque há detalhes importantes nas análises de inspiração antropológica destes autores, que permite avançar no conceito do trabalho formal e informal para o Brasil.

O segundo tema, que se desenvolve sucessivamente à conclusão do primeiro, detém-se na natureza do problema no Brasil, e não apenas no tempo em que ele foi formulado. A questão do desenvolvimento periférico de economias em processo tardio de industrialização, a natureza geral do problema, assume forma específica na discussão sobre o desenvolvimento brasileiro. Sem a intenção de esgotar o, pretende-se recolocar o significado do binômio arcaico-moderno na economia brasileira, partindo, porém de um pressuposto distinto, apresentado por Cardoso de Mello, no qual:

“A industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, **miticamente**, lhe haviam atribuído.”<sup>3</sup>

Ou seja, a incorporação dinâmica do setor tipicamente capitalista, a industrialização pesada, não resolveu o problema do desenvolvimento, ao contrário, reproduziu a sociedade periférica para outro patamar de sociabilidade<sup>4</sup>, distinto do que se previa nos padrões europeus de bem-estar. Parecia que algo sobreviveu à extinção, propugnada pelo moderno racional, do mundo arcaico: o próprio arcaico modernizou-se. Esta questão, a qual se pretende colocar razoavelmente

---

<sup>3</sup> (MELLO; 1982; p. 122; grifo nosso)

<sup>4</sup> A referência deste debate sobre a sociabilidade moderna no capitalismo, que, de certa forma, permeará todo este trabalho, encontra-se em (MELLO e NOVAIS; 1998).

ao fim deste trabalho, está contemporaneamente colocada, dentro de outros aspectos, no arco formal-informal, mas é o *mesmo* problema em sua natureza. O mito, ao qual Cardoso de Mello alude acima, é o mito do moderno, do plenamente moderno, que, nos tempos atuais, misturou-se a outro, sem que houvésemos completado o primeiro. A sociedade brasileira, que tropeçou no nacional-desenvolvimentismo sem concretizar o desenvolvimento, encontrou-se, nas décadas de 1980 e, especialmente nos 1990, na tentativa de desmonte dos pressupostos clássicos que definiam a modernidade, onde as regras do jogo mudaram: do desenvolvimento nacional, mediante industrialização pesada, para a integração financeira aos mercados globais.

O conceito que se adotará, nesta dissertação, de formalidade e informalidade é a relação direta de comunicação entre o sujeito e o Estado, considerando que ambas fazem parte da mesma sociedade, sem separação ou autonomia relativa *a priori*. O formal e o informal, portanto, estará relacionado ao sentido amplo de participação direta ou indireta entre um sujeito histórico que cria e reproduz um ente jurídico na forma de direitos e deveres coletivos, e esta forma tende a se reproduzir pelo discurso formal e racionalizante, mas é indiretamente afetada pela informalidade. Este conceito permite uma ponte semântica com a mútua concepção do moderno e do arcaico, por estar relacionado não à forma da inserção do sujeito histórico nas sociedades do trabalho (às categorias), mas à natureza dessa inserção (aos modos de vida). Trata-se de procurar estabelecer as dimensões da integração social, sob a forma direta e indireta de exercício dos direitos e deveres fundamentais. Para efeitos de mensuração do conceito, no entanto, a abrangência semântica deve ser reduzida para o estudo do processo de informalidade no trabalho, especificamente na população ocupada. O importante, com esse recorte, não é somente “medir” o tamanho da informalidade no Brasil, o que é relevante, mas, conforme Maria Cacciamali (2000) já alertou sobre a sua insalubridade, elaborar tendências que se interajam com a relação entre crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

Sumariamente, ao final do trabalho espera-se poder contribuir para a apreensão da dinâmica que revele o processo de informalidade como resultado histórico das especificidades do desenvolvimento capitalista periférico na sociedade brasileira. A tradução, portanto, do problema levantado, no pós-guerra, pelo pensamento de orientação social para as questões contemporâneas da informalidade é uma tradução de conceitos arcaico-moderno e formal-informal, focada na questão do trabalho.



## Capítulo 1 - Do Quênia para o Brasil? Releitura do debate internacional sobre a Informalidade.

Se tomarmos livremente algumas teses centrais de José Luis Fiori<sup>5</sup>, é possível apontar que a expansão histórica e incompleta do ocidente realizou-se, até então, mediante quatro grandes ondas. As duas primeiras, com o florescimento do capital mercantil nas praças genovesas e com a posterior consolidação dos Estados nacionais pioneiros como Portugal e Espanha, empreenderam, em fins do século XV, a ruptura do isolamento do ocidente pós-Constantino e o descobrimento do Novo Mundo – termo este cunhado muito após e que antes era reconhecido como Éden<sup>6</sup> – e constituíram um sistema colonial amparado nas instituições do exclusivo e da personificação do poder típicas das estruturas ibéricas, exceção, claro, da colonização anglo-saxônica que, não obstante, iniciar-se-á posteriormente à empreitada luso-espanhola, mas ainda compreendido neste primeiro processo de ocidentalização do mundo. Numa expansão de feitorias, o ocidente encarava-se proprietário da terra prometida, paradoxalmente, explorando-a em busca dos recursos naturais, principalmente metais preciosos, às coroas mercantilistas. A acumulação do capital, no fim do chamado Antigo Regime (séculos XVI a XVIII), dava-se *no trânsito* da mercadoria entre os espaços recém-abertos, cujo objetivo era auferir uma *mais-valia* mercantil com o comércio de produtos inexistentes ou escassos no espaço europeu, trazidos das Índias ocidentais e orientais. O *tráfico* – de mercadorias-coisas ou de pessoas-coisas –, entendido como esse processo de acumulação mercantil, torna-se a dinâmica do fim do Antigo Regime, cujo uso do *exclusivo*

---

<sup>5</sup> Em diversos textos Fiori expõe sua teoria dos ciclos de expansão do sistema de Estados nacionais. Uma deles é a coleção de ensaios (FIORI; 2007), especialmente os ensaios “Longas Durações” e “A grande transformação do século XX”. Evidentemente, o propósito desta dissertação assume o risco de apenas tomar emprestada a complexa teorização sobre sistemas e regimes internacionais, um debate imenso cuja extensão foge completamente do escopo deste trabalho. A referência, no entanto, abrirá ao leitor a contextualização do debate internacional sobre a informalidade sob uma perspectiva pouco familiar nesse campo. Antes de ser fruto das deficiências características do mundo subdesenvolvido, o objetivo aqui é tentar mostrar como a “anomalia” da informalidade é parte constituinte da difusão heterogênea do capitalismo pelo mundo e as contradições do processo de modernização com os distintos tempos e espaços de superação do tradicional, do arcaico e do atrasado.

<sup>6</sup> Sobre a identidade medieval do colonizador em meio ao negócio mercantil do descobrimento, ver (HOLANDA; 1958).

*colonial* demarcará zonas de expansão das distintas instituições européias no Novo Mundo e, menos pronunciadamente, no antigo Oriente<sup>7</sup>.

Ao mesmo tempo em que as instituições do Antigo Regime feitorizavam o mundo colonial, ocorreria o lento processo de desagregação e transformação destas nos solos metropolitanos, rompendo-as com as estruturas características da sociedade medieval das tradições e constituindo sociedades modernas industriais. Inicia-se a segunda onda de expansão do ocidente, aos fins do século XVIII, que desarticulará o sistema colonial empreendido no período anterior e, fundamentalmente, reordenará o sistema para além da lógica da acumulação *no tráfico*, na produção industrial.

Na Baixa Idade Média, o trabalho, por estar representado na servidão e no escravismo, estava subordinado negativamente à definição de liberdade. Ademais a essa oposição formal, aliava-se a eterna desconfiança dos nobres à nova classe mercantil-burguesa, esta, em parte, originada dos estratos decadentes da própria nobreza. O principal organizador do Antigo Regime, portanto, não era a idéia igualitária, e cristã, do suor do próprio rosto, mas a posição na sociedade estratificada, que dava direitos ao exercício do *privilégio*. A exploração econômica e a sobrevivência dependiam desta relação estamental, a sociedade, estratificada nos níveis reais, clericais, nobres, servos e escravos (estes excluídos do ordenamento social, reificados como mercadoria), concebia o trabalho como punição ou como atribuição de subalternidade. Fora do privilégio, não havia sociedade. Esse período, no entanto, mostra uma clara tensão entre a emergência de formas crescentemente assalariadas de trabalho pelo aparecimento subordinado do capital industrial e a organização do privilégio e manutenção do exclusivo do capital mercantil, cujos efeitos serão transbordados no final do século XVIII, o último do Antigo Regime.

A terceira onda assume para o mundo uma promessa de superar o caráter de expansão para o de universalização do ocidente mediante a supremacia da acumulação industrial capitalista. Primeiramente, as chamadas revoluções gêmeas de fins do século XVIII até metade do XIX desarticulam o antigo sistema colonial, disseminando processos de independência no Novo Mundo, já iniciado em países pioneiros como os Estados Unidos e São Domingos/Haiti. O capitalismo originário (OLIVEIRA; 1985) inglês reorganizará o sistema internacional mediante

---

<sup>7</sup>(NOVAIS; 2001).

açambarcamento de mercados produtores de matérias primas e consumidores de produtos manufaturados, governados por elites pós-coloniais. No plano formal, o constitucionalismo, limitando os poderes dos soberanos, avança nas sociedades da Europa e do Novo Mundo, difundindo valores universais do homem burguês revolucionário, do direito jusnaturalista e da liberdade imanente no indivíduo e influenciando diversos movimentos de libertação nas Américas, muitos deles abolicionistas e republicanos. No segundo momento, constituíam-se os grandes monopólios, obra principalmente das nações atrasadas da Revolução Industrial (segundo definição de Alonso: Prússia/Alemanha; França; Itália; Japão; Holanda e, fundamentalmente, os Estados Unidos), superando a originária Inglaterra em produção industrial, mas esta ainda exercendo sua hegemonia nos fluxos financeiros e nas determinações da dinâmica de acumulação em escala planetária.

O antigo mundo das tradições é pretensamente destruído pelo avanço da acumulação, da artificialização e fabricação do mundo, pelo tempo mecânico<sup>8</sup>, pela grande indústria e por braços humanos crescentemente alienados em troca da explosão de sua produtividade. O crescimento econômico da chamada Era do Capital (Hobsbawn) não parecia – como previa Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, sobre sua definição de progresso – traduzir-se nos ideais inaugurados pelo iluminismo. A liberdade, entendida pelo sentido amplamente político, estava restrita ao liberalismo econômico, enquanto a igualdade consubstanciava-se apenas em seu sentido jurídico, definidor do indivíduo, e, a fraternidade, nas limitadas concepções de nacionalidades e cisões entre amigos (o eu nacional) e inimigos (o outro).

De um lado, o pesadelo da sociedade do grande capital, erguida na segunda metade do século XIX, recaía sobre a classe trabalhadora no avanço do pauperismo, criando o substrato para novos caminhos, revolucionários, negadores da essência do sistema, ainda que reivindicantes dos valores perdidos da Revolução Burguesa. Do outro, a própria burguesia comandava um arranjo

---

<sup>8</sup> A artificialização e fabricação do mundo moderno são conceitos desenvolvidos por Hannah Arendt que representam a eliminação das predeterminações do tempo dadas pela reprodução social dos valores calcados nas tradições, substituídas pelo tempo da máquina. Nesse processo, a possibilidade de articulação entre o Passado e o Futuro, que antes era dada heteronomamente pela tradição, torna-se processo autônomo de constante recriação dos laços que unem a passagem do tempo e permitem significado à história do presente. O problema, segundo Arendt, é que esse desligamento entre o tempo passado e o tempo presente tende a ser substituído por laços nenhum, impossibilitando uma compreensão histórica do sujeito na sociedade, logo bloqueando a possibilidade de intervir conscientemente em sua dinâmica. Para uma leitura dessa passagem entre sociedade tradicional e sociedade moderna, ver (ARENDR, 2003b).

internacional fadado ao conflito total, pois a mistura de liberalismo econômico com um sistema de Estados ancorado no equilíbrio de poderes levava à constante tentação deste equilíbrio pelas forças monopolísticas dos mercados, movendo processos de concentração de poder desestabilizadores e ao surgimento de um novo colonialismo sobre os territórios africanos (Polanyi; 1980). A unificação alemã, liderada pelo prussiano Bismarck, representa o início do fim do delicado sistema de equilíbrio montado na Paz de Vestefália (1648), desafiado pela Revolução Francesa e pela era Napoleônica (1789 – 1814) e reconstruído pelo Congresso de Viena (1814). Segundo o clássico de Polanyi (a Grande Transformação), o mundo pós-unificação transferirá tensões econômicas geradas pelas disputas de mercado para o instrumento estatal da guerra que, combinada às novidades técnicas e ao recrutamento universal, levará à primeira experiência de uma guerra mundial. Ademais, o liberalismo consubstanciado no padrão-ouro reproduzirá os efeitos das desigualdades criadas pelos mercados liberalizados, pois impedia políticas universalistas de gastos e incentivo à demanda, quiçá políticas sociais redistributivas, aumentando o caráter concentrador do capitalismo e, mais importante, impedindo a depressão da demanda efetiva provocada pelo comportamento do investimento em tempos de crise. Sem, portanto, freios aos ciclos de crise, o mundo do entre guerras culminará na grande crise sistêmica de 1929, na qual somente uma segunda – e maior – catástrofe poderia salvá-lo da primeira.

E termina por o que Hobsbawm denominou Era da Catástrofe: a II Guerra Mundial temporariamente neutraliza o liberalismo econômico do século passado e confirma a nova potência hegemônica do sistema capitalista, os Estados Unidos, porém sob um aspecto inédito, a saber, os antagonismos de projetos para o ocidente, socialismo e capitalismo, criando um dinamismo surpreendente no avanço da ocidentalização. De um lado, as economias capitalistas organizam-se noutros moldes de política econômica: keynesianos, agora se obrigam a priorizar a demanda efetiva nacional – investimento e emprego – à estabilidade monetária exigida pelo padrão libra-ouro anterior, ao mesmo tempo em que procuram “domar” as forças de mercado no intuito de nunca mais repetir a tragédia das grandes guerras e da grande depressão, constituindo sociedades capitalistas de bem-estar. De outro, as economias socialistas levam às últimas conseqüências, disponíveis naquele momento histórico, o planejamento e a racionalização socioeconômicos, visando à rivalidade com a eficiência do capitalismo, ao mesmo tempo em que superaria suas injustiças. Por todas as formas, a constituição de uma sociedade de massas parecia

avançar sobre as esferas da sociabilidade, onde o padrão tecnológico fordista<sup>9</sup> sintetizava as pulsões racionalistas da ordem produtiva e elegia o trabalho como a forma central de sociabilidade do homem moderno que é o criador principal da sociedade, capitalista, de bem-estar.

Nesta sociedade, as organizações de massas, particularmente o sindicalismo, pareciam equacionar satisfatoriamente o problema do fetiche e da alienação do trabalho abstrato, à medida que a sociedade do bem-estar incorporasse crescentes ganhos salariais, por meio da mobilização civil e democrática – vide não-revolucionária – do trabalho, e que a seguridade social homogeneizasse os padrões de vida entre as classes. A propriedade social do Estado de bem-estar, segundo a terminologia de Robert Castel (1998), parecia superar, nos países centrais, o problema do pauperismo agudo da classe trabalhadora no século XIX; e, de fato, as aparências eram concretas. A Sociedade Salarial, que emerge dos escombros da tragédia humana das grandes guerras, entrecortadas pelo colapso do capitalismo liberal, significava um avanço nas contradições do homem abstrato, ao encontrar sua individualidade não no interesse liberal smithiano e sua propriedade privada, mas na desmercantilização das necessidades humanas por meio da socialização de parte desta propriedade.

Segundo este sentido histórico, o transbordamento da ocidentalização para a periferia estava tão permeado de valores universais, da centralidade do trabalho e da racionalização produtiva, que pareciam ser capazes de extirpar todas as raízes arcaicas do mundo pós-colonial, a semelhança da transição do feudalismo para o capitalismo nos países europeus; mas isso não aconteceu. E esse fenômeno foi percebido, internacionalmente, quando o ocidente olha para suas antigas colônias e procura o sonhado mundo moderno universal e, na realidade, encontra um mundo estranho, deslumbrante de formas arcaicizadas de vida em meio à pretensa modernidade,

---

<sup>9</sup> A rigor, o próprio padrão fordista constitui-se como modo de vida a partir da consolidação da hegemonia industrial norte-americana (a origem do fordismo) nos países europeus e no Japão, todos na reconstrução do pós-guerra. O aprofundamento da racionalidade instrumental produtiva, ou seja, da máxima especialização do trabalhador, princípio aplicado anteriormente por Taylor e ampliado por Ford, combina-se à “domesticação” sindical em troca de salários reais crescentes, estes que permitem uma sociedade de consumo de massas. Apesar de os graus desta “domesticação” sindical não se manifestarem homogeneamente, o importante é que a dinâmica do trabalho, nesta sociedade, passa pela constituição democrática de direitos coletivos associados ao trabalho, abandonando a perspectiva de revolução como entendida pelo movimento sindical anterior ao pós-guerra. A sociedade fordista tem no trabalho industrial moderno seu principal agente público, criador do Estado de Bem-estar Social. Para diversas leituras sobre as conseqüências deste modo de vida, ver (CASTEL; 1998), (HARVEY; 2001), (ESPING-ANDERSEN; 1990 e 1999) e (GRAMSCI; 1978).

cujo espanto leva à proposta de abordar uma distinção entre sociedade formal e sociedade informal.

É importante mencionar que, antes da formulação do conceito de “setor informal”, as teorias do subdesenvolvimento e da dependência mantinham ao longo das décadas de 1950 e 1960, um intenso debate sobre a capacidade inclusiva do capitalismo periférico em relação ao contingente marginalizado pela difusão desigual do progresso técnico oriundo da industrialização. Nessa perspectiva, a sociedade periférica estaria representada por uma descontinuidade na participação no processo de produção da riqueza capitalista, em que o capital manteria um pequeno setor dinâmico das relações capital e trabalho, compreendido da burguesia até o exército industrial de reserva na classe trabalhadora, ou seja, a parcela da população desempregada que, por estarem imediatamente aptos a assumir postos dos trabalhadores empregados, contribuem dinamicamente para o processo de formação de preços do trabalho, da mais-valia, dos lucros e dos preços gerais da economia capitalista. A parcela da classe trabalhadora além do exército de reserva participa marginalmente da estrutura de acumulação anterior nas principais formas: (i) pressionando nas fronteiras do exército de reserva, como subproletariado desempregado, porém inapto ao exercício das funções do trabalho específico daquela categoria, exercendo funções no pequeno comércio de rua, nos empregos esporádicos de baixíssima qualificação e nas formas familiares ou cooperativas de produção urbana; (ii) mantendo-se nos bolsões de subsistência, apartado da economia monetária, nos praticamente mesmos pressupostos de reprodução agrária do mundo colonial; (iii) marginalizado de fato das estruturas oficiais, no crime pequeno, na mendicância, em uma situação de miséria absoluta e, o que é mais importante, sem nenhuma função social aparente.

Essa interpretação da “marginalidade estrutural” buscava lidar com as determinações de uma economia segmentada e antagonizada pelo arcaico e o moderno, como na interpretação da teoria cepalina do subdesenvolvimento; ou de uma subordinação dependente do setor marginalizado para a reprodução do setor integrado, como na teoria da dependência<sup>10</sup>. Mas não se propunha compreender o fenômeno da marginalidade estrutural, inclusive a própria semântica do termo restringe isto de princípio, como parte integrante da dinâmica capitalista, integrante do

---

<sup>10</sup> Para uma leitura desse debate predecessor, ver (CARDOSO e FALETTO; 1970); (KOWARICK; 1977), entre outros.

processo desigual de difusão do sistema de acumulação entre países e da especificidade do capitalismo periférico. Os modos de reprodução ditos marginais, quando olhados de perto, não se distinguem na natureza da acumulação, na necessidade de moeda como referência de valor, na existência de exploração do trabalho, na mercantilização das relações sociais, exceção de setores que se mantiveram intactas pela difusão do capital desde a sua primeira onda, alheias, portanto, à universalização ocidental e reproduzindo-se segundo as tradições. A marginalidade estrutural que aparenta ser a característica marcante do capitalismo periférico está dinamicamente integrada ao sistema de acumulação, porém a um modo de vida distinto da integração majoritária pela qual as economias centrais operaram sua transição capitalista.

O conceito de informalidade, no entanto, é, na maneira que se propõe discutir neste trabalho, um contraponto à marginalidade estrutural, por pressupor a integração dinâmica com o núcleo de acumulação da economia. Evidentemente, há diversas percepções sobre esta informalidade, cujo debate será resgatado a seguir, nas quais algumas se aproximam da idéia de marginalidade estrutural para explicar o fenômeno da informalidade, especialmente as concepções dualistas. Mas o nascimento do conceito estava muito mais relacionado à crítica da marginalidade, dando ênfase ao caráter dinâmico, integrado e moderno da informalidade, porém dividindo-a metodologicamente como categoria, como “setor” informal, o que posteriormente será utilizada pelo argumento da descontinuidade dual no mercado de trabalho. Procura-se apreender a jornada deste conceito, que excepcionalmente nasce categoria nas organizações internacionais, penetra na academia (normalmente o caminho era o inverso) e procura nela uma “identidade” com a teoria do desenvolvimento em economias tardias, e pode ser entendido como um conceito derivado das mutuais e inseparáveis relações entre o arcaico e o moderno, presentes no desenvolvimento pós- colonial dos países periféricos, especialmente o Brasil.

### ***1.1 – O ocidente no espelho: do espanto antropológico à teorização da informalidade.***

... deu-me na veneta olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra.

(Machado de Assis, O Espelho)

No *Journal of Modern African Studies* de 1973, é publicada a etnografia de Keith Hart sobre as condições de reprodução material das sociedades urbanas de Gana. Elaborada a campo entre os anos 1965-68, o antropólogo britânico deixa seu país no auge do capitalismo de bem-estar para desvendar uma ex-colônia que tampouco tinha havido completado uma década de existência independente. O que Hart encontra em Gana é a expressão de um processo desigual de difusão das ondas do capitalismo, tão radical, que o leva a contestar princípios fundamentais da sociedade da qual o autor origina-se. A começar pelo pilar mais importante da sociedade de bem-estar, a centralidade do trabalho, e não de qualquer um: o trabalho estável, de pleno-emprego, capaz de estruturar, pelo nível de seus salários pagos, o núcleo familiar em padrões ditos civilizados de sociabilidade. Sobre esse primeiro reflexo em Gana, Hart pontua:

*One man, one job' is a risky assumption, especially when low-paid, low hours employment is involved.*<sup>11</sup>

A dimensão da pobreza mistura-se fortemente à percepção do antropólogo de que aquela sociedade reproduz-se ainda sob a lógica das tradições ancestrais, porém adaptadas à vida urbana, capitalista, sem as mediações fundamentais dadas pela sociedade do bem-estar. O choque antropológico dos reencontros das sociedades desenvolvidas com as antigas colônias colocou a questão de que esse processo não se difundira homoganeamente entre os países.

Hart, no nascimento do conceito de informalidade, naquilo que poderia ser considerado o momento de maior criatividade, associa o trabalho informal à incerteza do processo desigual de

---

<sup>11</sup> (HART; 1973; p.66).

difusão do capitalismo tal como foi configurado em Gana e, simultaneamente, ao produto do encontro das tradições com esse mercado de trabalho desorganizado subsaariano. Não apenas no interior dos empregos formais o pilar “um homem, um emprego” desfaz-se na duplicação dos contratos em um só indivíduo, mas este sobrevive com a combinação usual de múltiplos outros empregos informais, especialmente no caso do “sub-proletariado”:

*If job duplication in the formal sector is common, multiple informal employment – both with and without simultaneous wage employment – is almost universal in the economic behavior of Accra’s sub-proletariat. Only rarely is an individual or family dependent on one source of income. This preference for diversity of income streams has its roots in the traditional risk-aversion of peasants under conditions of extreme uncertainty, and is justified by the insecurity of urban workers today.*<sup>12</sup>

Ao longo de todo o artigo, Hart compreende a informalidade como uma força autônoma e criativa da sociedade ganense. Isso devido à sobrevivência de valores antigos, camponeses, calcados no coletivismo, que impediriam uma sociedade contratual plena, capaz de extirpar as raízes tradicionais, tal como foi o processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, como dito antes. A sobrevivência destas estruturas em meio à modernidade, como bem pontua Hart e – o que, em grande medida, os trabalhos subsequentes tenderão a cada vez mais se distanciar para uma proposição mais dualista do problema – molda uma interdependência entre a reprodução informal e formal econômica desta sociedade<sup>13</sup>:

*The egalitarian philosophy of peoples, inured by generations of peasant insecurity to the disbursement of surpluses as a form of social insurance, makes private accumulation a difficult, though not impossible, task, and allows those who do not benefit from the informal economy to consume earnings of those who do.*<sup>14</sup>

A importância do texto de Hart para os fins deste trabalho, além de o surgimento do termo “setor informal”, está no substrato teórico de sua percepção de que a expansão do moderno ocidental, para além das fronteiras dos países centrais, encontraria barreiras locais na periferia e, ao invés de superá-las, mesclar-se-ia às características de cada país. Isso não apenas permitiria ali

---

<sup>12</sup> (*Idem*; p. 78)

<sup>13</sup> O comprometimento do autor em assumir a informalidade como uma força criativa é tão profundo que Hart chega ao absurdo da razão, quando sugere que o crime urbano “... may then be seen as a redistribution of wealth with income effects throughout the informal economy.” (*Ibidem*; p. 86).

<sup>14</sup> (*Ibidem*; p. 87)

a convivência entre o arcaico e o moderno, mas também configuraria uma sociedade dinâmica distinta. Ou seja, a conseqüência teórica da contribuição de Hart é conceber o setor informal para além das interpretações da marginalidade e da exclusão social. O setor informal, manifestação das heranças profundas nas sociedades periféricas, organiza e dinamiza esta mesma sociedade, não sendo, portanto, uma “anomalia”.

Outro texto pioneiro, em que se observa o confronto de autores europeus no auge do capitalismo de bem-estar, é a pesquisa liderada por Hans Singer, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), conhecido como *Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*, ou simplesmente “Relatório Quênia”, elaborado no início da década de 1970. Nele, a importância do setor informal como algo autônomo e criativo da difusão desigual do capitalismo é ressaltada<sup>15</sup>, agora sob a égide de que, em pequena escala e nas franjas do sistema de acumulação capitalista, o setor informal seria, na verdade, uma *inovação* do sistema, portanto uma parte intrínseca da acumulação de capital, capaz de operar com maior eficiência do que seria se toda a economia fosse formalizada:

*The popular view of informal-sector activities is that they are primarily those of petty traders, street hawkers, shoeshine boys and other groups ‘under-employed’ on the streets of the big towns. The evidence (...) suggests that the bulk of employment in the informal sector, far from being marginally productive, is economically efficient and profit-making, though small in scale and limited by simple technologies, little capital and lack of links within the other (‘formal’) sector.*<sup>16</sup>

A economia informal, em outras palavras – e isto representa a novidade do relatório Quênia –, é essencialmente moderna<sup>17</sup>. Não apenas por ser uma inovação do processo de difusão desigual do capitalismo, mas por manifestar-se em bases correntes de uma sociedade contratual, impessoal e monetizada, ainda que em graus distintos em comparação ao mundo desenvolvido.

---

<sup>15</sup> “*The informal sector is not a problem, but a source of Kenya’s future growth.*” (OIT; 1972; p. 505), esta afirmação mostra, assim como no artigo de Hart, como o deslumbre de uma sociedade completamente autêntica, ainda que subdesenvolvida, se refaz para a idéia, normalmente acalentadora, de enxergar o problema como uma virtude absoluta, desprovido daquela sociedade a responsabilidade de, por meio da herança histórica das desigualdades profundas do capitalismo, construir uma civilização por seus próprios meios. A idéia, pelo contrário, é de extensividade, de *crecimento* da estrutura desigual, para, num futuro sempre futuro, resolver o salto para a polis, nunca alcançado porque não há sujeito político nela habitante.

<sup>16</sup> (OIT; 1972; p.05)

<sup>17</sup> “*...Both [formal e informal] sectors are modern; both are the consequence of the urbanization that has taken place in Kenya over the last 50 years.*” (Idem; p. 504)

Se, nos países centrais, a superação do arcaico-tradicional completou-se no antagonismo com o mundo moderno, a realidade na periferia incorporou o setor arcaico e modernizou suas estruturas sociais, como se verá no capítulo adiante. Por ora, é importante registrar que essa percepção de que a dinâmica específica capitalista na periferia não se trata de um conflito antagônico, ou mesmo de uma coexistência, entre arcaico e moderno.

Ademais, o documento faz a primeira tentativa metodológica de classificar e separar os setores, sendo que o Informal estaria centrado essencialmente no tipo de dinâmica do capital e no grau de acesso dos empreendimentos econômicos a esse poder de comando. Seria definido por: a) fácil entrada; b) produção amparada em recursos nacionais; c) propriedade familiar; d) pequena escala; e) uso intensivo de trabalho e de tecnologia adaptada; f) habilidades práticas desenvolvidas fora do ensino formal; g) mercados desregulados e competitivos. Enquanto, o setor Formal: a) dificuldades de entrada; b) produção integrada a recursos nacionais e internacionais; c) propriedade corporativa; d) grande escala; e) uso intensivo de capital e de tecnologia importada; f) habilidades universais adquiridas formalmente; g) mercados protegidos. (*Idem*; p. 06). De maneira ainda mais profunda, a questão fundamental está na dinâmica do capital e no acesso dos empreendimentos econômicos a esse poder de comando mediante o Estado.

O documento, no capítulo 22, assume que, para além desta classificação, o que explica os diferentes perfis do setor informal e formal, e a permanência deles, é a sua relação com o acesso ao Estado e as conseqüências de não o tê-lo, principalmente pela escassez de crédito. De outra maneira, entende-se que a informalidade é, essencialmente, uma desconstratualização e uma descapitalização relativas: é, portanto, a presença imperfeita das relações tipicamente capitalistas que a define. Esse conceito, no entanto, será formulado com melhor propriedade quando Tokman e Souza (Souza; 1980) discutem a dinâmica capitalista na formação do mercado de trabalho em economias periféricas, especialmente com o Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC-OIT), tratado a seguir. Por ora, o importante é que, no nascimento do conceito de informalidade, pouco se poderia dizer sobre o dualismo ao qual estes autores foram acusados por seus contemporâneos. A separação entre moderno-formal e tradicional-informal, especialmente em Sethuraman (1981), serviu, antes de tudo, aparentemente, para os autores subseqüentes àqueles a esses dois textos originais. Nos autores originais do conceito de informalidade, enfim, o que se observa é o deslumbre de uma percepção excepcional sobre

sociedades distantes do centro da acumulação, mas tão modernas quanto este: é, na verdade, a simbiose, dentro do moderno, da reprodução tipicamente capitalista com setores não tipicamente capitalistas, a ponto de *determinar* uma dinâmica específica de acumulação de capital.

No livro de S. V. Sethuraman, *The Urban Informal Sector in Developing Countries: Employment, Poverty and Environment*, os aspectos teóricos originalmente formulados sobre informalidade encontram-se cristalizados no método dualista<sup>18</sup>. Neste, a distinção entre mundos que coexistem é um subproduto da clássica formulação teórica do desenvolvimento com excedente de trabalho. A superpopulação de trabalhadores<sup>19</sup> impele o sistema a diversificar as naturezas das fontes de acumulação de capital, cuja escassez não permite que sua difusão seja acompanhada por toda a sociedade em termos formais, ou seja, como relação direta entre Estado e Sujeito de direitos. Esse argumento permite conceber políticas públicas específicas do setor que, “...by focusing on the production units, it is possible to isolate the development policies that have a bearing directly on the dualistic nature of the urban economies and hence on employment promotion and income distribution.”<sup>20</sup>

O ponto fundamental do argumento dualista de Sethuraman é que a escassez de capital em países subdesenvolvidos com abundância de trabalho produz diferenças abissais de produtividade e uma relação sistêmica entre tamanho mínimo de capital e formalidade. O setor informal é basicamente o setor em que a escassez de capital é tamanha que está fora da dinâmica econômica do sistema, sendo este reproduzido apenas pela noção de necessidade de emprego e renda, independentemente da relação entre padrão de acumulação, Estado e sociedade<sup>21</sup>. Aqui está a expressão do antagonismo dualista entre setores formal e informal, que reside na descontinuidade

---

<sup>18</sup> Apesar de o livro ter sua publicação datada na década de 1980, essa cristalização já se havia formado em meados da década anterior em artigos na *International Labour Review*. O livro citado, em seu aspecto teórico, é o resultado do debate nos anos 1970 em torno das definições possíveis e aplicáveis à informalidade, inclusive as definições de corte, como “economia informal” *versus* “setor informal”, um debate razoavelmente exaustivo que, veremos adiante, ganhou novos candidatos, como o conceito de Cacciamali de “processo de informalidade”.

<sup>19</sup> “Under the circumstances the surplus population or the labor force has been forced to generate its own means of employment and hence survival.” (SETHURAMAN; 1981; p. 8). A afirmação guarda semelhança teórica com o modelo clássico de Lewis em *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*, publicado em 1954 e que, ainda hoje, é a principal referência para a teoria dualista do desenvolvimento.

<sup>20</sup> (SETHURAMAN; 1981; p.15).

<sup>21</sup> “It consists of small-scale units engaged in the production and distribution of goods and services with the primary objective of generating employment and incomes to their participants notwithstanding the constraints on capital, both physical and human, and knowhow.” (*Idem*; 1981; p 17).

dos mercados, especialmente o de trabalho, ainda que, como bem salienta Sethuraman, não seja possível afirmar que esta descontinuidade, entendida como diferenças coexistentes de produtividade, implique ou determine salários distintos, pois a rigidez e assimetrias de mercados impedem, a princípio, essa analogia. O dualismo, para Sethuraman, portanto:

*...implies a significant discontinuity in labor productivity across the enterprises. To put it crudely, the formal sector can be described in terms of a high labor productivity while the informal sector is characterized by a low labor productivity. Dualism is then defined in terms of the coexistence of a high and a low productivity sector.*<sup>22</sup>

A noção de descontinuidade e, portanto, a possibilidade de separar mercados tipicamente formais de informais implica uma pergunta cuja essência é arbitrária: afinal, o que seria uma alta e uma baixa produtividade entre setores? Evidentemente, em termos empíricos, a descontinuidade revela-se como infinitas gradações de produtividade do trabalho. Se não há uma relação entre produtividade e salários na unidade produtiva, como classificar, a partir desse critério, os empreendimentos informais, sem reduzir a questão meramente a “tamanho” da unidade produtiva? Essas perguntas procuram respostas numa abordagem do processo de constituição de mercados pelo capital, que engloba mercados formais, modernos, plenamente contratuais, organizados, e ao mesmo tempo de um lado, e informais, modernos, porém arcaicizados por relações predominantemente pessoais de poder, pela contratualização circunstancial e pela aparente anarquia de funcionamento.

Mesmo os autores que têm como foco a dinâmica do processo de acumulação capitalista, como Tokman e Souza, recorrem à classificação do setor informal na unidade produtiva, de acordo com o tamanho de capital. Dizem os autores:

(...) o setor informal está constituído pelo conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não-organizadas, que utilizam processos tecnológicos simples e que, além disso, estão inseridas em mercados competitivos, ou na “base” da estrutura produtiva no caso dos mercados oligopólicos concentrados. Dadas estas características, sua capacidade de acumulação e, finalmente, de expansão será restringida.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> (*Ibidem*; 1981; p 18).

<sup>23</sup> (*in* SOUZA; 1980; p.135)

Guardando referência com a primeira onda de classificação metodológica do Setor Informal, o foco da identificação do setor ainda é a escassez de capital, ou seja, estabelece-se a distinção entre o formal e o informal de acordo com o tamanho dos empreendimentos econômicos, que, por sua vez, influenciaria a posição desta empresa nas estruturas de mercado. Tokman e Souza aprofundam este conceito com a análise de mercados oligopolísticos, nos quais a concentração de capital dota os setores dinâmicos da acumulação de instrumentos não apenas que impedem a livre entrada de concorrentes, independentemente do tamanho, mas que, fundamentalmente, *induzem* o comportamento dos atores menores na estrutura de mercado, criando e destruindo espaços de acumulação. Esse princípio permite olhar a relação entre o formal e o informal não como *coexistência* de setores duais, mas como parte de um processo de *subordinação* do pequeno pelo grande capital.

Todo esse perfil metodológico do debate internacional, que se inicia em fins dos 1960 e completa-se nos anos 1980, é o ponto de partida para a compreensão da informalidade. O espanto antropológico de um mundo desenvolvido, com pretensões universalistas, e que se choca com a realidade adversa da periferia recém-independente africana, leva à teorização cujo pano de fundo é a experiência de transição do arcaico para o moderno do feudalismo europeu. Acreditava-se que, assim como no centro, o antagonismo entre as formas de reprodução material seria suplantado pela superioridade do moderno; porém, como este moderno carece de sua principal força expansiva, ou seja, de poder de comando sobre a sociedade na forma da propriedade privada dos meios de produção com o objetivo de acumulação da riqueza – a escassez de capital impele a coexistência interna entre as sociedades periféricas.

A hipótese que se levanta novamente é sobre a complementariedade entre a interpretação das relações arcaico-moderno e o informal-formal. A distinção é que o primeiro arco relaciona-se à dinâmica do processo de reprodução material das sociedades: se são impessoais, monetizadas, não-tradicionais, individualizadas; ou se são personalistas, desmonetizadas, tradicionalistas e comunitárias. E a questão fundamental deste é que, nas sociedades periféricas, tal como nas sociedades centrais, a superação<sup>24</sup> do arcaico pelo moderno está consumada *na esfera da produção*, porém em bases distintas do processo tipicamente ocidental. Por fim, o ponto central

---

<sup>24</sup> Como se pretende abordar no capítulo 2, no caso brasileiro, a natureza desta “superção” entre o moderno e o arcaico em nada se assemelha com a extinção do último pelo primeiro.

desta distinção de modernidade é a relação econômica formal, em que a racionalização do discurso entre um ente jurídico, como o Estado, este criado por um sujeito histórico, é o que permite uma comunicação direta entre esses pólos. A presença do contrato ou do verbo codificado em direito é a linguagem primordial do Estado moderno com o sujeito, linguagem esta **essencialmente formal no que concerne** exercício objetivo da cidadania. No processo produtivo, a manifestação desta linguagem oficial é a chave para compreender relações formais ou informais de trabalho.

Se, portanto, a condição moderna do processo de produção nas economias subdesenvolvidas é o ponto de partida para pensar-se a relação entre formal e informal, e se o problema central está na especificidade da relação entre natureza da comunicação estabelecida nas sociedades periféricas com seus Estados, então, para além das unidades produtivas, ainda que não esgotem todas as formas de análise do setor informal, as relações de trabalho são cruciais para identificar o arco formal-informal ao longo do tempo. Nisso, Tokman (2003; p 12) alerta que há um duplo desafio. O primeiro é o trabalho informal como a luta pela sobrevivência no processo produtivo, como conceberam os autores pioneiros que, o segundo, mistura-se às transformações contemporâneas do próprio processo produtivo, que reforçarão o modo de vida informal para além das estratégias de sobrevivência e penetrará no próprio núcleo tipicamente moderno da economia capitalista mundial.

Provocada pela personalidade jurídica incompleta, o setor informal reproduz-se no sistema pela via do “não-direito positivo”, o que significa dizer que a personalidade realmente existente não se comunica diretamente com o Estado, mesmo que este último ainda seja capaz de influir sobre sua dinâmica. Segundo Maria Cacciamali, o Setor Informal caracteriza-se pela inter-relação subordinada ao setor formal dentro de uma economia capitalista, e, por isso não deve ser compreendido como algo à margem do sistema, mas constituinte dinâmica dele. O setor informal neste caso mistura-se às economias populares não prioritariamente assalariadas, produtos da recente de modernização e rápida urbanização dos países periféricos, e, portanto “... *passa a ser composto por conjunto de trabalhadores por conta própria, unidades de produção em base a*

*trabalho familiar, ajudantes e/ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham para esses grupos"* <sup>25</sup>.

Faz a autora um contraponto à terminologia dualista da informalidade, exposta acima. Com a experiência da criação do Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe o (PREALC), órgão da própria OIT, o conceito Setor Informal é remodelado para o de Economia Informal, a fim de incorporar a evidência de que o dito trabalho informal apresentava dinamismo econômico somente explicável por meio do abandono da razão dual entre economia tradicional e economia moderna<sup>26</sup>. Novamente, a questão já estava respondida em seu princípio – e esta é a arquitetura cognitiva do debate sobre a informalidade: o setor informal nasceu moderno; é fruto da expansão desigual do sistema capitalista; está imbricado às formas não tipicamente capitalistas de produção, subordinadas ao regime de acumulação; tem no processo produtivo uma de suas representações mais evidentes ao longo do tempo, manifestadas nas formas de trabalho informal. Essa proposta teórica, à qual este trabalho tomará ao debate, será confrontada pelas mudanças no processo de produção capitalista, especialmente em seu padrão de acumulação, cujas conseqüências para o debate contemporâneo da informalidade são discutidas a seguir.

---

<sup>25</sup> (CACCIAMALI, 1983, P. 24)

<sup>26</sup> *Idem* p. 17-23

## *1.2 – Capitalismo financeiro e Processo de Informalidade*

O sistema de Bretton Woods (1944) e Yalta (1945)<sup>27</sup>, que inaugurara o mundo bipolar, produziu, no lado capitalista, instituições pretensamente reguladoras da incerteza e simpáticas a Estados promotores de pleno-emprego. Criado no bojo do pós-guerra, sob hegemonia dos EUA, Bretton Woods fundamentou as bases econômicas dos capitalismo nacionais e da reconstrução européia e japonesa, em que o padrão tecnológico fordista, associado às constantes elevações de salários reais e de investimentos públicos, produziu, nas economias centrais, o ciclo virtuoso dos Anos de Ouro do capitalismo.

Os efeitos de Bretton Woods não estão dissociados da geopolítica bipolar: há interdependência entre as transformações políticas da Guerra Fria e a mudança do padrão econômico internacional, cujos efeitos foram sentidos com mais acuidade no fim da década de 1960. A Guerra fria conhece, nesse período, distensão das relações entre o bloco soviético e o Ocidente, ainda que tenha havido conflitos graves, como a Guerra do Vietnã (nunca entre tropas americanas e soviéticas). A economia internacional, por sua vez, assiste ao aprofundamento do Dilema de Triffin (1960), em que a manutenção de déficits comerciais constantes dos EUA porá em risco a base da moeda-mercadoria do sistema de Bretton Woods, o padrão dólar-ouro.

As inovações financeiras, tecnológicas, políticas e sociais, gestadas no interior do capitalismo central, porão fim a esse padrão de acumulação (e ao modo de vida) fordista do pós-guerra. O clímax da sociedade salarial é atingido quando as contradições inerentes à razão social-democrata exacerbam-se nas manifestações políticas de 1968, contra o mesmo Estado de Bem-estar que consolidou o surgimento deste homem<sup>28</sup>. Comprimida nos valores sociais rígidos da tragédia humana da guerra total, a juventude do mundo regulado insurge-se contra as gerações veteranas, atingindo a sustentação moral da sociedade regulada, dentre estes o trabalho formal, amparado pelo contrato.

---

<sup>27</sup> Sobre as tensões entre modos de vida capitalista e socialista, ver (HOBSBAWN; 2003). Apenas os traços gerais (e consequentemente imprecisos) desse processo serão tratados neste espaço.

<sup>28</sup> Ver nota 10.

As transformações da economia internacional redimensionarão, também, o papel desse Estado como garantidor da forma-fictícia do capital financeiro. O lastro mercador da moeda é libertado pelo fim da conversibilidade dólar-ouro em 1973 e o redesenho do sistema monetário internacional, com base numa moeda fiduciária (padrão dólar-flexível) a juros internacionais ancorados pelos títulos do tesouro norte-americano.

Aliado a isso, o novo processo de produção – a superação do fordismo pelo padrão toyotista<sup>29</sup> de produção industrial– reposicionou o papel do investimento e pulverizou as necessidades territoriais da acumulação de capital, especialmente na sua capacidade de gerar empregos dentro do multiplicador macroeconômico, mas também representou uma profunda transformação no mundo do trabalho. Os constantes aumentos de produtividade deixaram de acompanhar o nível de emprego e de salários reais no setor secundário, expulsando a massa de trabalhadores para os serviços de baixa qualificação e maiores disparidades de salários. Criou-se ainda um “quarto setor”, a gestão financeira do capital, que, em muito, confunde-se com o setor terciário, mas é dotado de altíssimos salários e estrutura ocupacional altamente verticalizada, portando de baixíssima absorção de trabalho.

Ademais, o pós-fordismo representou o avanço da subordinação do trabalhador ao tempo do trabalho, eliminando as fronteiras que o separavam do tempo livre. O trabalhador pós-fordista está integralmente dedicado e subordinado à valorização do capital, ao mesmo tempo em que sua identidade com a geração de riqueza está cada vez mais atomizada, pulverizada. e, portanto, reintroduzindo, no seio da acumulação capitalista, a dimensão privada no processo de produção pela dissolução das fronteiras que separavam o mundo do trabalho do mundo do lar. De um lado,

---

<sup>29</sup> Uma definição de o que representa o sistema toyotista de produção vale-se destes pilares fundamentais: o controle de qualidade (*Jidoka*), onde o fluxo de produção pode ser imediatamente interrompido quando qualquer anormalidade do produto for percebida; a produção enxuta (*Just-in-time*), que significa a racionalização máxima dos estoques e a capacidade da mesma planta produtiva operar com distintos produtos; e a homogeneização das práticas de trabalho (*Kaizen*), operada pelo constante treinamento e qualificação técnica da mão-de-obra empregada. (TOYOTA; 1992). Como modo de vida, este padrão de acumulação dependia de uma estrutura de emprego quase vitalício em troca de um sindicalismo passivo do processo e uma cadeia cooperativa entre produtores e fornecedores razoavelmente verticalizada, padrão que, apesar de não se difundir homogeneamente por toda a cadeia produtiva global (tal como o modo fordista), flexibiliza o processo de acumulação capitalista (Harvey). Nesse aspecto, o regime de acumulação flexível é a aceleração do processo de produção fordista noutras bases industriais de sociabilidade, é o pós-fordismo, o que não se confunde com o conceito de pós-industrial, como adotado por (ESPING-ANDERSEN; 1999). A dita “acumulação flexível” nada mais é do que a corrosão dos laços territoriais que prendiam a acumulação ao espaço nacional, transformando o cálculo econômico, antes fronteiriço, numa lógica “em-si” global de acumulação não apenas para o sistema, mas também para a empresa transnacional.

o toyotismo é a racionalização profunda do modo de produção capitalista, pois o enxugamento dos estoques pela acumulação flexível exige uma sofisticação técnica inédita que permite um controle *quase* absoluto sobre o trabalho, tendo como tendência a formalização social necessária a essa racionalidade. Mas, por outro lado, a estrutura produtiva do toyotismo primeiramente libera contingentes populacionais menos qualificados para o setor de serviços, cuja racionalização é muito menor, e o próprio ambiente de trabalho expulsa contingentes qualificados para os contratos atípicos e as chamadas “terceirizações”, que significam a reintrodução da dimensão pessoal no processo de trabalho, uma força que patrocina, por vezes exige, a informalidade que, por estar articulada *dentro* do centro dinâmico da acumulação, é distinta da informalidade anterior, articulada *com* o centro dinâmico, ainda que se mantenha o pressuposto da criatividade, modernidade e dinamicidade do informal classicamente definido pelos autores da primeira geração do conceito (Hart e Singer, especificamente).

O desenvolvimento do meio tecnocientífico-informacional, como ensina a metodologia de Milton Santos (2001 e 2004b), flexibilizou o caráter, antes rígido e nacional, da acumulação dos tempos e espaços. A ilusória redução do espaço físico, provocada pela informatização, acumulou os tempos da vida social, segundo a dissolução das grandes metrópoles, gerenciadoras da nova riqueza e dos serviços financeiros, nos espaços nacionais, verticalizando as cidades em redes, de acordo com as necessidades de acumulação de capital. Transformam-se as bases produtivas dos Estados, que respondem, em maior ou menor grau, com adaptações da sociedade salarial aos novos tempos. O superdimensionado setor de serviços, incapaz de proporcionar a mesma inserção laboral que o setor industrial à época fordista, aumenta as disparidades de renda e, fundamentalmente, reintroduz o problema da vulnerabilidade do trabalho, constante no longo século XIX. Outra resposta dos Estados nacionais, corroborando com os impulsos globalizantes do capital, a regionalização dos mercados, mediante blocos econômicos, quase sempre, promoveram cláusulas de harmonização da legislação trabalhista, sempre na direção da flexibilidade. Por fim, o novo caráter da riqueza financeira e da produção de bens tecnocientíficos intangíveis reorganizou a divisão social do trabalho em escala global.

De forma sintética, M. Cacciamali pontua essas transformações históricas no processo de produção capitalista:

Pressupomos que pelo menos quatro elementos são condicionantes da configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e do setor informal: os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; e a desregulamentação dos mercados. Esses processos criam um ambiente de maior incerteza nos negócios, com menores taxas de crescimento econômico e do emprego que apresentam impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais diferentes.<sup>30</sup>

Apesar de a autora (*Idem*; p 160, n 9) defender a proposta metodológica de separação do setor informal do formal pela produtividade média do trabalho, concordando com Sethuraman, é inegável que a diversificação do processo produtivo e a transferência das atividades econômicas para o setor terciário impõem um enorme obstáculo à correta separação, entre os setores, por produtividade, capaz de organizar um setor informal do formal. As transformações recentes do padrão de acumulação capitalista, portanto, possibilitariam um melhor olhar sobre a informalidade se priorizarmos as relações de trabalho dentro do processo de produção, e não a unidade produtiva em si, ainda que esta faça parte do sistema. Pois o

*informal, ilegal y precário pasan a ser utilizados como sinônimos. Como se analizó previamente, la falta de contrato y la existência de una relación contratual precária son de uso difundido y esto no necesariamente refleja informalidad sino evasión o, em algunos casos, la aplicación de un instrumento habilitado por la legislación laboral*<sup>31</sup>.

O advento da acumulação flexível (Harvey; 2001) dificulta a separação, pela produtividade individual, entre setores tipicamente capitalistas e setores atípicos, a menos que se adote método arbitrário de produtividade média, que separaria, em termos relativos, os setores mais produtivos dos menos, mas isso oferece pouca luz no contexto da informalidade naquele setor ou empreendimento. Ademais, o novo padrão tecnológico modificou a divisão anterior entre as forças de trabalho tipicamente formais e informais, sendo que setores tradicionalmente integrados, em especial os serviços intelectuais, foram reincorporados dinamicamente no novo padrão, mas sob forte tendência de informalidade.

---

<sup>30</sup> (CACCIAMALI; 2000; p 158).

<sup>31</sup> (TOKMAN; 2003; p 18)

Paulo Baltar e Claudio Dedecca<sup>32</sup> acrescentam que essas transformações na estrutura do sistema de acumulação, quando apoiadas pelas políticas liberais e de reposicionamento do Estado na sociedade, provocaram grande fluxo de trabalho dos setores tradicionalmente protegidos, produtivos e não-produtivos, para os setores não protegidos. Na periferia esse processo combina-se à heterogeneidade no mercado de trabalho e a permanente existência de setores não-protegidos, que, nos anos 1990, absorverão cada vez mais trabalho, de forma cada vez mais precária. Para estes autores, as idéias relacionadas ao avanço da informalidade no mercado de trabalho guardam referência direta com a precarização do trabalho, especialmente pela difusão dos contratos atípicos, na melhor das hipóteses (pois ainda mantém a forma salarial de trabalho) e, na pior das hipóteses, na terceirização do trabalho, ou seja, a expulsão da relação capital-trabalho formal, regulada diretamente pelo Estado, para o subterrâneo do processo de acumulação, a informalidade como bloqueio do acesso direto ao sistema de proteção social<sup>33</sup> (o que não impede, como veremos adiante, que se busque formas alternativas, individuais, de proteção no próprio mercado).

Por todos os meios do capitalismo contemporâneo, a informalidade penetra como uma condição cada vez mais relevante do processo econômico. Ainda segundo Cacciamali (2001), o Setor Informal – ou seja, as formas não-tipicamente capitalistas de produção, concentradas no auto-emprego, conta própria e formas não assalariadas de trabalho – é incorporado dinamicamente no Processo de Informalidade, solapando as bases tradicionais de controle direto da política econômica dos Estados. Sua parte dinâmica é agora comum a todas as sociedades

---

<sup>32</sup> (DEDECCA e BALTAR; 1997; item 2)

<sup>33</sup> Alexandre Barbosa defende, nessa perspectiva das transformações do sistema de produção, que inda está mantida uma especificidade do mundo subdesenvolvido, que diferencia o processo global da realidade concreta do mercado de trabalho na periferia: “*Indo direto ao ponto, o peso do trabalho doméstico, do autônomo não subordinado ao capital e dos trabalhadores de microempresas e empreendimentos familiares voltados para o circuito da renda do trabalho – o chamado informal tradicional – é o que confere especificidade ao trabalho informal nos países subdesenvolvidos, ainda que a sua dinâmica seja redefinida constantemente pelo núcleo capitalista e suas interações com a economia internacional. Neste sentido, qualquer análise exclusivamente econômica do informal, e que não leve em consideração a sua importância para a estratificação social de regiões e países, afigura-se insuficiente.*”

*Paralelamente, a emergência do novo informal produtivo é a prova de que o núcleo capitalista pode reinventar, no seu centro dinâmico, formas tidas como superadas pela história. Este movimento dinâmico do capital – que combina aumento da composição orgânica do capital com reforço dos laços de contratação – engendra alterações na estrutura social, já que as posições de classe se distribuem e interagem de forma particular. Nos países subdesenvolvidos, o quadro se faz ainda mais complexo, pois o setor informal tradicional não apenas se adapta a esta nova dinâmica, podendo ocupar novos papéis e espaços, a depender das relações capital/trabalho, das políticas públicas adotadas e do próprio estilo de desenvolvimento capitalista.*” (BARBOSA; 2009b; p 40)

capitalistas, sendo produzida pela permanência do arcaico no moderno. No caso brasileiro, os novos ventos da história são ainda mais dramáticos, como se verá no capítulo 2, uma sociedade nem moderna nem atrasada, possuidora de um setor informal que, como processo, ansiou, na década de 1990 a meados dos 2000, superar o setor formal da economia. Isso possui uma implicação teórica significativa, pois

...as novas relações entre o segmento organizado e o não-organizado são, ademais, importantes para uma maior flexibilidade produtiva do primeiro, pois a externalização de atividades pode ser, quando desejado, rapidamente revertida (ao menos parcialmente) nas conjunturas de queda do nível de atividade, mediante uma reincorporação de funções ou produção subcontratadas. Isto é, o setor organizado pode manter seu nível de utilização da capacidade produtiva constante – bem como de seu volume de força de trabalho – mesmo quando os mercados conhecem uma retração, em razão de o setor repassar a ociosidade para o segmento informal.<sup>34</sup>

Constituindo-se como parte da personalidade do oxímoro vivo assim como é o “Ornitorrinco”, na expressão cunhada por Francisco de Oliveira, este animal-nação subverte as regras gerais de funcionamento do capitalismo dentro de uma lógica original, transferindo parcela da responsabilidade de realização do valor da empresa para o trabalho:

Nas formas da terceirização, do trabalho precário, e, entre nós, do que continua a se chamar “trabalho informal”, está uma mudança radical na determinação do capital variável. Assim, por estranho que pareça, os rendimentos dos trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias, o que não ocorria antes; nos setores ainda dominados pela forma-salário, isso continua a valer, tanto assim que a reação dos capitalistas é desempregar força trabalho.<sup>35</sup>

Neste espaço geográfico em que se formou a nação está a população trabalhadora, oriunda de um processo incompleto de transição de trabalho escravo para trabalho livre assalariado e responsável orgânica pela riqueza nacional, que se integra ao sistema sempre de forma conduzida ou, na melhor das hipóteses, vigiada pelo patriarcado no poder em suas múltiplas manifestações ao longo da história. Entre o arcaico e o moderno, o projeto de civilização tomou forma como um futuro, um devir possível a partir do desenvolvimento industrial nacional, mesmo que à custa da acumulação dinâmica da riqueza dentro do modelo industrial dependente.

A informalidade, quando traduzida pela dinâmica do desenvolvimento capitalista, não é disciplina nova do pensamento social brasileiro. Está diretamente presente, na contradição entre

---

<sup>34</sup> (DEDECCA; BALTAR; 1997; p 74)

<sup>35</sup> (OLIVEIRA, 2003, p. 136)

moderno e atrasado como fundamento da sociedade brasileira. Tal contradição forma a base do significado de nação dentro da periferia do capitalismo: uma nação formada a partir de um passado colonial e escravista, impulsionada por um processo nacional-desenvolvimentista de cunho industrializante retardatário, e socialmente contraditório entre uma elite de poder econômico conservadora e um povo sujeito ao dinamismo social, porém com traços de uma república incompleta e plutocrática. A transposição do debate teórico sobre a informalidade para a questão nacional envolve mediações que se procura tratar no capítulo a seguir. Resumidamente, é a dinâmica permanente entre o arcaico e o moderno que explica as diferentes manifestações entre formalidade e informalidade ou como as formas pretéritas de vida sobrevivem nas sociedades modernas e imprimem modos de vida heterogêneos, que não são incorporadas às proposições universalistas da sociedade plenamente racionalizada e formal.



## Capítulo 2 – A dualidade e o sentido mútuo do Moderno e do Arcaico na formação do mercado de trabalho brasileiro.

Na visão do longo processo histórico de formação econômica do Novo Mundo, especialmente para o caso da América Latina, o recorte lógico que permite traduzir a dinâmica capitalista que cria, na periferia, uma relação intrínseca e não antagônica entre o arcaico e o moderno, que pode ser a ponte para interpretarmos o formal e o informal na questão do trabalho. É a perspectiva do desenvolvimento e expansão do sistema capitalista essencialmente desigual e combinado (Lenin)<sup>36</sup>.

Essa desigualdade na difusão do progresso técnico, do acesso à renda, de padrões civilizatórios – essa desigualdade profundamente econômica, política e social na constituição do sistema capitalista não seria uma questão de etapas a cumprir entre os Estados, cujas diferenças resumir-se-iam apenas à distância cronológica em que cada nação passaria a desenvolver sua especialização produtiva e divisão do trabalho. Não, o processo de difusão do capitalismo criou tempos distintos de reprodução social, criou novas sociedades que, por princípio de estarem fora de um tempo único e absoluto do progresso, não dependem apenas da passagem do tempo para desenvolverem-se. Esse argumento é tributário de Florestan Fernandes, em que o autor inicia sua argumentação sobre a especificidade histórica do subdesenvolvimento com a seguinte exposição de idéias:

A civilização ocidental não se espalhou como as águas de um rio que transborda, ela se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais. O que interessa (...) é que, apoiando-se nos rebentos de uma mesma civilização, transplantada ao longo de um amplo e contínuo processo de migrações sucessivas ou por meio da difusão cultural, **os homens reconstruíram esta civilização e, por isso, escreveram através dela uma história econômica, social e cultural particularíssima**, que nos dá a justa medida do que pode e do que deve ser a dita civilização a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Não se pretende, nesse espaço, desenvolver o debate teórico da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, que é essencialmente uma apreensão da dinâmica da acumulação e da incapacidade inclusiva de expansão do capital no sistema de Estados nacionais. Para as origens deste debate teórico, nunca é demais rever os clássicos: (LENIN; 1963) e (TROTSKY; 1977).

<sup>37</sup> (FERNANDES; 1968; p.26, Grifo nosso)

A constituição de sociedades expandidas pelo ocidente criou uma nova matriz civilizacional, dotada de uma lógica social particular que se articulou estruturalmente à história do ocidente. O caráter, ainda que permanentemente renovado e mutável, da situação colonial, no entanto, apesar de constituir-se na linha geral do desenvolvimento capitalista periférico, reforçaria expressividade de múltiplos caminhos, independentemente de realizarem-se ou não os pré-requisitos da civilização ocidental. As sociedades simplesmente se constituem como uma expressão possível, formando identidades próprias, para, depois, legarem para a história dos homens sua carga social, étnica, cultural e econômica, ou desaparecerem.

Por que, então, somos o que somos? O conflito entre moderno e arcaico de uma economia de passado colonial marca uma especificidade teórica da transposição do modo europeu iluminista civilizador em meio à sociedade colonial ibérica e patrimonialista, cujo processo histórico foi absolutamente distinto da transição feudal na Europa central e Inglaterra. Caio Prado Jr. discorre que o sentido da colonização foi o negócio e a subordinação e feitorização da colônia aos ciclos comerciais da Europa em detrimento do povoamento:

A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas.”<sup>38</sup> Já segundo Sérgio Buarque de Holanda, a "colonização" portuguesa, "mesmo em seus melhores momentos, (...) teve um caráter mais acentuado de feitorização do que colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios.”<sup>39</sup>

Para Raimundo Faoro, a formação histórica do Brasil iniciou-se em Portugal sob a figura do patrimonialismo e do estamento, instituições consolidadas pela unificação dos Avis e transferida para a formação política brasileira desde os tempos da colônia.

O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. (...) A economia e a administração se conjugam para a conservação da estrutura, velando contra as forças desagregadoras, situadas na propriedade territorial,

---

<sup>38</sup> (PRADO Jr., 1996, p.24)

<sup>39</sup> (HOLANDA, 1978, p. 73-74)

ansiosas de se emanciparem das rédeas tirânicas que lhes impedem a marcha desenvolta.<sup>40</sup>

Este modo ibérico de organização da propriedade impediu a separação entre público e privado, ao mesmo tempo em que recria o estamento político que

...constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder. A situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade.<sup>41</sup>

Por todos os meios, o setor “arcaico”, agrário-escravista, porém desprovido do mundo das tradições do feudalismo, subordinava o pequeno mundo moderno assalariado e urbano no Brasil Colônia e Império, dinamizado pela acumulação mercantil, articulada, ora autônoma, ora subordinadamente à economia-mundo, esta que, ao longo do século XIX nas nações atrasadas e sob hegemonia da nação de *capitalismo originário* (OLIVEIRA; 1985) britânica, assume o irreversível processo de constituição industrial. Abolida a escravidão e ruída a base oculta do regime imperial, donde esta condição levou a reproduzir uma sociedade precariamente civilizada pela negação do trabalho, a República Velha será marcada pelas dúvidas de uma sociedade dividida entre afirmar sua especificidade ou ignorar a marca reproduzida pelo cativo. A escravidão, ou melhor, a permanência do escravismo como força de coesão entre os poderes senhoriais da ex-colônia, difundiu para o conjunto da sociedade brasileira a ordem do ócio na determinação da liberdade, em que o poder patriarcal relacionava-se com a estrutura de favor dos homens livres e pobres na ordem escravocrata. O escravo, como coisa, era objeto de trabalho, negando-o como sujeito dotado de vontade.

---

<sup>40</sup> (FAORO, 1975, p. 20)

<sup>41</sup> (*Idem*, p. 46)

## ***2.1 – A dialética da transição do cativo para afirmação positiva do trabalho***

O subproduto da permanência da sociedade escravocrata foi a específica conformação histórica do trabalho livre, opção assumida definitivamente pela nação com o processo de abolição da escravatura, em meio às transformações do sistema internacional do século XIX, que não mais permitiam o tráfico de escravos, não por ética, mas por substituição do modelo mercantilista pelo imperialismo britânico e sua lógica de açambarcamento econômico da periferia. No período da PAX britânica, as tensões aumentam com as exigências de abolição do trabalho escravo para o reconhecimento da independência das colônias para, primeiro, aumentar a produtividade interna e a especialização agrícola para servir como vantagem comparativa a troca de bens industrializados ingleses por insumos ou commodities e para, segundo, sepultar o monopólio colonial ibérico e abrir os mercados à influência britânica. No caso brasileiro, essa força manifestou-se mesmo quando a ruptura do monopólio já se havia iniciado quando ainda colônia, oficialmente por meio do Tratado de Comércio assinado em 1810.

O processo de imigração européia patrocinado pelo Império, na maioria das vezes financiado pelos estados regionais, que buscou substituir a mão de obra escrava negra pelo branco europeu, dentro das teses de “branqueamento” para a promoção da modernidade e introdução do proletariado *ad hoc*, foi emblemático na representação de uma sociedade transladada entre o moderno e o atraso que se vê incapaz de transformar-se por si mesma. O trabalho livre não era novidade no país tampouco o assalariamento, porém estes não constituíam o centro dinâmico da organização social do trabalho, estavam subordinados à ordem escravocrata. Desde a colônia homens livres e pobres relacionavam-se economicamente com o patronato, também livre, porém rico, segunda a lógica da transitoriedade e mobilidade como objetivo e a violência como meio organizador. Sobre o objetivo, classicamente tratou Buarque de Holanda<sup>42</sup> do sentido aventureiro, contraposto ao trabalho, na colônia, em que a existência fugaz e a rapidez do ganho fácil substituíram a lógica do trabalho paciente, de longo prazo, e por isso “bem-aventurada”. Fernando Novais<sup>43</sup> acrescenta que as relações privadas do engenho também se marcavam pela transitoriedade quase nômade proporcionada pela produção açucareira, sem se

---

<sup>42</sup> (HOLANDA, 1978, cap. II)

<sup>43</sup> (NOVAIS, 1998b)

esquecer do início totalmente extrativista das madeiras-de-tinta a que se deu a colônia portuguesa.

A violência como meio, por sua vez, organiza diretamente as relações do homem livre e pobre entre eles e deles com o patriarcado por meio da submissão do favor. Maria Silvia de Carvalho Franco<sup>44</sup> sugeriu uma compreensão sobre os homens livres na sociedade escravista, na qual a não separação entre o público e o privado limita o monopólio legítimo da violência pelo Estado<sup>45</sup>. A violência, na sociedade escravista, organiza o homem livre na estrutura do favor - uma das capacidades desenvolvida pelo homem cordial, ou seja, aquele que age por meio do coração, e não do espírito<sup>46</sup> e que, portanto, produz bloqueios à racionalização social ainda que seja uma parte extraordinariamente criativa na sociedade brasileira. O favor integra e submete o homem livre pobre aos serviços oferecidos pelo senhor e constitui a base do patriarcalismo como sistema político.

Nessa imbricação das esferas público-privada, “formiga” uma sociedade na qual a ordem, dada pela norma, pelo império da Lei, pelo monopólio legítimo e racionalizante do Estado sobre a violência, está em constante dialética com a desordem da vida privada, do patriarcado, do escravo e, especialmente, dos homens livres e pobres na estrutura imediata, quase anárquica e transitória do favor em sua forma negativa, pois é construído não segundo laços de solidariedade, mas sim por necessidades urgentes de sobrevivência. Ao comparar a identidade desse homem livre e pobre na obra literária “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manuel Antônio de Almeida, contida no personagem Leonardo Pataca, com Lázaro, da obra romântica “Lazarillo de Tormes” (autor desconhecido) – talvez o primeiro romance da história, sobre o aprendiz que serve incondicionalmente aos maus-tratos de distintos mestres –, Antonio Candido ensina, sobre a dialética da malandragem:

---

<sup>44</sup> (FRANCO, 1976)

<sup>45</sup> (WEBER; 1989)

<sup>46</sup> (HOLANDA, 1978, cap. IV). O Homem Cordial é a síntese do que se está pretendendo demonstrar neste trabalho. O conceito é de Sérgio Buarque de Holanda, mas este atribui a “invenção” do termo à Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes provavelmente no primeiro terço do século XIX. (HOLANDA; 1982; p.106). O desenvolvimento teórico dessa síntese, no entanto, não encontrará espaço o suficiente neste trabalho. Está guardado sua urgência para uma próxima ocasião.

É burla e é sério, porque a sociedade que formiga nas Memórias é sugestiva, não tanto por causa das descrições de festejos ou indicações de usos e lugares; mas porque manifesta num plano mais fundo e eficiente o referido jogo dialético da ordem e da desordem, funcionando como correlativo do que se manifestava na sociedade daquele tempo. Ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem vivaz, que antepunha vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia.

Sociedade na qual uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo. Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando. Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX. Romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas por ser construído segundo o ritmo geral da sociedade, vista através de um dos seus setores. E sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária.<sup>47</sup>

Este malandro que vive na dialética da ordem e da desordem assistirá e será produzido pelo imbricamento, obinubilação e expurgo das matrizes fundamentais que compuseram o povo brasileiro, no processo que Darcy Ribeiro (1995) nomearia *transfiguração étnica*. A formação colonial produz forças internas de uma identidade própria, partindo da negatividade de tudo o que antes a compunha. Pouco a pouco, as matrizes originais (o colono, o índio, o escravo) são “expurgadas” (no sentido de purificadas, de perderem sua força presente de pecado original e transferirem-se ao passado do processo de identificação da brasilidade) do espaço nacional, dando lugar à nova centralidade positiva do trabalho. A começar pela matriz ameríndia, com a política de Pombal (1750-1777), a proibição do trabalho compulsório indígena e expulsão do jesuitismo da colônia separa das relações cotidianas o contato direto entre o índio e o outro, ainda que mantidas as estruturas de compadrio (“cunhadismo”) como fundamentais nas organizações familiares brasileiras. Certamente o processo de miscigenação de caboclos e cafuzos não cessa por esta medida, mas o índio não deculturado deixa a cena do antagonismo de matrizes para tornar-se algo de um passado da consciência social.

O mesmo processo sucede-se com a matriz portuguesa. A Independência, após o processo da “inversão brasileira” (1808-20), detona o expurgo das estruturas identitárias lusitanas do

---

<sup>47</sup> (CANDIDO; 1970; pp. 79-80)

patrimonialismo para afirmar o Estado nacional de acordo com a interpretação liberal da estrutura de poder, interpretação européia não-ibérica dos sistemas políticos, posto que o pensamento lusitano tenha-se manifestado, em solo português, muito mais simpático às novas correntes do liberalismo do que a face metropolitana e patrimonialista do mesmo império. A experiência joanina, na chamada *inversão brasileira* do crepúsculo da Crise do Antigo Regime, em princípios do século XIX, dá lugar a uma independência “autoproclamada” pelo seguinte paradoxo: um Império entre repúblicas nasce da necessidade de manter sua estrutura de Colônia. O escravismo em meio ao liberalismo constitucional foi o desdobramento do paradoxo da formação, pois é a escravidão a instituição capaz de garantir a unidade nacional. O Antigo Regime, já suplantado pela Era Moderna e pela subordinação irreversível ao Capital Industrial, encontra seu último refúgio exatamente nas sombras de sua ilustração, na ex-colônia edenicamente explorada. A figura sagrada e inviolável do Imperador, garantida pelo texto da Constituição, outorgada, de 1824, rejeita em parte o constitucionalismo dos novos tempos, reproduz as estruturas coloniais, mas cria também a questão nacional em âmbito da necessidade de consolidar o Estado. Esta questão nacional transitará, até a metade do século XIX, por duas faces da mesma moeda: a unidade e o reconhecimento.

A unidade, como único atributo capaz de justificar a alcunha de Império, organiza-se mediante a sociedade que se reproduz no trabalho compulsório; é a própria escravidão quem estrutura as relações sociais, capazes de unificar um Império. O reconhecimento é a maneira mesma de atribuir-se brasileiro por subtração de tudo o que é o outro. Por rejeitarmos o paradoxo do escravismo na ordem liberal, a identidade da nação é refratada para fora do espaço nacional, encontrando-se na negação do outro. Este procedimento só é possível com o reconhecimento alheio, que implicava a integração do capital mercantil nacional ao capital industrial. Por meio da economia agro-exportadora, muitas vezes barganhando-a, viabilizou-se o reconhecimento: o sistema de Tratados desiguais, firmado ao longo dos primeiros anos de independência; a adoção do padrão-ouro; e a longa relação entre o Capital Mercantil nacional e a City de Londres, particularmente a Casa dos Rotschids, marcaram, ao longo da primeira metade do século XIX, a necessidade do reconhecimento do outro à identidade nacional. Consolidado o Estado, na metade do século XIX em diante, ensaiou-se novo desdobramento do paradoxo nacional, pois o complexo exportador mantém a escravidão e executa, por meio do Estado, ações cujo sentido encontrava-se na superação do escravismo. Um abolicionismo lento e gradual visava a responder

a questão da transição de uma ordem fundada no consenso para a ordem conflitiva do mercado. Nesse sentido, a superação da escravidão respondia às tensões nas regiões agrário-mercantis exportadoras, dado pela heterogeneidade das inserções no mercado mundial. A universalização do trabalho livre pressupunha a acomodação das tensões nessas regiões<sup>48</sup>, o que não equacionava a questão do trabalho livre, porque não pressupunha a incorporação dos homens livres e pobres. Importamos trabalhadores para preencher o mercado de trabalho, na assertiva que os homens aqui livres, remanescentes do Antigo Regime, estariam disponíveis para submeterem-se à nova ordem.

A matriz escravocrata, por sua vez, será expurgada com o fim do homem-coisa, da longa e persistente escravidão encampada pelas elites pós-coloniais à revelia de um mundo crescentemente assalariado do capitalismo industrial. Nessa sociedade, em meio a homens livres e subordinados ao patriarcado, cujo exercício do trabalho definia, negativamente, a condição de liberdade, há um processo específico de transição para o trabalho assalariado que se inicia com a extinção efetiva do tráfico (lei Eusébio de Queirós de 1850), perpassa a abolição, a imigração e estende-se até a década de 1930.

O processo da abolição negra e a pré-existência de homens livres sem meios de produção não formariam o substrato para a substituição do trabalho escravo pelo livre assalariamento, pois somente com a imigração européia a sociedade supostamente poderia libertar-se de seu passado colonial e constituir definitivamente uma nação moderna. Essa ilusão moldou as transformações no mundo do trabalho durante o século XIX e foi sepultada pelo próprio patriarcado com a aprovação da Lei de Terras de 1850 e com isso o impedimento real, ainda que não formal, do acesso à propriedade por colonos europeus, submetendo-os ao latifúndio e enterrando o projeto moderno de capitalismo por reforma agrária e distribuição da propriedade privada. O contingente de ex-escravos negros, de brancos e de mestiços já livres não foi considerado e absorvido pelo projeto nacional do Império.

Na República Velha, aprofundou-se, nas regiões dinâmicas, especialmente no Estado de São Paulo, a solução para o escravo residida na “importação” da mão-de-obra assalariada, preenchendo o vazio mercado de trabalho que cá se encontrava<sup>49</sup>, ainda que na presença de

---

<sup>48</sup> Conforme (GONÇAVES; 1989)

<sup>49</sup> “*Há homens, mas o mercado de trabalho está vazio, porque os homens, em quantidade superabundante, não podem ser submetidos ao capital.*” (MELLO; 1982; p. 77)

homens livres, mas insubordináveis à lógica do assalariamento e da centralidade positiva do trabalho. Posto que uma solução estruturante de uma nova sociedade, a constituição do mercado assalariado no Brasil tendeu a perpetuar as bases senhoriais, regionais e ruralistas em uma sociedade heterogênea voltada para a agroexportação, porém, cada vez mais, perturbada em sua delicada harmonia pelas crescentes populações urbanas dependentes de importados, bem como pelo movimento complexo de urbanização das elites agro-exportadoras, principalmente na região cafeeira paulista. Antes de um homem frio, impessoal e calculista, o capitalista moderno brasileiro parece-se como Paulo Honório, personagem de Graciliano Ramos em *São Bernardo*, em que o autor descreve fisicamente a imagem perturbadora do empresário nacional: miúda das partes relacionadas ao espírito, uma cabeça demasiada pequena, e os membros superdimensionados; uma espécie estranha, de idéias fora dos lugares<sup>50</sup>, o *homem cordial* burguês. Honórios e Patacas – de senhores modernos e malandros modernos – estão agora “livres” da sociedade antagonizada pelo senhor e o cativo<sup>51</sup>. O complexo agroexportador dava origem ao projeto de assalariamento e, fundamentalmente, de sujeito capitalista, segundo moldes de uma sociedade negadora do trabalho e afirmadora do poder pessoal.

O fim do regime escravista, na entrada da *belle époque*, fez predominar uma economia assalariada, cujos efeitos, relacionados à explosão da demanda por papel moeda e nomeados historicamente por Encilhamento, tomaram forma de crise no fim do Império e princípio da República. O estabelecimento da economia assalariada tem, sem um sistema de crédito e com criação privada de moeda, encontrado grandes tensões. Moeda-mercadoria *stricto senso* permanecerá escassa, ligada ao sistema internacional do padrão-ouro; mas esse paradoxo fez que se criasse, na nascente economia monetária, de agentes recentemente monetizados, a abundância como crise, utilizando-se da moeda-dinheiro especulativa e escritural. Resolver a crise do Encilhamento, entendendo-a como o momento histórico (de muitos outros) em que as escolhas

---

<sup>50</sup> “Foi deste modo que a vida me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes.” Graciliano Ramos – *São Bernardo* (1934).

<sup>51</sup> Superam-se, para outro patamar de significação, os antagonismos fundamentais que formaram a identidade colonial na formação brasileira, como argumentou Gilberto Freyre, tem sido “... *um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.*” (FREYRE; 1978; p 53).

apresentam-se perante seus homens em seu tempo, não foi questão de doutrina econômica metalista ou papelista, de trazer a moeda para seu real valor, mas foi o grande enfrentamento da nação diante de seu desafio: constituir-se tardiamente como sociedade capitalista moderna e, para tanto, constituir tardiamente uma sociedade organizada positivamente pelo trabalho, assalariado. A passagem da sociedade imperial para a republicana foi expressão desta crise.

*Corruptissima in republica plurimae leges*, a frase fulminante de Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, sintetizou – no livro *Década Republicana* – os ânimos dos primeiros e críticos anos da república militarista, não sendo capaz de ignorar o passado que circunscreveria o futuro próximo, pelo contrário: negando o paradoxo, terminamos por reafirmá-lo em bases ainda mais profundas num embrião estranho de tecnoburocracia, na qual as leis, a profissão política, e a representação dos interesses particulares no Estado são fins em si mesmo.

Com efeito, quando se busca entender a natureza do homem em nossa sociedade, pode-se observar que, o longo do expurgo das matrizes, e após, permanecem os antagonismos, que, em solo imperial do paradoxal liberalismo escravista, consolidaram o nascimento da novidade brasileira ao mundo, como Sérgio Buarque descreve seu conceito de Homem Cordial. No processo histórico como um todo, a persistência do antagonismo entre senhor e escravo é crucial para sedimentar os valores senhoriais e a negatividade do trabalho, enquanto o avanço do processo de miscigenação transfigura etnicamente as três matrizes, estranhas umas às outras, num novo sujeito, identificado pela negação de todos seus predecessores. Explica Darcy Ribeiro:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguentude de não-índios, não-europeus e não negros, que eles se vêem forçados a criar sua própria identidade étnica: a brasileira.<sup>52</sup>

Este é o povo brasileiro, que aos fins do século XVIII já se encontrava em grande número na colônia<sup>53</sup>. Importante salientar, como bem faz Ribeiro ao longo da obra citada, que esse povo está dotado de uma identidade única de negatividade, constituindo-se na fuga do sentimento de

---

<sup>52</sup> (RIBEIRO; 1995; p.131)

<sup>53</sup> “O resultado fundamental dos três séculos de colonização e dos sucessivos projetos de viabilização econômica do Brasil foi a constituição dessa população – de 5 milhões de habitantes, umas das mais numerosas das Américas de então –, com a simultânea deculturação e transfiguração étnica das suas diversas matrizes constitutivas. Até 1850, só o México (7,7 milhões) tinha maior população que o Brasil. O produto real do processo de colonização já era, naquela altura, a formação do povo brasileiro e sua incorporação a uma nacionalidade étnica e economicamente integrada.” (RIBEIRO; 1995; p 159)

ser ninguém, logo desprovido de um sentido teleológico, predestinado, característico das matrizes que a gestaram<sup>54</sup>. O incômodo, no entanto, permanece como tônica da interpretação do que seria ou não próprio do nacional. O problema de identificar algo formado pela negação de matrizes definidas aparece primeiramente nos discursos de homens do Império, centrado mais no antagonismo entre Velho e Novo Mundo, rogando, em geral, a superioridade da primeira sobre a segunda<sup>55</sup>. É, por um lado, o auge do eurocentrismo, do discurso racista, das teses de branqueamento, negadoras da essência identitária do povo brasileiro, no limite, da própria existência do povo, e, por outro lado, do antagonismo entre uma identidade “fermentada” pela vinda das instituições ocidentais aos trópicos e a relação subordinada que esta assume ao continente metropolitano. O incômodo do novo homem arrastar-se-á, pelo século XIX, na primazia da dualidade entre senhor e escravo. O setor “arcaico”, agrário-escravista, porém desprovido do mundo das tradições do feudalismo, subordinava o pequeno mundo moderno assalariado e urbano no Brasil Colônia e Império e estava, por sua vez, subordinado pela acumulação mercantil, articulada, ora autônoma, ora subordinadamente à economia-mundo. Este novo homem, no entanto, ao longo do século XIX, cada vez mais se divorciava do irreversível processo de constituição industrial no mundo, fato este que será revertido no próximo século.

---

<sup>54</sup> Abordagem semelhante sobre este fenômeno do nacional por negação foi feita por Roberto Schwarz, n’*O nacional por subtração*. (SCHWARZ; 1986)

<sup>55</sup> Frase exemplar é extraída de Joaquim Nabuco: “*Nós, brasileiros – o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sentimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser humana; ela não para na Primeira Missa no Brasil, para continuar daí recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade, como a dos europeus, com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia, (...), desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica.*” E conclui: “*Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades(...)*” (NABUCO; 1963; p.39; grifo nosso)

## ***2.2 – Dinâmica capitalista e a sobrevivência do arcaico no moderno***

Uma sociedade imbricada pelas esferas públicas e privadas do mundo senhorial encontrou-se, na desarticulação do sistema agroexportador – durante a crise de 1929 – em meio ao já crescente processo de transbordamento da acumulação cafeeira para novos setores da produção interna. Este momento representou outro ponto crítico das tensões entre mundos divididos, no qual aquilo que, no século XIX, apenas se manifestara episodicamente nas figuras de industrialistas<sup>56</sup> (exemplo de Alves Branco e Rui Barbosa) e abolicionistas da figura de Joaquim Nabuco, agora despontava para possibilidade real de um projeto industrial-modernizador como saída à reprodução da sociedade nacional. Segundo estes, somente a industrialização seria capaz de (i) gerar o excedente social necessário à constituição plena do Estado e (ii) integrar o espaço nacional em uma sociedade tipicamente capitalista. A certeza sobre isso, porém, se reproduziu em meio às restrições dos complexos agro-exportadores, particularmente a economia cafeeira dos fins do século XIX. As crises do início do século XX foram a expressão deste fenômeno, pois o momento de consolidação de uma economia monetária de ativos, integrada por homens econômicos modernos, encontrou uma sociedade paradoxalmente agrária e voltada para fora, ilhada pelo homem cordial e integrada pela estrutura do favor.

Neste momento crucial da formação do Brasil, a construção política do nacional-desenvolvimentismo apoiou-se na idéia de que o passado colonial deveria ser negado pela industrialização iniciada na década de 1930 e radicalizada na década de 1950 em diante. O modernismo da década de 1920, afirmador da identidade cordial antropofágica e crítico do Brasil romântico e racista, deu lugar à confusa e (muitas vezes) frustrante modernização do Estado Novo. Podemos observar, sobre o Modernismo, a aceitação sem reservas do homem cordial, no excerto de Oswald de Andrade, a ponto de esta especificidade brasileira reivindicar-se como parte indissociável da história universal do homem, sem a qual o moderno ocidental sequer teria existido:

Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria

---

<sup>56</sup> Deve-se considerar, no entanto, que a própria terminologia “indústria” era utilizada para atividade agrícola.

sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. (Oswald de Andrade – Manifesto Antropofágico – 1928).<sup>57</sup>

Ainda que tenha germinado a geração de 1930, no dizer de Antonio Cândido, dos intérpretes do Brasil, o modernismo pode ser visto, sob a ótica da formação nacional, como um pico das contradições entre o dilema de superar a dualidade arcaico-moderna sob a mutualidade entre capitalismo tardio e *Homem Cordial* ou explodir as bases coloniais por uma industrialização completa da sociedade, na qual a lógica da acumulação encarregar-se-ia de extirpar as raízes cordiais do Brasil arcaico. O avanço do trabalhismo getulista introduz o Estado nacional como tutor e autocriador do proletariado moderno, misturando-se ao patronato nacional e ao capital internacional numa concepção mútua de progresso.

Durante o período da industrialização restringida (décadas de 1930 a 50), desenvolver-se-iam as principais instituições que iriam coordenar a mudança de qualidade do padrão industrial. As décadas de 1950 a 70 representam, no Brasil, o salto da sociedade agrária e rural à indústria urbana. Associadas ao capital internacional, o Estado assume posição central na coordenação do capital nacional e na superação da infra-estrutura necessária à vinda das grandes empresas monopolistas. As peculiaridades do sistema do pós-guerra permitiram o transbordamento de capitais do centro a novos espaços de valorização, apropriados pelas instituições nacional-desenvolvimentistas.

Mais importante, este é o período em que a centralidade positiva do trabalho consolidou-se na sociedade brasileira. A tardia e específica centralidade que, durante o período de transição do escravismo para o assalariamento, não foi resolvida, assim como no plano geral, pela extirpação de todo o passado que unia homens livres e sua identificação negativa com o trabalho. Por isso é que a introdução do trabalho formal no Brasil teve de ser acompanhada pela introdução

---

<sup>57</sup> Esta hipertrofia do *homem cordial*, no entanto, até hoje é criticada por muitos setores progressistas da sociedade, esperançosos que o arcaico-moderno ainda pudesse ser definitivamente superado, como Roberto Schwarz: “Na década de 1920 o programa pau-brasil e antropofágico de Oswald de Andrade também tentou uma interpretação triunfalista de nosso atraso. A dissonância entre padrões burgueses e realidades derivadas do patriarcado rural forma no centro de sua poesia. (...). O desajuste não é encarado como vexame, e sim com otimismo — aí a novidade—, como indício de inocência nacional e da possibilidade de um rumo histórico alternativo, quer dizer, não-burguês. Este progressismo sui generis se completa pela aposta na tecnificação: inocência brasileira (fruto de cristianização e aburguesamento apenas superficiais) + técnica = utopia. A idéia é aproveitar o progresso material moderno para saltar da sociedade pré-burguesa diretamente ao paraíso. O próprio Marx na carta famosa a Vera Sassulitch (1881) especulava sobre uma hipótese parecida, segundo a qual a comuna camponesa russa alcançaria o socialismo sem interregno capitalista, graças aos meios que o progresso do Ocidente colocava à sua disposição.(...)” (SCHWARZ; 1986)

de direitos sociais exclusivos às categorias cadastradas pelo Estado. A sociedade do trabalho difunde os direitos sociais de forma heterogênea a partir da experiência do trabalhismo, pois apenas algumas partes do urbano organizado e industrial participam desse primeiro processo de inclusão positiva do nacional-desenvolvimentismo, permanecendo o privilégio, agora como acesso aos direitos sociais por meio do trabalho. As bases da modernização reproduzem o arcaico quando se observa que o setor rural, na sua natureza pertencente ao mundo do senhorialismo, permanecerá intacto pelo Governo Provisório e o Estado Novo, mantendo-se como força poderosa na condução do processo industrial-modernizante. Os centros arcaicos tiveram de direcionar-se para a industrialização das cidades, o mercado de trabalho existente no urbano pré-1930, ainda que as oligarquias tenham-se mantido. Esse processo, evidentemente, imbrica-se à progressiva constituição formal de direitos sociais atrelados ao trabalho, cujo crescimento dialético das representações sindicais, mesmo sob a lógica do patronato, dividirá a sociedade brasileira quanto aos rumos do processo de modernização.

Parecia que duas grandes tensões estavam em gestação no período, que se antagonizariam na década de 1960. A neutralização das raízes cordiais com a grande indústria nacional, na qual o subdesenvolvimento poderia ser superado mediante plena formação nacional seria objetivada: ou pelo desenvolvimento de estruturas democrático-populares; ou pela reconfiguração do poder senhorial para uma nova sociedade urbana e industrializada. A extensão das formas de participação popular – alicerçada em direitos políticos e sociais – e da modernização – com restrição do acesso popular à racionalização do Estado burguês – disputavam pelo apoio social necessário à plena consecução do novo destino nacional. A participação popular, no entanto, foi duramente bloqueada pelo golpe de 1964, a partir do qual se instaurou o regime militar que fixou suas bases na tecnoburocracia, ampliando os instrumentos de ação do Estado, e na modernização conservadora da sociedade, como uma marcha forçada ao progresso, fundada na restrição à participação. O novo poder emerge de uma sociedade industrializada tecendo relações em torno dos interesses. Isso se soma, segundo Eduardo Fagnani (2005), ao caráter regressivo da política social realizada por meio do Estado e à fragmentação institucional em meio à concentração autocrática do poder.

A modernização conservadora transformou radicalmente a sociedade brasileira, no entanto, sem extirpar as raízes cordiais que nasceram na especificidade do passado colonial.

Como expõe Florestan Fernandes, esse fenômeno de reconfiguração do arcaico na nova modernidade foi padrão estrutural das economias periféricas latino-americanas:

O tipo de capitalismo constituído na América latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados, explorando com intensidade a arcaização do moderno.<sup>58</sup>

A necessidade de instrumentalizar a sociedade senhorial aos padrões exigidos pelo capital monopolista trouxe para o nível da consciência coletiva a necessidade de superar a linguagem e a estrutura do favor, mediante atuação tutelar, autocrática e politicamente orientada do Estado nacional-desenvolvimentista. Centralizaram-se as instituições nacionais para constituir-se, plenamente, uma sociedade industrial e modernizada, em que o motor estaria na acumulação capitalista a qualquer custo. No caso do Brasil, o exemplo sintético e anedótico desta ideologia foi a “teoria do bolo” atribuída ao ex-ministro Delfim Neto, poderoso ministro da fazenda no período do “milagre”, que nada mais significava a crença de que a acumulação, por si mesma, racionalizaria a sociedade nacional.

A constituição de um mercado de trabalho aparentemente estruturado na região de São Paulo, centro da acumulação industrial, a taxas médias de desemprego muito pequenas em relação aos tempos atuais, escondia uma sociedade oposta à que aparecia na sua auto-imagem do milagre. Aliás, o uso desta palavra revela um significado oculto de irracionalidade, pois o milagre de uma sociedade arcaica ter-se industrializado só poderia ser ou uma grande farsa, ou obra divina. Nem um, nem outro, o “milagre” foi a projeção da sociedade cordial diante da modernização-conservadora, o renascimento da estrutura arcaico-moderna num novo mutualismo de desigualdades, capitalismo selvagem e sociedade de consumo de massas. O processo de “deterioração” da razão militar tecnoburocrática já se manifestava como força real no auge de sua glória, nas escolhas de seus significantes lingüísticos.

A opulência do crescimento econômico escondia, ante as lágrimas do santo, o verdadeiro mecanismo do “milagre”. A forma usual de aproximação civil do Estado democrático de direito, ou a constituição de uma sociedade jurisdicionalizada pelo império da Lei, como se processou

---

<sup>58</sup> (FERNANDES; 1973. p 41.)

nos países centrais, não passou de mero acidente ao espaço cordial. Como paráfrase a Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, a sensação de desterro em nossa terra permanece no âmbito inconsciente da sociedade modernizada pelo regime militar, donde a construção social da civilidade foi bloqueada pela interrupção brusca da democratização popular, utilizando-se do crescimento econômico como sinônimo e condição suficiente ao desenvolvimento social.

No milagre, mediante concentração do capital, a necessidade de homogeneização estrutural foi substituída pela fragmentação institucional, formal e real da sociedade; e com renovado dinamismo, para surpresa de parte dos cepalinos, incluindo-se o mestre Furtado, na década de 1960. Na obra *Análise do “modelo” brasileiro*, Furtado reafirma pontos fundamentais da problemática do subdesenvolvimento. Esta problemática aparece sob o signo da estagnação das economias latino-americanas após grande esforço de substituição de importações e da renovação deste no próximo ciclo de fins da década de 1960, principalmente no Brasil. Foi um esforço industrializante, mas incapaz de transformar as estruturas fundamentais do subdesenvolvimento.

Segundo Furtado, o processo histórico de difusão do progresso tecnológico manifesta padrões distintos entre países de alta produtividade social (centro) e de baixa produtividade (periferia). A estrutura do primeiro, na qual se origina o progresso técnico, absorve e difunde o aumento da produtividade para o conjunto da sua sociedade, uma vez que a escassez de mão de obra e o aumento real da renda permitem ganhos de escala crescentes ao incremento da produtividade do capital, pois o mercado de consumo é compatível com a acumulação de capital. Esse progresso técnico, no entanto, reproduz-se desigualmente ao difundir-se para os países periféricos, marcados pela baixa produtividade social, pelas estruturas pós-coloniais mimetistas dos padrões de consumo metropolitanos e pela abundância relativa de mão-de-obra. Como a periferia é incapaz de incorporar, de imediato, a estrutura produtiva do centro, esta viabiliza sua inserção no sistema pelo consumo dos produtos de alta intensidade de capital, concentrando-o nos grupos dominantes da sociedade. O acesso concentrador da periferia ao sistema-mundo foi denominado por Furtado como *modernização dos padrões de consumo*.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> “... o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos.” (FURTADO; 1972; p.11).

O subdesenvolvimento, como algo permanentemente distinto do desenvolvimento, avança nessa *modernização* à medida que concentra os recursos excedentes da sociedade para o consumo dos produtos metropolitanos, bem como estabelece uma demanda constante por estas mercadorias. Ao cessarem os fluxos internacionais que permitiram a troca de bens agrícolas, típicos do subdesenvolvimento, por bens manufaturados da *modernização*, dá-se lugar à (difícil) via nacional de substituir os importados de alta produtividade do capital em meio à estrutura do subdesenvolvimento. O caminho da industrialização eleva o nível da *modernização* e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, num foco de instabilidade da industrialização do mundo subdesenvolvido: os “*reflexos negativos na produtividade industrial*” (FURTADO; 1972; p.11). As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e *modernizadora* levaria a economia a um nível “sub-ótimo” de bem-estar se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração<sup>60</sup>.

No bloqueio do processo de difusão do progresso técnico está o elemento de perda constante do dinamismo (o progresso técnico é o próprio dinamismo) da industrialização periférica, que reduz sensivelmente a capacidade de avanço da industrialização para o conjunto da sociedade e cria um capitalismo industrial de baixa produtividade social e alta concentração de renda, ainda que, no processo de crescimento econômico, reduzisse o pauperismo das massas. A questão central, para Furtado, é que a economia do subdesenvolvimento tende a reproduzir processos não apenas concentradores da riqueza, mas ineficientes do ponto de vista da produtividade técnica e, conseqüentemente, do nível de bem-estar da sociedade nacional. O “sub-ótimo” da industrialização periférica levou Furtado a afirmar, em textos anteriores como *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) e *Um projeto para o Brasil* (1968), que o avanço do subdesenvolvimento virá ao encontro da estagnação econômica. Nisso, centraram-se críticas de autores como Maria da Conceição Tavares e José Serra, sob a

---

<sup>60</sup> “... na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos (...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão.” (Idem; p. 31).

perspectiva de que o “modelo” brasileiro, apesar de concentrador, pôde constituir um capitalismo dinâmico nos trópicos.

O teor dessa crítica e da concepção do capitalismo brasileiro de Conceição Tavares, por meio da leitura do ensaio *Além da estagnação*, ao dialogar com Furtado, busca desconstruir a idéia de que o Brasil em meados da década de 1960 caminhava para um processo de estagnação. Não se tratava de uma estagnação, mas sim de uma crise do modelo de industrialização, substituição de importações, adotado pelo Brasil nos anos anteriores. A crise de meados da década de 1960 deve ser encarada como um período de transição a um novo padrão de desenvolvimento capitalista, que apresenta “*características dinâmicas e que também pode reforçar alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de alguns subsectores econômicos quanto ao nível de produtividade (...). [Porém,] marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, etc. não constituem em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica da economia capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas relacionados com a absorção de poupanças, oportunidades de investimento*” (TAVARES e SERRA; 1970; p. 157). Pois o capitalismo brasileiro, de acordo com esta visão, teria conseguido criar fontes endógenas “*de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo*” (*Idem*; p. 158). E seria o tipo de dinamismo que o anima, que levaria à privação dos benefícios, trazidos pelo sistema capitalista, a uma grande parte da população.

Segundo os autores, a natureza da crise de 1960 dá-se após a maturação dos investimentos realizados no período do plano de metas do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960), em que não teria havido um novo ciclo de investimentos que pudessem ter exercido papel de impulsionar a economia, dando uma nova onda de inovações. O investimento, se não ocorre de forma regular traz perturbações ao desenvolvimento capitalista. No Brasil, o padrão de desenvolvimento adotado nos anos anteriores, via substituição de importações, estava esgotado, e o ciclo estava em crise por falta de renovação. O investimento no Brasil sofria reverses por não existir ainda um mercado nacional de capitais desenvolvido que propiciasse o investimento, como também, por problemas na estrutura da demanda. Mas não havia, na visão dos autores, problemas quanto à limitação da capacidade produtiva, esta já estaria desenvolvida a ponto de difundir forças endógenas que levassem ao seu próprio desenvolvimento.

Os problemas na demanda aconteciam devido à concentração da renda da economia que não permitia aumentar o nível consumo das classes intermediárias, justamente aquelas que possuem uma maior propensão marginal a consumir, e, desta forma, uma maior participação destas classes no consumo, possivelmente levando a um maior efeito do multiplicador. Quanto aos problemas em relação ao financiamento, este estaria limitado, no âmbito privado, pela relação excedente-salário, que estava baixa; e, no âmbito público, pela relação gastos-carga fiscal, e também pela falta de projetos.

A rentabilidade do investimento, durante o período de crescimento do governo JK, foi, segundo a visão dos autores, superestimada, devido ao aumento da inflação, que maquiava a rentabilidade real. Quando houve a aceleração do processo inflacionário, a inflação perdeu a sua funcionalidade e os lucros ilusórios foram desmistificados. Desta forma, o nível de investimento da economia declinou, tanto no âmbito privado, quanto no público. E, portanto, foi o declínio na taxa de investimento que acarretou a crise, segundo os autores.

Na primeira fase da crise, a opção por detê-la foi via tentativas de redistribuição de renda a favor dos assalariados, e contenção da inflação via redução do gasto público, política monetária restritiva. Estas medidas tiveram por efeito acentuar ainda mais a crise. A redução do investimento (tanto público, quanto via capital internacional – lei de remessas de lucros) impediu que a economia recuperasse a sua dinâmica própria.

Na segunda fase crise, após o golpe de 1964, a depressão acentuou-se ainda mais no Brasil, por ter havido novos cortes nos gastos e novas contenções ao crédito. Ainda, houve política de diminuição dos salários para que se reduzisse o peso dos custos sobre as empresas, mas contribuiu também para uma diminuição mais acentuada da demanda. Estas medidas levaram a destruição de capitais ociosos, que sobreviviam graças à maquiagem proporcionada pela inflação, aumentando a eficiência produtiva do sistema. E a compressão dos salários melhorou a situação das empresas.

Entre os anos 1966 e 1970, com foco *“nos traços que caracterizam os processos de expansão, incorporação e difusão do progresso técnico e da reconcentração da economia”* (Idem; p. 173-174), os autores consideram que a autodeterminação não fez que se superassem a heterogeneidade em relação à distribuição da renda, à incorporação e difusão da mão de obra, e à rentabilidade das esferas dinâmicas em relação às outras esferas da economia. É justamente a preservação da taxa de lucro daquelas esferas que levam a maiores distorções do capitalismo

brasileiro, porém que também possibilitaram manter sua integração com o sistema internacional<sup>61</sup>. A dinâmica capitalista no subdesenvolvimento brasileiro, em suma, pôde avançar na esfera da acumulação, sem levar consigo a racionalização como um modo de vida de toda a sociedade, podendo até, exacerbar a heterogeneidade patrocinada pelos interesses, conceito esse que atribuímos antes por *Capitalismo Selvagem*.

A fragmentação institucional corresponde à contaminação dos interesses privados no aparelho estatal sob a roupagem de tecnoburocracia, que orientou a política social à sustentação do capitalismo selvagem, na observação de Fagnani (2005), bem como a política econômica à centralização regional necessária ao capitalismo monopolista. Antes da sedimentação de interfaces formalizadas, por meio da predominância do discurso civil e da Ação política, a fragmentação formal e reprodução do *Homem Cordial* em sua face clientelista, na qual a estrutura do favor, exclusiva do patriarca, torna-se sistema de favorecimento de clientela, separa o discurso público das classes, pretensamente a despindo de seu caráter sociológico de povo. A fragmentação real, a separação abismal entre mundos arcaicos e modernos divide as populações e transfere-se para dentro dos centros urbanos, subordinando o espaço de acumulação das regiões nacionais ao Sudeste, e renovando a mutualidade entre a acumulação acelerada – o que significa que ela hierarquiza o tempo social – o do capitalismo selvagem e a disponibilidade de mão-de-obra subordinada à necessidade de compressão dos já baixos salários.

A apropriação do excedente estaria subordinada ao interesses privados oligopólicos, tanto por dominarem a técnica e terem uma maior produtividade, quanto em relação ao seu poder de mercado e capacidade de pagar salários mais baixos do que esta produtividade. A utilização de parte deste excedente é feita pelo setor de serviços e pelo setor público. O setor de serviços tem a funcionalidade de incorporar na economia o consumo das massas urbanas que acaba por fomentar as indústrias descapitalizadas. É no período militar também, que a apropriação financeira do excedente social inicia-se, via desenvolvimento do mercado de capitais, ao “*permitir a acumulação de lucros sem a relação direta com o processo de geração do excedente real e cuja*

---

<sup>61</sup> “No caso do Brasil, pode-se dizer que a crise econômica de meados da década passada expressa também (...) uma transição, não a uma nova economia que supõe, dada a existência de uma base produtiva adequada, um novo esquema de concentração do poder da renda, bem como novos mecanismos de estímulo, adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional. Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondem ao fenômeno da estagnação em sua acepção comum, apesar da redução da taxa global de crescimento verificado entre 1962-1967.” (Idem; p. 176)

*função básica é facilitar a realização dinâmica do excedente” (TAVARES e SERRA; 1970; p. 181).*

Para os autores, a dinamização proporcionada pelo progresso técnico concentra-se principalmente nas atividades “de ponta” e nas quais a complementam, difundindo-se, portanto, de forma heterogênea nos diferentes ramos da economia, diferenciando, então, suas estruturas. Em outras palavras, a heterogeneidade é uma hierarquia desigual de poderes de mercado. Setores, que eram dinâmicos, deixam de ser quando um setor maior o subordina, tornando heterogeneidade estrutural à expansão do sistema<sup>62</sup>.

Destas diferenças nasce “*uma contradição permanente entre a geração de um montante rapidamente crescente de excedente e as possibilidades de sua realização no restrito marco de sua circulação*” (*Idem; p. 186-7*), esta contradição levaria a períodos de desconcentração e reconcentração da renda, para que haja ajuste da demanda do mercado quanto às novas características da etapa de expansão. Outra contradição deste duplo processo é o que ocorre com a mão-de-obra, pois conforme se alteraram os centros dinâmicos das estruturas produtivas, há uma expulsão da mão-de-obra em alguns setores, e sua atração em outros setores da economia. A dinâmica da incorporação da mão-de-obra depende da “*forma*” como o excedente é utilizado na esfera produtiva. O aumento do excedente implica expulsão de parte da mão-de-obra do processo racionalizador no centro da acumulação, e a heterogeneidade do sistema é agravada, então, pela informalização de parte da população trabalhadora integrada.

Paulo Renato Souza, na tese *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas* (SOUZA; 1980; cap. III), desenvolve uma importante idéia sobre este último fenômeno, que deve ser incorporada ao argumento, porém reinterpretada. Contrapondo-se a Francisco de Oliveira, na *Crítica à Razão Dualista*, de que o regime de acumulação no núcleo moderno só foi possível, na periferia, pela constituição mútua da economia arcaica, comprimindo os salários do setor moderno ao nível necessário à reprodução do capital do subdesenvolvimento, Souza defende que o núcleo tipicamente capitalista seria essencialmente autônomo à economia não-capitalista, subordinando-a ao próprio movimento de acumulação e, principalmente, de fixação de preços e salários, criando e destruindo os espaços de atuação do núcleo arcaico a sua

---

<sup>62</sup> Esta heterogeneidade persiste devido ao fato de que “*características essenciais de funcionamento do capitalismo dependente subdesenvolvido tende a frear a generalização do processo de incorporação e difusão do progresso técnico*” (*Idem; p. 185*).

vontade. A constituição do capitalismo tardio em economias atrasadas, deve-se ressaltar, no entanto, ela reproduz e, posteriormente cria formas não tipicamente capitalistas, de modo que a acumulação do núcleo “moderno”, ou melhor, autodeterminado do capital, ao subordinar a economia arcaica, acomoda o excedente estrutural de mão-de-obra para além do exército industrial de reserva. Enquanto o exército de reserva depende da existência de força laboral imediatamente apta e disponível à ocupação de postos de trabalho do núcleo autônomo capitalista, o mundo não tipicamente capitalista expande esta capacidade de gerenciamento social da exclusão, de modo que a acumulação no núcleo moderno dependa, na prática, desta inovação tipicamente capitalista. Há, portanto uma simbiose estrutural entre mundos arcaico-modernos que explica, no seu conjunto, o processo de acumulação na sua variante tardia, ou seja, na constituição das forças tipicamente capitalista em meio à sociedade cordial.

Como se mostrou antes, do ponto de vista estritamente da acumulação, industrializar uma economia, qualquer que ela seja, e constituir uma sociedade industrial movida pelo núcleo autônomo das forças tipicamente capitalistas independe da existência ou não de uma sociedade moderna: basta incorporar dinamicamente, nesta sociedade, o setor de capital produtor de capital. As estruturas profundas determinantes das sociedades, no entanto, não são nem apagadas do substrato nacional, tampouco superadas pela maquinaria e grande indústria, mas transformam-se juntas com a autonomia da industrialização pesada. Em outros termos, a sociedade do capitalismo tardio, vinda a industrialização pesada, cria agentes sociais novos, distintos do tipo ideal de burguesia protestante, abstencionista e, fundamentalmente, impessoal. O *Homem Cordial* burguês esconde-se no mito da industrialização como meio e fim da vida moderna e, para além da cópia dos padrões de consumo do centro, cria uma (outra) sociedade de acumulação<sup>63</sup>. Esta força profunda esteve longe dos olhos do pensamento progressista das décadas desenvolvimentistas que, hoje, pode ser enxergada sem a opulência e o evidente dinamismo produzido por esta combinação de industrialização pesada, introdução de forças tipicamente capitalistas e a recriação do espaço cordial *dentro* da mutualidade entre mundos arcaicos e modernos.

Sob esse olhar, reside a natureza da formação nacional que originaria o processo de informalidade dos anos noventa, mas ainda falta argumentar sobre o ocaso das condições estruturantes do “milagre” em extirpar as raízes cordiais da sociedade nacional.

---

<sup>63</sup> Uma sociedade da acumulação permanentemente revolucionada pelas imbricações do arcaico no moderno.

A verdadeira face do capitalismo selvagem estava oculta na sociedade do nacional-desenvolvimentismo, mas revelava-se de tempos em tempos nas pressões populares, na resistência e na luta pela redemocratização e, até, entre a elite militar. Esta, com a desaceleração econômica, percebe que o capitalismo, tal como se constituía, terminaria por inviabilizar o próprio projeto de segurança nacional, pois a fragmentação profunda da sociedade atingiria, inevitavelmente, a soberania e a reprodução do Estado.

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, de meados dos 1970, visava a resolver as desigualdades regionais e a aprofundar a industrialização de massas mediante tanto bens de capital como bens de consumo dos trabalhadores. *Sonho e fracasso*, termo de Carlos Lessa, o II PND naufragou nas contradições de uma sociedade nascida da modernização conservadora, no revés do sistema financeiro internacional e na inexorabilidade da redemocratização. As transformações internacionais profundas da década de 1970 não foram imediatamente sinérgicas ao espaço nacional, que antes respondeu com essa política anticíclica de investimentos públicos para a suposta superação do subdesenvolvimento. Voltado para a consolidação do setor de bens de capital e diminuição das disparidades regionais, também objetivou a manutenção da demanda agregada interna, protegendo o patrimônio financeiro das incertezas e do choque inflacionário. Esta proteção deu-se em diversas etapas, algumas anteriores ao II PND: os títulos reajustáveis da dívida pública; controle de preços das Estatais e, finalmente, a estatização da dívida externa privada. Esta última procedeu-se por meio de quatro instrumentos: o crescimento mais que proporcional do endividamento das estatais; as instruções 230 e 432 do BACEN, criando conta de depósito das divisas privadas no banco central, portanto as securitizando; o uso dos depósitos de projetos, um dos pontos da renegociação da dívida externa, em que a dívida privada era “paga” e assumida pelo poder público; e as operações de *relanding*. O complexo esquema de financiamento da dívida dependia de fluxos constantes de liquidez internacional, que pôde ser mantido ao longo de meados da década de 1970 (crescimento com endividamento) e início de 80 (forte estatização da dívida), ao custo da socialização dos prejuízos e da deterioração do setor produtivo público, logo da capacidade de investimento do Estado, principalmente pelo uso das Estatais como meio de (i) manutenção da demanda agregada mediante controle de preços públicos e (ii) captação de recursos ao exterior.

A desorganização do regime militar a partir do fracasso do II PND atingira o ápice das contradições no momento em que emerge, no começo da década de 1980, o movimento pelas Diretas, em meio à crise sistêmica da dívida externa. A longa parceria do capitalismo tardio com o capital externo (restabelecida desde o *founding loan* de 1903) romper-se-á novamente na década de 1980, o que levará à sistêmica do Estado nacional-desenvolvimentista. A socialização dos prejuízos tem seu palco montado pelo amplo processo de estatização da dívida externa privada. Foi necessário, no entanto, uma crise mundial do padrão de financiamento capaz de solapar as bases de Bretton Woods definitivamente, para que a socialização tomasse seu curso de tragédia social. A crise sistêmica de 1982-83 rompeu com o padrão de financiamento externo bancário, como um dos novos pilares do capitalismo desregulamentado e do padrão dólar-flexível. A diplomacia do dólar forte (Conceição Tavares) promove forte elevação dos juros internacionais, que agravará o passivo externo nacional. A liquidez esvai-se, obrigando o Brasil ao urgente esforço de pagar os dividendos da dívida estatizada: a transferência de recursos reais ao exterior, ou seja, a exportação a qualquer custo, é a chave da crise fiscal que se avolumará nos anos seguintes. Do ponto de vista da redemocratização, ao ser derrotada a emenda Dante de Oliveira (abril de 1984), a modernização-conservadora ganhou o último impulso garantidor da planejada “saída gradual e segura”, neutralizando temporariamente o renascimento, sob novos atores e novas idéias, da Democracia Popular.

Do ponto de vista econômico, a década “arrastada” de 1980 amargará a perda do dinamismo característico do “milagre”, sufocada pela restrição da dívida externa e pela crise material do Estado nacional-desenvolvimentista. A mutualidade em que se escondeu o homem cordial, porém, reproduziu-se ao longo da década perdida, ainda que o fim do decênio tenha legado um marco jurídico importante de diretrizes fundamentais da face progressista da sociedade, que foi a Constituição de 1988 (CF/88). Especificamente para este trabalho, a CF/88 representou uma ampliação extraordinária dos direitos sociais, quebrando o monopólio do acesso a estes pelo assalariamento, devido ao conceito de Seguridade Social incorporados ao texto constitucional, que garante direitos básicos ao cidadão, independentemente da sua contribuição para o benefício. Enquanto a CF/88 resolve tensões antigas do trabalhismo e da sociedade cadastrada, a mutualidade arcaico-moderna gestou uma nova forma de reprodução de suas estruturas cordiais ocultas, mediante a progressiva financeirização da riqueza, antes representada

fundamentalmente pela produção industrial, incorporando mais uma vez as mutações da acumulação de capital.

O capitalismo selvagem financeiro é a nova máscara do Brasil profundo, que, nos meados da década de 1990, restabelecida sua capacidade de endividamento internacional, sepultará o passado nacional desenvolvimentista num tipo novo, único, de ideologia neoliberal. O movimento recente da sociedade brasileira incorporou as contradições do mundo pós-moderno sem que houvesse completado nossa modernidade. A desconstrução, no mundo, do sujeito clássico, autocentrado, transparente consigo mesmo e, fundamentalmente, sujeito dotado de vontade, operou-se, no Brasil, no último respiro da dualidade modernização conservadora e democracia popular. Aprofunda-se a contradição entre uma sociedade incompleta e um sujeito incapaz de completá-la, contaminando os espaços públicos da Ação política com os valores dos novos tempos: o imediatismo e a banalidade, provocados pela “ausência” cognitiva do tempo histórico. E recriam-se ambos os mundos duais.

A mutualidade entre o mundo arcaico e o moderno avança nas contradições de um novo *modus operandi*, entre informalidade e formalidade. A aparência de familiarismo, de subsistência e de tradicionalismo do setor informal apenas esconde uma radical transitoriedade e dessocialização do *Homem Cordial* descartado por seus iguais, dissimulados modernos, pelo processo selvagem de concorrência intergeracional<sup>64</sup> pelo excedente do subdesenvolvimento. As concentrações urbanas, em que se desenvolvem mais radicalmente este processo, condiciona geograficamente o lócus da sociedade fracassada e mítica, bem como seus necessários pontos de contato. Subordinam-se à rede dissolvida da metrópole financeira, nos dizeres de Milton Santos, hierarquizando os espaços geográficos ao tempo da acumulação. O consumo, e a emergência do sujeito “apenas” consumidor, regula as tensões sociais produzidas pela ordem financeira, substituindo a máscara do nacional-desenvolvimentismo do crescimento econômico a qualquer custo. Isso produz uma aceleração social profunda dos laços e das interconexões humanas, essa muito mais potente que o observado na Europa pós-moderna, e não é por menos que, lá, chama-se esse processo de “carnavalização do mundo” ou, mais emblemático ainda, “brasilianização”.

---

<sup>64</sup> Apesar de o termo aqui utilizado simplesmente mencionar um processo que se reproduz entre gerações, é importante lembrar que tem surgido um debate distinto sobre padrões geracionais (geração *baby-boomer*, geração XYZ), mas que não se pretende fazê-lo referência neste espaço.

Em suma, o esforço conservador, a modernização-conservadora, demonstrou originalidade e relativa eficácia, inicialmente dentro de uma proposta democrática, cuja polarização leva à sua recusa do senhoreado, instituindo o golpe de 64 e com isso o abandono da parte democrática do nacionalismo desenvolvimentista. Posteriormente a crise do nacional-desenvolvimentismo, o novo padrão de acumulação financeira transformara e atualizará novamente as bases da reprodução social e da mútua existência do arcaico e do moderno. A sobrevivência ativa do *Homem Cordial* na história nacional, no entanto, é a chave para compreender o sentimento de uma coisa só e o esforço do desenvolvimento para postergar os problemas de soluções cada vez mais urgentes e impossíveis. Como argumenta Roberto Schwarz:

Afastada de suas condições antigas, posta em situações novas e mais ou menos urbanas, a cultura tradicional não desaparecia, mas passava a fazer parte de um processo de outra natureza. A sua presença sistemática no ambiente moderno configurava um desajuste extravagante, cheio de dimensões enigmáticas, que expressava e simbolizava em certa medida o caráter pouco ortodoxo do esforço desenvolvimentista. Aliás, com a sua parte de simpatia e de tolerância, mas também de absurdo e de primitivismo, essa mescla do tradicional e do moderno se prestava bem para emblema pitoresco da identidade nacional. Por outro lado, é certo que o ritmo e a sociabilidade tradicionais lançavam por sua vez uma luz crítica sobre a pautas do progresso econômico dito 'normal', criando a presunção de que nas condições brasileiras a sociedade moderna seria mais cordial e menos burguesa que noutras partes.<sup>65</sup>

O esgotamento deste “esforço desenvolvimentista” não trouxe consigo a superação desta identidade nacional pitoresca, e

...é interessante notar que a realidade começava a se parecer com a filosofia, no caso, com a terra movediça postulada pelo desconstrucionismo. O processo da modernização, com dinamismo próprio, longo no tempo, com origens e fins mais ou menos tangíveis, não se completou e provou ser ilusório. Nessas circunstâncias, a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teologias - especialidades enfim do exercício da leitura pós-estruturalista - adquiriu dura vigência prática.<sup>66</sup> . Antecipamos com isso a aplicação prática da pós-modernidade sem nunca termos sido modernos e "... não custa observar que as idéias de Derrida chegaram ao Brasil antes que se instalasse esse clima.<sup>67</sup>

No longo processo de afirmação do trabalho, a era Vargas define as bases do trabalho formal como o registro necessário ao acesso aos direitos sociais, inclusive a uma justiça própria,

---

<sup>65</sup> (SCHWARZ,1999, p. 156)

<sup>66</sup> *Idem*, p. 158

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 159

cujo pressuposto de assimetria entre contratante e contratado diferencia radicalmente o trabalhador formal em relação à equalização relativa, no plano formal, da relação capital-trabalho. A difusão dos direitos sociais para além do registro do trabalho, que se consolidam na CF/88 (de vocação universalista), as transformações no processo produtivo e a crise do nacional desenvolvimentismo e a redefinição do modelo de acumulação no Brasil levará a uma nova configuração do trabalho formal e informal nessa sociedade. A sensação de proteção, como se o exercício da constância e o planejamento do futuro fosse um privilégio desta sociedade arcaico-moderna, permanece concentrada nos setores formais, porém setores igualmente integrados à dinâmica central de acumulação exercerão papéis novos dentro de uma informalidade disfarçada. Além desse novo dinamismo do informal, cresce a representatividade do trabalho precário, o informal como pobreza, incerteza, transitoriedade e dessocialização.



### **Capítulo 3 – Condição Informal e Desenvolvimento**

Condicionantes externos somaram-se e impulsionaram o esforço da industrialização pesada no Brasil, que pode ser razoavelmente circunscrita entre 1950 e o início dos 1980, como discutido no capítulo 2, permitiam assumir que havia um projeto nacional que extirpassem as raízes arcaicas (e o subdesenvolvimento) do capitalismo tardio brasileiro.

Os efeitos do sistema de Yalta foram sentidos no Brasil, que, à época da Doutrina Truman (1945), soube, em alguns momentos, explorar os benefícios do conhecido ponto IV, prevendo transferência tecnológica aos países em desenvolvimento. A assinatura do TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – e da OEA – Organização dos Estados Americanos -, no imediato pós-guerra, consolidou a hegemonia geopolítica estadunidense no hemisfério, que será percebida, pela nação, ora como alinhamento automático (governo Dutra e Castelo Branco), ora como política independente (período Vargas, JK, Jânio e Jango), e ora como distanciamento pragmático (período Costa e Silva em diante). Do fim da II Grande Guerra, nasceram instituições fundamentais à industrialização pesada da década de 50, a grande exemplo da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU), donde se formulou o BNDE e boa parte do Plano de Metas. Houve, no entanto, arrefecimento do interesse norte-americano em afiançar o desenvolvimento nacional, uma vez que, após a posse de Eisenhower, os EUA voltam-se para as questões Leste-Oeste, em detrimento do quintal hemisférico. As instituições de Bretton Woods, por sua vez, organizam o sistema de capitalismo regulado, segundo a hegemonia do padrão dólar-ouro e da prioridade de políticas macroeconômicas keynesianas. Decorrente do plano Marshall (1948), os capitais europeus, comprimidos pela presença, em seu solo, do grande capital norte-americano, transbordam para a periferia na forma de investimentos diretos externos que financiarão, qualitativamente, a industrialização pesada do país, associando-se ao capital nacional e, fundamentalmente, ao papel centralizador do Estado. O mundo bipolar, que produziu, no ocidente, uma lógica de Estado de Bem-Estar Social, foi traduzido no Brasil pela lógica do Estado nacional-desenvolvimentista.

Dados os pressupostos discutidos nos capítulos anteriores, seria anacrônico pensar num processo de informalidade nesse auge do capitalismo fordista brasileiro? Nos termos postos pela

atualidade, há indícios que sim. No entanto, a leitura da economia brasileira à época do esforço da industrialização pesada de 1950 a fins de 1970, após a passagem do tempo histórico do nacional-desenvolvimentismo, revela que o mundo arcaico renovou-se com a industrialização, diferentemente do imaginário miticamente estabelecido aos tempos do milagre, numa nova mutualidade com o mundo moderno; e que desta renovação originará o processo de informalidade propriamente dito nos tempos atuais. Estes indícios podem ser observados precariamente pela pesquisa censitária realizada em 1970, analisando a estrutura ocupacional dos brasileiros, dividida entre trabalhadores particulares (com e sem-carteira), empregadores, conta-própria, parceiros/meeiros, empregado público e não remunerados/procurando emprego. Certamente, a análise de um possível setor informal que se propõe este trabalho, focando-se na posição ocupacional dos trabalhadores, é falha e insuficiente a percepção de todo o problema, como esclarece Cacciamali (2000). Ademais, a pesquisa censitária não diferencia, dentre os trabalhadores particulares, os com e os sem carteira de trabalho, o que aumenta as distorções ao observarmos os tipicamente assalariados.

Como trata a tabela abaixo, apenas sob o corte do salário mínimo, identificamos os trabalhadores em primitivo processo de informalidade mais “óbvios”, ou seja, subordinam-se ao capitalismo selvagem sem o mínimo necessário à subsistência material adequada. Há, seguramente, muitos outros ocultos nos extratos de renda superior ao salário mínimo que se perderam nesta aproximação.

<b>Tabela 1 Posição na Ocupação em 1970 (% da população ocupada)- áreas urbanas</b>				
UF	<i>SP</i>	<i>RJ</i>	<i>MG</i>	<i>BA</i>
Sem declaração	0,06	0,02	0,02	0,01
Empregado público	10,72	17,50	15,38	13,82
Empregado particular renda > sal mínimo	43,20	38,55	17,39	15,87
<b>Empregado particular renda &lt; sal mínimo</b>	<b>28,01</b>	<b>27,34</b>	<b>40,42</b>	<b>36,40</b>
Conta própria > sal min	11,26	8,85	10,20	10,45
<b>Conta Própria &lt; sal min</b>	<b>3,11</b>	<b>4,55</b>	<b>10,41</b>	<b>17,63</b>
<b>Parceiro ou meeiro</b>	<b>0,28</b>	<b>0,21</b>	<b>1,89</b>	<b>0,97</b>
Empregador	1,90	1,22	1,92	1,77
<b>Não remunerado ou procurando trabalho</b>	<b>1,47</b>	<b>1,76</b>	<b>2,37</b>	<b>3,08</b>
Total	100	100	100	100
Fonte: Censo-IBGE, microdados -1970				

Mesmo no auge do milagre e no epicentro urbano do capitalismo brasileiro, no estado de SP, aproximadamente 33% dos trabalhadores eram remunerados abaixo do salário mínimo vigente, mostrando uma possível situação de precariedade e inserção subordinada. A remuneração abaixo do salário mínimo deveria ser apenas representativa nas profissões de aprendizes, mas observa-se um número muito maior de trabalhadores que o esperado. Este volume sobe para os outros estados selecionados, chegando a aproximadamente 53,5% dos trabalhadores urbanos nas Minas Gerais. A industrialização pesada foi, em termos demográficos, a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, em que contingentes populacionais imensos foram deslocados do campo para a cidade. O dinamismo da acumulação de capital, no entanto, não foi capaz de incorporar todo esse efetivo no auge do processo, caso contrário, como explicar esse indício sem recorrer à existência de um setor informal urbano? Dificilmente poderíamos falar em economia marginal ou subterrânea, pois a taxa observada é muito superior a taxa de desemprego da época. São trabalhadores que, diante do esforço modernizador racionalista do Estado nacional, sobreviveram pela linguagem indireta com o mesmo Estado. Estavam, sim, à margem dos contratos de trabalho, e não do sistema de acumulação.

A incorporação do sistema fordista com capitalismo de bem-estar e, conseqüentemente, a consolidação de uma sociedade salarial, cuja centralidade do trabalho a organize formalmente, foi acompanhada, no Brasil, pela reinvenção da antítese e reincorporação do setor arcaico dentro da lógica de reprodução do moderno. O contingente de trabalhadores egressos do campo foi absorvido direta e indiretamente pela dinâmica capitalista, desde o princípio da industrialização, sem que se manifestasse um antagonismo absoluto entre os pólos moderno e arcaico. Pelo contrário, a capacidade relativamente limitada de incorporação formal destes trabalhadores recém-urbanos foi mutuamente auxiliada pela criação e expansão de setores informalmente incorporados à lógica de acumulação. A necessidade de empregar o “excedente” populacional que Lewis (1954), em seu modelo original dualista, define em termos ricardianos, ou seja, como a relação entre demanda e oferta no mercado de trabalho a uma produtividade marginal decrescente, é constantemente reposicionada pela “inovação” do arcaico, da sociedade rural, quando esta se encontra na urbanidade. Em outras palavras, o encontro daquela sociedade tipicamente ligada à terra, aos valores interpessoais e senhorial, não formaram um antagonismo aberto com a mesma sociedade em sua face moderna.

Essa incorporação do arcaico reposicionará o sujeito para longe do antagonismo com o moderno. São as bases internas da reprodução informal. Quando somadas às inovações financeiras e tecnológicas produzidas pelo capital após 1970, a confluência dessa determinação interna com o cenário externo não apenas reforçará o processo de informalidade brasileira, mas o colocará noutro grau de dinamismo.

A década de 1960 assiste a uma gradual tensão dos mercados financeiros ao controle da autoridade monetária hegemônica: os eurodólares, posteriormente euromercados, corroem as bases reguladoras do sistema, e inundam a periferia de capitais a juros, intermediado por bancos privados internacionais e estados nacionais. Este padrão de financiamento prevalecerá até a desorganização total do sistema de Bretton Woods, expressa na crise da dívida de 1982, na periferia, e na reafirmação da hegemonia norte-americana, sob padrão dólar-flexível, no centro. Com a quebra da conversibilidade do dólar em ouro, em 1973, e transferência de seu lastro para os títulos do tesouro americano, inicia-se processo múltiplo de reestruturação produtiva, encetado pelos choques de oferta da década de 1970, e redefinição da riqueza.

O aproveitamento do padrão de financiamento externo, até então, foi de grande valia ao Estado nacional-desenvolvimentista, que criou instituições compatíveis à absorção do crédito bancário internacional, concentrando seus recursos nos investimentos públicos: é no período militar a criação do maior número de estatais, bem como as taxas de crescimento do PIB assumirão recordes acima de recordes, posto que sirva para sustentar o regime de exceção. Outro mecanismo de financiamento da economia brasileira foi o uso de títulos reajustáveis da dívida pública como meio de alavancar o crédito bancário, mediado predominantemente pelo BNDE. Este padrão de financiamento, no entanto, não fora capaz de sustentar o investimento privado de longo prazo. Era, antes, a gênese da moeda indexada, protegendo a riqueza financeira patrimonial dos ciclos e incertezas econômicos.

O importante a se compreender neste período, para a questão da informalidade, é que a crise dos 1980, que será a crise política da modernização-conservadora militar, combinou-se com o processo de redemocratização em bases universalistas, na contramão das transformações no capitalismo de bem-estar, o que permitiu considerável avanço na racionalização e formalização da sociedade, com, por exemplo, a incorporação do meio rural no sistema previdenciário e a criação de uma Seguridade Social universal e dotada de orçamento próprio, conquistas essas cristalizadas na Constituição Federal de 1988. A confluência entre as transformações tecnológicas, produtivas e da riqueza do sistema capitalista mundial e a sobrevivência do arcaico no moderno, dita antes, será, de certa maneira, retardada pelas forças internas de mobilização e de resgate da democracia popular, do projeto derrotado em 1964. O processo de construção de uma social-democracia tardia, no entanto, é superado pela redefinição do Estado nacional-desenvolvimentista segundo a nova lógica de acumulação do sistema capitalista. Esta última vertente consolida-se com o Plano Real (1994), o refinanciamento da dívida pública com a adoção ao plano Brady no mesmo ano e o vigoroso processo de redefinição e privatização do Estado. A arcaização do moderno será duramente reconfigurada nos novos padrões tecnológicos; a modernização do arcaico, como protagonista na organização do trabalho.

### ***3.1 – Aproximação metodológica para um problema multidimensional***

A condição informal, se for entendida como um modo de vida, um conceito que organiza as relações sociais para além da racionalização formalista, não pode ser quantificada *stricto sensu*. Isso por o método quantitativo clássico depender de padrões normais de comportamento de variáveis e de amostras que escapam à lógica da informalidade. Como um modo de vida distinto da racionalização, a condição informal é corretamente associada a uma aceleradíssima transitoriedade dos laços sociais, e está no subterrâneo das tensões de uma sociedade que depende dessa força para subsistir, reproduzir e crescer associado com a racionalização formal.

Apesar de, em termos quantitativos, ser impossível apreender a totalidade da condição informal, é possível, a partir das bases de dados oficiais disponíveis – que seguem os pressupostos estatísticos clássicos enumerados acima –, observar padrões e causalidades dispersas *ao longo* de um tempo mínimo. Estes são uma entrada cognitiva imperfeita para o estabelecimento não do “tamanho” do setor informal de uma economia, mas sua dinâmica e como esta se relaciona com os ciclos de crescimento e crise da acumulação capitalista. A aproximação, sempre imperfeita, desse processo ganha um grau a menos de liberdade, porém um a mais de precisão, se observarmos os dados disponíveis para a estrutura ocupacional, ou seja, para o conjunto dos trabalhadores e a natureza dos contratos de trabalho na economia brasileira, também entendido como Posição na Ocupação.

A abordagem faz sentido para a trajetória brasileira devido às especificidades da formação do mercado de trabalho que, como visto no capítulo 2, estão diretamente relacionadas ao registro do trabalho, seja por meio da carteira, seja pelo contrato de trabalho. Isso criou uma cultura de separação entre trabalho formal e informal segundo o registro, por parte da classe trabalhadora, e, de inúmeras maneiras, uma diferenciação cognitiva entre trabalho registrado e trabalho não-registrado. A pergunta do registro, no entanto, somente foi incluída nas estatísticas nacionais a partir da década de 1980, por isso a aproximação anterior deve levar em conta um grau muito maior de imprecisão, como se tentou para o censo de 1970. Mesmo assim foi possível perceber que, por trás do trabalho registrado, havia uma malta de trabalhadores informais transitando, reproduzindo e sustentando mutuamente a dinâmica do setor moderno. É não somente a economia de serviços urbanos auxiliar a reprodução da classe trabalhadora, mas também os

serviços manuais transitórios, os contas-próprias e os pequenos empregadores que reproduziam a condição informal predecessora do Processo de Informalidade contemporâneo. Ao longo da década de 1980 em diante, no entanto, essa condição informal estará acompanhada das transformações do processo produtivo em escala global, como discutidos no item 1.2, que dinamizará a condição informal para dentro do centro de acumulação de capital, criando uma dificuldade ainda maior de separar esses setores dinâmicos, informais, porém integrados dos setores informais subalternos ao sistema da acumulação e reprodutoras de uma relação perversa de bloqueio dos direitos universais da CF/88 sob o pretexto da transitoriedade aceleradíssima das relações de trabalho.

Sobre o comportamento da posição ocupacional nos anos 1980, Cardoso e Fernandes (2000) olharam para a composição do mercado de trabalho dos ocupados da PNAD e perceberam que o setor predominantemente informal, por eles denominado “setor pouco estruturado” teve, nessa década, um comportamento de pico na crise da dívida (1982) e foi progressivamente sendo diminuído ao longo da década. Escritas as conquistas de 1988 na Constituição, o comportamento novamente se inverte e, nos primeiros anos da década de 1990, volta ao mesmo nível do período da crise da dívida. Apesar de os números apresentados tenham uma metodologia diferente da qual desenvolveremos a seguir, é importante frisar que, como tendência e como representatividade do setor informal para o universo dos trabalhadores ocupados, já havia um setor informal consolidado na economia dos 1980. Como percentagem, o trabalho citado chega a mostrar cifras superiores a 60% da mão de obra ocupada no Brasil trabalhando em setores pouco estruturados. Veremos que, por não haver um recorte de renda desse setor, há inclusão de trabalhadores que, apesar de não contarem com a comunicação direta e formal do Estado por meio do contrato, o fazem por outras vias, por recursos privados. O importante para este espaço é a tendência do processo de informalidade, que já se acirrava nos fins dos 1980<sup>68</sup>.

O argumento abstrato que se busca introduzir pode, mais uma vez, de modo grosseiro e especulativo, ser observado na evolução da estrutura ocupacional brasileira entre os anos 1995-2007, utilizando-se da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD-IBGE). A metodologia a qual se propõe este trabalho busca separar, dentre ocupados, as possíveis proporções do mundo tipicamente formal protegido (empregados com carteira, funcionários públicos e militares)

---

<sup>68</sup> (CARDOSO e FERNANDES; 2000; especialmente o Gráf. 2)

somados à parcela do setor informal que podem exercer por recursos privados a linguagem direta com o Estado (empregadores, empregados sem-carteira e conta-própria com um dado corte de renda). Essa Zona de Proteção contrapõe-se ao grupo de ocupados tipicamente informais (todos os não-remunerados, autoconsumo e autoconstrução e os empregadores, empregados sem-carteira e conta-própria abaixo do corte de renda), que chamaremos Zona de Informalidade.

Mais uma vez, esta metodologia não representa todo o processo de informalidade, pois apenas busca identificar a dinâmica dos grupos que foram, em termos ocupacionais, bloqueados pela acumulação capitalista nos moldes da racionalização da sociedade de bem-estar, auferindo uma renda real insuficiente ao exercício das atividades mínimas de cidadania. Analogamente, a pessoa dentro do processo de informalidade que, por meios próprios, garanta a reprodução ampla de suas faculdades modernas busca ser excluída da análise. Isso é importante porque, como a acumulação financeira criou uma nova mutualidade arcaico-moderna, o processo de informalidade, como argumenta Cacciamali (2000) pode conter formas mais dinâmicas até que pela via formal criada pela modernização do período nacional-desenvolvimentismo. Enquanto esta declinou diante da conformação dos novos padrões do capitalismo selvagem financeiro, parte da população ocupada lotada no processo de informalidade, ou nas novas formas de posição ocupacional criadas pela reestruturação produtiva, assumiu postos privilegiados de apropriação do excedente, ainda que isto represente uma parcela ínfima dos grupos ocupacionais escolhidos, exceção dos empregadores (ver anexo).

Para estabelecer o corte que separe, dentro da informalidade, os setores dinâmicos dos setores subordinados é inexorável proceder a um grau de arbitrariedade. Como a renda na PNAD constitui fundamentalmente a renda do trabalho e é auto-declarada, é necessário que essa renda expresse um índice de custo de vida, ou seja, uma cesta de bens e serviços, privados e públicos, mínimos que possibilite o exercício da cidadania de uma família. No caso, essa ponderação do custo de vida <sup>69</sup>é feita pelo Salário Mínimo Necessário (SMN), calculado pelo DIEESE após início do Plano Real. Escolheu-se este corte, e não o do salário mínimo, devido às disparidades reais deste ao longo do período observado. Como a idéia de custo de vida urbano necessário ao

---

<sup>69</sup> Importante mencionar que, segundo (GONÇALVES; 1989), a discussão em torno de um salário mínimo como critério de garantia da reprodução familiar, e não apenas sob o critério da produtividade nacional, vem sido travada desde a constituinte de 1891.

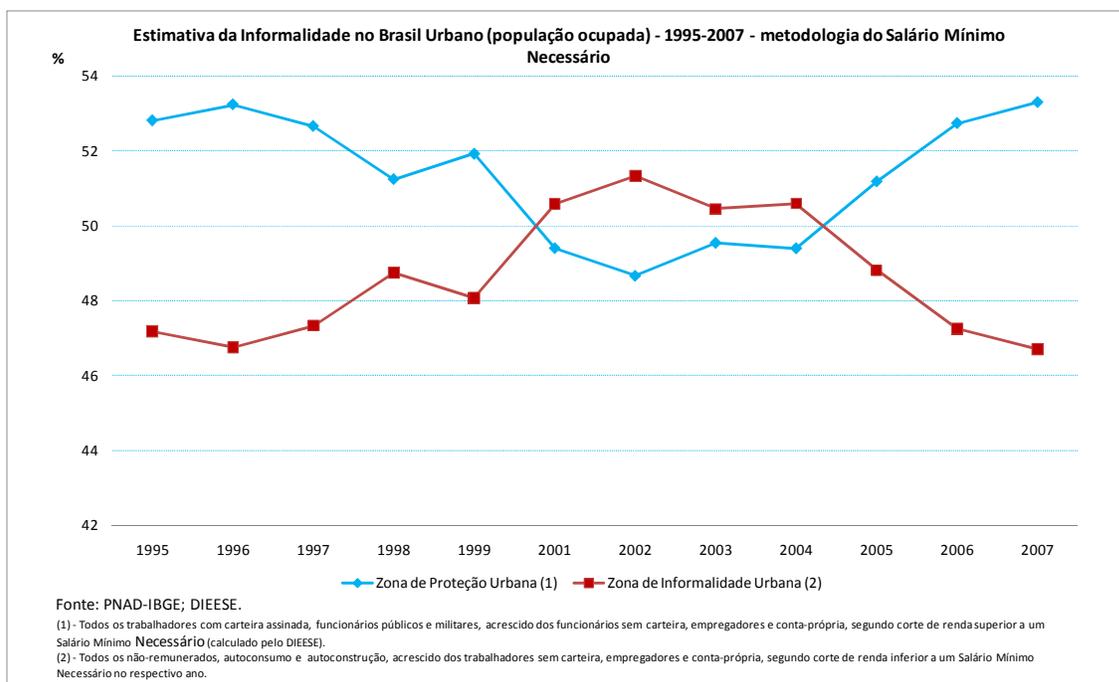
exercício de um modo de vida formal faz parte da metodologia do SMN, este poderia, dentre o processo de informalidade, separar os mais claramente impedidos do exercício das faculdades públicas dos grupos que, por meio de recursos privados, ao menos poderiam exercê-las no mercado. Evidentemente, essa ainda é uma aproximação de grupos que se encontram imbricados no processo de informalidade, e este informal com os modos de vidas formais na sociedade brasileira.

A princípio, de um lado, é necessário salientar que esta metodologia não pode ser aplicada sem fortes mediações para a zona rural. Há clara tendência a superestimar a informalidade ao comparar-se o processo rural segundo parâmetros da vida urbana, dados pelo SMN. De outro, a inclusão do meio rural permite dizer algo sobre o comportamento do setor ao longo do tempo, mais do que simplesmente “medir” o seu tamanho. Por precaução, as informações sintetizadas que serão trazidas a este trabalho são apenas as da parcela urbana da população ocupada; os dados globais referentes às médias nacionais e ao setor rural dessa metodologia podem ser acessados no Anexo. Grosso modo, nota-se que a “zona de proteção”, que congrega o mundo tipicamente moderno, apresenta-se abaixo dos 20% quando observamos os ocupados no Brasil rural. Isso se deve em parte importante à superestimação que o SMN, ao utilizar os padrões de consumo das metrópoles, adiciona ao mundo rural, mas também ao caráter histórico da questão agrária e das bases desestruturadas do trabalho agrícola em que se apoiou o nacional-desenvolvimentismo. Passada a modernização conservadora, o capitalismo selvagem financeiro pouco influenciou na proporção imensa de ocupados em zona de informalidade, na qual os trabalhadores sem carteira, por conta própria e de subsistência ou formas semi-assalariadas aparecem como uma maioria estável dos ocupados. Ainda no anexo, observamos que o período da mudança de regime cambial (1999-2001), que teoricamente favoreceria o setor agro-exportador, foi também um período de expulsão de ocupados da já exígua zona de proteção, principalmente por ter havido empobrecimento relativo dos trabalhadores sem carteira, conta-própria e empregadores, além da redução dos trabalhadores registrados na zona de proteção. O peso do autoconsumo e de não remunerados permanece constante neste período.

No Brasil urbano, observamos uma aceleração importante no período 1999-2001, no sentido de aumento relativo da Zona de Informalidade das populações ocupadas. No plano real, consolidadas as bases do novo modelo de inserção do *Homem Cordial*, a reestruturação da

modernização-conservadora abriu novos campos de ocupação, mas o período de baixo crescimento econômico induziu ao aumento das desigualdades profundas do capitalismo selvagem no mecanismo de empobrecimento das novas ocupações, no geral, e expulsão das ocupações clássicas do nacional-desenvolvimentismo. A proporção de trabalhadores com carteira e funcionários públicos declina constantemente e isso se reflete na mesma tendência no agregado nacional. Associada à queda da renda real dos ocupados no processo de informalidade, observamos no período 1995-2002 uma progressiva informalização dos ocupados, a produção de contingentes expulsos do centro direto da apropriação do excedente social para objetivarem, com sorte, a sobrevivência individual. Este processo, muito mais dramático que o processo de informalidade em si, significou o empobrecimento crescente do mito moderno e reproduziu-se em sinais constantes de desagregação social.

**Gráfico 1 - Estimativa da Informalidade no Brasil Urbano (população ocupada)**



Somente em 2002 esse processo será parcialmente revertido com a mudança relativa das condições de apropriação de excedente, posto que mantidas os traços gerais do capitalismo selvagem financeiro. Uma parte importante desta recuperação vem do próprio crescimento econômico, que aumenta a renda real, mas há uma mudança qualitativa representada pelo aumento proporcionalmente maior dos empregados com carteira assinada (ver anexo), fruto de uma ação institucional do Estado em reduzir a explosão de informalidade da década anterior<sup>70</sup>. Pode-se perceber, ainda, que a tendência de reversão do quadro de informalidade nas ocupações após 2002 esteve presente tanto no Brasil rural e, fundamentalmente no Brasil urbano, este determinante no comportamento geral. Significa que, dentro do processo de informalidade, parte dos trabalhadores foi absorvida pelos novos postos com carteira assinada, e outra parte teve sua renda real incrementada pelo crescimento econômico, assumindo condições mínimas de reprodução cidadã. Ademais, a política de aumento do salário mínimo, reforçada no pós-2002, contribuiu para este incremento de renda real num mecanismo de transmissão entre os salários e rendimentos da zona de proteção e a renda da zona de informalidade.

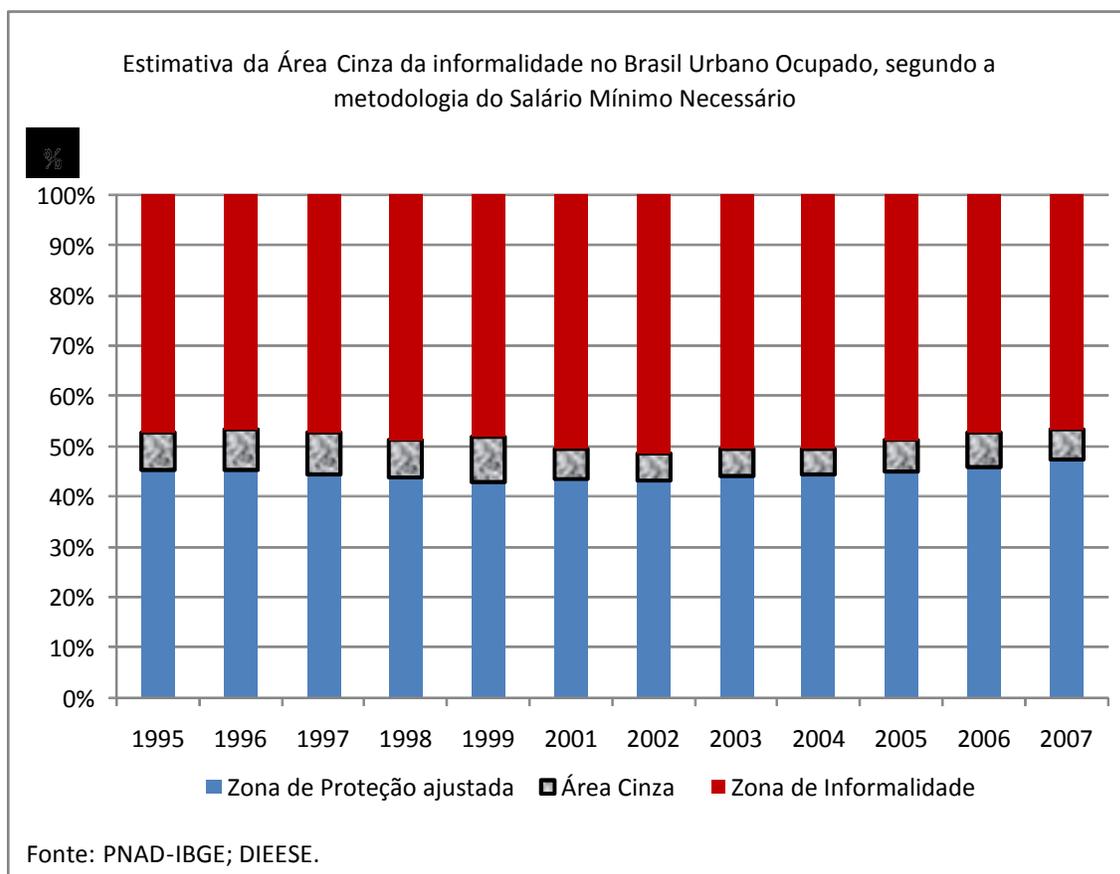
Se ampliarmos a metodologia para desagregar, dentro da zona de proteção, aqueles indivíduos que foram incorporados ao centro dinâmico mediante a renda – e não a posição ocupacional – é possível estabelecer uma zona cinza dentro da zona de proteção, que se aproximaria da informalidade disfarçada. Ou seja, essa metodologia, permite observar o comportamento dos setores integrados da economia informal na zona de proteção, ainda que não seja possível diferenciá-los mais detalhadamente. É notável, pela análise do gráfico abaixo, que a crise cambial de 1998, que foi o auge do crescimento da zona de informalidade, também foi o período de auge da zona cinza, ou seja, onde houve a maior proporção de ocupados informais acessando privadamente a zona de proteção. Logo, o processo de precarização da década de 1990 também o auge da inserção dos setores tradicionalmente integrados na “nova informalidade” (KREIN e PRONI; 2010). De certa maneira, não existisse a variação de renda dos setores

---

<sup>70</sup> Esta ação deliberada do Estado, a partir de inúmeros fatores, como o crescimento econômico com necessidade de recuperação da capacidade tributária da máquina pública, esteve fortemente amparada pela reestruturação da capacidade normativa da justiça do trabalho, desmontada ao longo da década anterior. O crescimento dos processos trabalhistas e o entendimento da justiça de que a terceirização não pressupõe ou justifica a precarização da relação de trabalho, a formalização de contratos deu um salto significativo após este período. Para uma análise dos instrumentos jurídicos utilizados pelo Estado, ver (KREIN *et al.*; 2009).

informais que permitisse a formalização indireta das necessidades, o avanço da informalidade urbana aos fins dos 1990 atingiria níveis extraordinários.

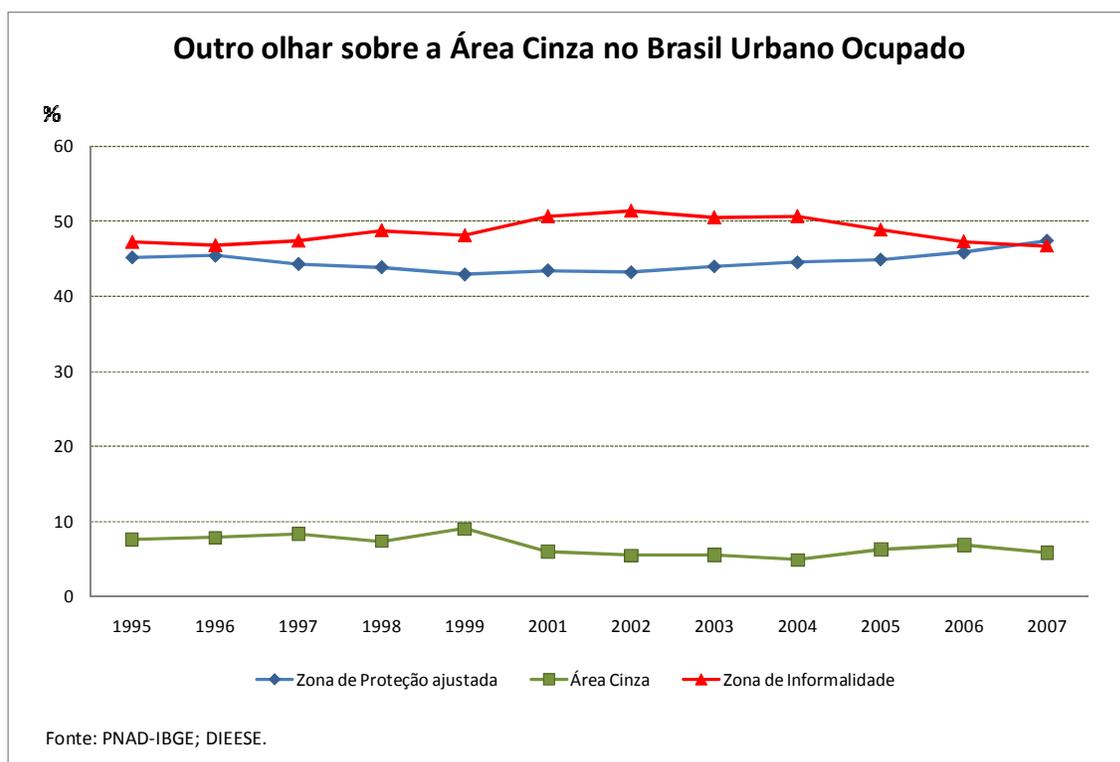
**Gráfico 2 - A Área Cinza da Informalidade no Brasil Urbano Ocupado**



O gráfico seguinte permite observar melhor o comportamento da área cinza, especialmente seu pico nos fins dos anos 1990 e como, a partir de 2000, mesmo com a retomada do crescimento econômico, esta área tem diminuído de intensidade. O mais curioso é que a menor incidência de ocupados informais ascendendo à zona de proteção não foi acompanhada de uma redução desta, pelo contrário, pois o crescimento das ocupações classicamente formais, especialmente os empregados com carteira, foi bastante significativo no período 2004-2007, como se pode consultar no Anexo. Porém, o gráfico 3 mostra uma situação bastante esclarecedor na região urbana, que é a quase simetria na divisão entre zona de proteção e zona de

informalidade, com predominância da última sobre a primeira. Antes de isso levar a conclusões precipitadas de dizer que a economia brasileira seria predominantemente informal, o que interessa neste gráfico é mostrar uma evidência do Processo de Informalidade como uma dimensão conceitual determinante da dinâmica econômica, especialmente sobre os ocupados, para o quais esta metodologia foi desenhada.

**Gráfico 3 - Outro olhar sobre a área cinza da informalidade**



No gráfico 1, a simetria dá lugar à idéia de um “cabo de força” entre as zonas de proteção e de informalidade, que nada mais representa uma evidência da mutualidade arcaico-moderna e, portanto, da necessidade do capitalismo tardio brasileiro não apenas coexistir com as arcaicas de produção, mas incorporá-las, em termos modernos, ao centro da acumulação capitalista. Neste processo está a origem do conceito de informalidade, pois a transição do arcaico para o moderno é feita sem a perda dos referenciais formadoras do poder pessoal e senhorial, da transitoriedade, do privilégio em meio à racionalização. A condição informal, como conceito moderno, está diretamente ligada ao processo ordinário de valorização da riqueza na sua totalidade social. A autonomização da acumulação capitalista no capitalismo tardio passa necessariamente por esse

oculto processo de incorporação do arcaico no moderno e de gênese do conceito contemporâneo da condição informal.

Este momento dinâmico da nova reprodução social do *Homem Cordial* brasileiro não resolveu ou diminuiu a desigualdade profunda do capitalismo selvagem, pois o crescimento econômico, novamente, foi utilizado pela mutualidade arcaico-moderna apenas para dissipar tensões acumuladas pela transição entre o nacional-desenvolvimentismo e o novo paradigma neoliberal. A reconfiguração da modernização conservadora, no entanto, reposicionou igualmente o papel da democracia popular, sempre uma possibilidade aberta pela afirmação progressista do *Homem Cordial*. Esta possibilidade depende de reformas estruturais radicalmente distintas das efetuadas ao longo do novo dinamismo (2002-2007), que, uma vez não realizadas, podem vir a reverter o quadro de aparente melhoria para uma mais ainda profunda selvageria social quando cessar o crescimento econômico e, novamente, desoxigenarem as estruturas criativas da sociedade cordial, dependentes de mobilidade. 2007 parece ser um ano de inflexão no “cabo de força” entre zona de informalidade a favor da zona de proteção. Restaria incorporar a análise dos dados subsequentes, que já estão disponíveis, mas a mudança nos parâmetros de acumulação pela crise financeira sistêmica de 2008, aliada a uma mudança nas ponderações da metodologia na PNAD, inviabilizam a análise contínua neste espaço, pois seria preciso incorporar não apenas os números, mas a lógica do processo de acumulação global pós-2008, cujos fundamentos ainda são incertos. Por ora, o novo tempo, sempre de decisão, dirá se, mais uma vez, a reconfiguração da “fuga para frente”, característico da lógica conservadora, subordinará a redescoberta dos valores progressistas e autênticos da sociedade brasileira.

## **Considerações Finais**

Irônico ou não, o “sentido” de um povo não é o que permanece ao longo do tempo, mas sim o significado, ou lógica, do que muda e se transforma em “novo tempo” presente, fruto do passado e possibilidade de futuro. Um povo sem sentido é um povo sem mudança, e, quem não muda, não possui história: interpretar a fluidez e, por vezes, a desconexão entre sentido e identidades nacionais consiste no principal desafio do pensamento social. A história não é capaz de operar mecanicamente com o tempo; escolher este caminho de categorização das formas sociais no tempo implica anacronismo. Sem o conceito, não é possível observar as diferentes manifestações da categoria ao longo tempo.

A proposta geral deste trabalho buscou olhar para um tema que tradicionalmente foi encarado como uma categoria de um conceito e transformá-lo no próprio conceito. As implicações dessa manobra intelectual são graves, pois traz aquilo que era percebido como circunstância para a idéia de que se trataria de uma condição. Por que assumir tal risco? Certamente, compreender o fenômeno da informalidade como uma ausência de formalidade, partindo de um conceito maior de modernidade universal que, por isso, subordina a cognição entre duas grandes categorias, os integrados e os marginalizados, é uma tarefa muito mais simples para identificar as soluções dos problemas específicos do subdesenvolvimento. Mas seriam úteis estas respostas para a realidade concreta das economias periféricas e do próprio centro da acumulação capitalista? Há um incômodo profundo na observação da história da periferia ocidental, que é a persistência significativa de um mundo com lógica e pressupostos distintos da modernidade universal, cuja teoria convencional levava à percepção de que se trataria de mundos separados, distintos, duais, antagônicos, coexistentes. O incômodo é que não há coexistência de mundos, o mundo é um só, e, por vezes, é espantoso deparar-se com formas profundamente arcaicas de vida criando, dinamicamente, as condições de reprodução do mais moderno dos modernos setores da sociedade, e vice versa. O incômodo maior é que o chamado mundo desenvolvido, às voltas com seu novo padrão pós-fordista, está reencontrando estas categorias pretéritas em plena vida moderna, que antes apenas podiam ser observadas com clareza na periferia pós-colonial.

A condição informal é um conceito que pressupõe a indivisibilidade do Arcaico no Moderno, é um mundo moderno, mas que se formou profundamente enraizado nos pressupostos que muitos acreditavam superados e esquecidos. A aplicação do conceito, no entanto, precisa de mediações com as estruturas históricas de cada sociedade a ser estudada. É um conceito em sua essência não generalizável, pois como não é mais possível compreender a expansão do ocidente por suas tendências racionalistas tipicamente modernas antagônicas às formas arcaicas de existência social, a permanência destas no processo de modernização cria infinitas possibilidades de combinar-se o modo de vida puramente formal, a separação entre o ser público do ser privado, com a condição informal dos modos de vida que persistem, adaptam-se e, fundamentalmente, conferem dinamismo às variedades sociais, para muito além de uma homogeneização em escala global.

A crônica da modernidade é constantemente reinventada pelas questões presentes da história. Nas perguntas feitas pelo passado, o problema estava na extirpação do arcaico, sendo que, quanto maior fosse logrado esse objetivo, maior seria o caráter “civilizado” de tal ou qual sociedade, havendo, portanto, uma cisão fundamental do ser moderno com sua origem anterior. A separação foi funcional às inquietações da época em que o capitalismo expandia-se como uma promessa de plena modernidade, em que a ocidentalização e difusão do modo fordista de produção resolveriam os obstáculos mais evidentes do controle do homem sobre o próprio destino. Nos intestinos desse processo, no entanto, a permanência de modos “rebeldes” de vida mostrou que aquele sistema formalmente representado pela modernidade estava permeado por inúmeras condições concorrentes ou complementares, dentre elas a condição informal. Mais importante, foram estes modos que permitiram novo patamar de racionalização em escala global do processo produtivo, evidentemente sob o custo da reintrodução dinâmica de valores “superados” e “esquecidos” das formas sociais do passado, atualizadas dentro do moderno.

No Brasil-colônia, o tempo não era o tempo das tradições, mas o tempo do tráfico, da feitoria, do imediato. Em pleno século XVII, habitantes das colônias provavelmente tinham um modo de vida comparável ao mais pós-moderno dos adeptos do desconstrutivismo francês contemporâneo. O sentido da colonização, como ensinou Caio Prado, é a antítese do destino da nação. O sentido da feitorização portuguesa da colônia não predestinou esta última a sua independência, mas, para o autor, representou a contradição entre a colonização como negócio e a

colônia como povoamento. Foi, portanto, não o destino da colônia, porém sua dissolução, pela impossibilidade de reprodução do modo colonial, que a levou à independência: a decomposição colonial provocada pela ruptura das elites coloniais com a metrópole colonizadora. No entanto, esse sentido geral organizou o povoamento, a vida material e a social da colônia e gerou a própria dissolução.

Conseqüentemente, a sensação de desterro em nossa própria terra marcou a formação nacional e seu sujeito histórico brasileiro. Não devido à grandeza e exuberância territorial, que parece expulsar o homem de seu controle; nem à ilusão de uma língua unitária, diluída de fato nas infinitas variações populares; tampouco à heterogeneidade estrutural da economia que inviabiliza padrões civilizatórios de renda e consumo: sentimo-nos desterrados por quereremos ser o que jamais poderíamos. O que queríamos já estava aqui, desde sua formação, e transformou-se em solo distinto de seu original: a Europa, o Iluminismo, transplantou-se ao Brasil completamente, porém dando lugar não ao homem das luzes e do espírito, ou ao das trevas e da matéria; mas ao homem do coração, ao “Homem Cordial”. Inconscientemente, entregamos ao mundo essa novidade, produzida no seio da contradição entre uma sociedade em que moderno e o arcaico sintetizaram nossa identidade, por meio de suas tensões. Essa síntese, como bem alerta Sérgio Buarque de Holanda, não induziria julgamento moral sobre cordialidade, mas sim tem esta como organizadora dos laços sociais, indispensável ao entendimento do sentido histórico nacional. É, portanto, causa, e não conseqüência, de nossa identidade: uma síntese original de uma contradição não resolvida.

Raízes do Brasil e o nascimento consciente (o momento de sua formulação escrita) do “Homem Cordial” datam da década de 1930, ou seja, do início da construção nacionalista desenvolvimentista. A obra e sua proposta analítica revolucionaram o pensamento social brasileiro tanto quanto o modernismo a literatura, e sobre as mesmas bases: a identidade brasileira é agora síntese original dos valores europeus na tropicalidade, não como elemento negativo e degenerativo, mas sim como positivo e organizativo. Neste novo campo gravitacional da intelectualidade, fundamentada na contradição entre moderno e arcaico, foi possível a formulação de uma teoria da história não-evolucionista, em que o sentido da nação estaria incognoscível ao destino moderno da Europa, antes sendo particular, somente atingível por

nossas forças: simboliza-se, portanto, o desenvolvimento nacional como “uma coisa só”, por definição alternativo ao receituário do mundo moderno.

O chamado nacional-desenvolvimentismo, que se inicia na década de 1930 e se esgota com a crise de seu financiamento e viabilidade durante toda a década de 1980, fracassa, no entanto, na implementação completa da modernidade, não superando a velha contradição. Antes, produziu uma sociedade arcaico-moderna em que o *Homem Cordial* monetizado sem, no entanto, dispor de meios materiais para agir como “homem burguês”. O “Homem Monetizado Sem Dinheiro”, na expressão de Roberto Schwarz, atualiza a cordialidade no ocaso civilizatório do desenvolvimento nacional; é a nossa antecipada pós-modernidade sem nunca termos sido modernos. A cordialidade em meio à dessocialização hostiliza-se com a República, pois esta última depende de agentes discursantes formais para permitir o exercício da Política, tomando emprestado a formulação clássica de Hannah Arendt. Nessa hostilidade nasceu a idéia, fundamental do desenvolvimentismo, de que as raízes arcaicas poderiam ser extirpadas pela industrialização e modernização.

A mutualidade entre o moderno e o arcaico impede assumir a linha de dois Brasis separados pela linha da inclusão, ou exclusão, social. A natureza da desigualdade no capitalismo selvagem está também relacionada à reprodução da justiça social dos setores integrados, bloqueando intervenções cirúrgicas orientada pela divisão categórica entre formal e informal, excluído e incluído, capitalista e não-capitalista. No entanto, o coração tropicalizado e a Razão fria em meio à modernidade imaginada, mas nunca alcançada, nos trazem a este sentimento de desterro como algo urgente que deve ser superado. A natureza desta superação passa por compreender a profundidade da específica formação nacional, profundidade esta que escapa aos modelos teóricos convencionais, ortodoxos e heterodoxos, escapa à economia, à filosofia, ao direito, e está guardada na mais profunda forma de interpretação do homem sobre seu sentido.

É inevitável, neste momento, mencionar Carlos Drummond de Andrade. Na crítica obra *Claro Enigma*, Drummond expõe um legado perturbador de seu sentido poético no mundo brasileiro. Produto da desilusão ideológica após período de forte engajamento político e artístico no movimento modernista, cujo centro estético foi *A Rosa do Povo*, Drummond desenvolve a figura de um eu-solitário, viajante de Minas Gerais e profundamente marcado pelo pessimismo. O eu poético de Drummond desconstrói, principalmente nos dois últimos poemas “A Máquina do

Mundo” e “Relógio do Rosário”, tanto a tradição clássica quanto a romântica, estas definidas por Hegel como a grande dualidade estética da arte moderna ocidental. Negando o clássico da perfeição estética – mesmo que na forma adote os tercetos decassílabos, ou o soneto alexandrino de “Legado” – e também o romântico centramento do eu, Drummond escolhe permanecer no desencontro de si mesmo para finalmente encontrar o verdadeiro universal na dor, na dor de amar.

A rejeição do perfeito e do “eu em-si” para encontrar o universal na dor constitui o clímax de *Claro Enigma* e é a melhor aproximação disponível sobre a natureza da Condição Informal, pois mostra a impossibilidade da racionalização ocidental completar-se nesta sociedade, ao mesmo tempo em isso é o motor explosivo do autoconhecimento e da criação desta. É a consciência nacional dentro de sua verdadeira e profunda questão: somos nem clássicos, nem românticos, nossa condição é outra.

No “Legado”, poema da mesma obra, Drummond pergunta-se qual seu sentido para o país que a tudo lhe dera. A resposta é avassaladora: do poeta restará a pedra, a mesma pedra que, no meio do caminho, encetara a arte drummondiana de poetizar o mundo. Não só a pedra, mas também o caminho permanecem para, nos poemas seguintes, se confundir ao poeta. Em “A Maquina do Mundo”, a noite funde-se ao eu-solitário do viajante; o legado como consciência de nossa angústia institui seu ato máximo de originalidade quando, na “estrada pedregosa” de Minas Gerais, o poeta nega altivamente o mítico artefato, a ele apresentado quando tudo mais havia se perdido na longa caminhada. Com as “mãos pensas”, descobre a universalidade que nos une: nenhum canto radioso que cative Orfeu, apenas a dor de ser o que é.

O paradoxo da formação nacional que dá sentido a *Claro Enigma*, cujo título já é um oximoro, é que o “poeta da pedra” deixara como legado a pedra e o caminho, transformara-se neles para encontrar o verdadeiro universal de nossa condição. O eu poético sofre da angústia de ser o que é, este elemento subjetivo é a expressão profunda da consciência nacional. Aceitando-a, o enigma finalmente se dissipa em “Relógio do Rosário”: as pombas riscam o céu. Na “estrada pedregosa” de Minas Gerais, como a pedra no meio do caminho, Drummond finalmente encontra seu legado poético, interpretando vivamente a condição original, profundamente humana, mas dolorosa, de nossa formação.

Nesse sentido geral da identidade brasileira, está a Condição Informal como modo de vida de uma parcela surpreendentemente simétrica da população brasileira. As bases que bloqueavam o homem cordial de sua dinâmica explosiva anti-racionalizante foram suprimidas pelas transformações do pós-fordismo que, além de permitir relativa arcaização do processo produtivo – reintroduzindo a dimensão pessoal do trabalhador numa relação perversa de *quase* total subordinação ao tempo do trabalho sobre as fronteiras do tempo livre – resultou na expulsão de contingentes para além do setor industrial, para os serviços, liberando o trabalho da concretude material e, portanto, da concretude da luta contra o capital e da capacidade de regular as relações de produção. A condição informal dos anos 1980 em diante criará um “cabo de força” entre formalização e informalidade, mas isso não deve ser entendido como forças duais ou antagônicas. Deve ser entendido como tal: no cabo, quando uma das forças esvai-se a outra ou desaparece, ou transforma-se radicalmente. No meio dessas forças está uma área cinza de indefinições, cuja parte dela tentou-se demonstrar ao final deste trabalho. Esta área cinza é composta por aquela parte que se dinamizou no processo de difusão desigual do pós-fordismo na sociedade brasileira.

Mas o conteúdo deste setor dinâmico dentro da Condição Informal é residual, é pouca gente. A maioria está sujeita às intempéries da transitoriedade contemporânea sem acesso ao porto seguro da razão substantiva da seguridade social. Por isso essa condição deve ser compreendido como um modo de vida, mas como um problema do subdesenvolvimento. Por impor-se como conceito, porém, a solução do problema está muito além de “formalizar” o informal, sem que isso demande mudanças profundas, estruturais dessa identidade brasileira. Pois formalizar definitivamente o informal é transformar a própria racionalização da formalidade, atribuindo novos sinais à mutualidade arcaico-moderna e, portanto, transformar a condição informal numa condição formal, numa força dinâmica e inclusiva de organicidade social que pressuponha sua afirmação racionalizante e equalizadora, bloqueando a reinvenção do arcaico no seio do moderno. Disso, no entanto, só se poderá dizer quando a passagem para outra razão estiver completa e o eu-poético de Drummond possa afirmar-se positivamente pelo que é.

## **Bibliografia**

ALVES, M. A. "Setor informal" ou trabalho informal? : uma abordagem critica sobre o conceito de informalidade. Campinas, SP : [s.n.], 2001.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana, tradução Roberto Raposo, 10 ed., Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003a.

\_\_\_\_\_. Entre o Passado e o Futuro. Tradução Mauro W. Barbosa, São Paulo: Ed. Perspectiva, 5ª ed., 2003b.

BAUMAN, Zigmunt. Modernidade e Ambivalência. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

\_\_\_\_\_.(2005a) Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

\_\_\_\_\_.(2005b) Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

\_\_\_\_\_. Em busca da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

BARBOSA, A. F. Reconceptualizing the Urban "Informal Sector" in Underdeveloped Countries: An Overview of the Brazilian, Indian and South African Cases GLU Conference, Mumbai, 22-24 February 2009a.

\_\_\_\_\_. De "Setor" para "Economia Informal": Aventuras e Desventuras de um Conceito. Tese de Pós-doutoramento. Mimeo. 2009b

BELLUZZO, L. G. M. Valor e Capitalismo. Campinas: UNICAMP/IE. 1998.

CALIXTRE, A. B. A Condição Informal: reflexões sobre o Processo de Informalidade no Brasil contemporâneo. Campinas-SP [s.n]. 2011.

BRAGA, T. S. Estrutura e dinâmica da ocupação informal na região metropolitana de Salvador : uma análise dos anos 90. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

CACCIAMALI, M. C. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: USP. Instituto de Pesquisas Econômicas. 1983.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações metodológicas para pesquisas de emprego e renda: apreensão do mercado de trabalho em espaços urbanos. In: Encontro Nacional de Economia, 8, Nova Friburgo, 1980. Anais... Pelotas: Aimara. 1980. p. 127-38.

\_\_\_\_\_. Expansão do mercado de trabalho não-regulamentado e setor informal no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 19, p. 25-48. Número especial. 1989

\_\_\_\_\_ [et al]. Desafios da modernização e setor informal urbano: o caso de Brasil in *Oficina regional de la OIT para a America Latina y el Caribe*. Lima: OIT. 1998.

\_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade, Campinas, (14): 153-174, jun. 2000.

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias) in: Revista do Instituto de estudos brasileiros, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89.

CARDOSO, F.H. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, F.H; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO Jr, J. C.; FERNANDES, Suiane. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. Nota técnica IPEA. 2000.

CERQUEIRA, M. B. Os guardiões do tempo sobrevivem a cidade veloz: trabalho informal e saúde : dimensões da exclusão social. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

CARVALHO, J. M. de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. São Paulo: Civilização Brasil. 2001

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONÇALVES, J. R. B. A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898). Tese de doutorado. São Paulo- USP: [s.n]. 1989.

DEDECCA, C. S. Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado. Campinas, SP: UNICAMP/IE. 1999. (Coleção Teses).

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *In* Revista Estudos Econômicos. São Paulo: USP. n. 27 (especial). 1997. pp 65-84.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton University Press. 1990.

\_\_\_\_\_. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford University Press. 1999.

FAGNANI, Eduardo. *Política Social no Brasil (1964-2002): Entre a Cidadania e a Caridade*. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Unicamp. 2005

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo. 1975. v. I e II.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar. 1968.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

FIORI, J. L. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. Coleção de ensaios: Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo. 2007

FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática. 1976.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Ed. Olympio. 19 ed. 1978.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

\_\_\_\_\_. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. 1972

\_\_\_\_\_. *O Subdesenvolvimento Revisitado*, *in Revista Economia e Sociedade*. nº. 1. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. ago./92.

\_\_\_\_\_. *A Superação do Subdesenvolvimento*, *in Revista Economia e Sociedade*. nº. 3. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. dez/94.

\_\_\_\_\_. *O Longo Amanhecer - reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999. 2 ed.

\_\_\_\_\_. Brasil: A Construção Interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

\_\_\_\_\_. Prefácio à Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

\_\_\_\_\_. Em Busca de Novo Modelo - Reflexões Sobre a Crise Contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo *in Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1º edição, 1978

HART, Keith (1973). 'Informal Income Opportunities and Urban Development in Ghana', in *The Journal of Modern African Studies*, v. II, n. I, march.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, São Paulo, 10º edição, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos - o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

\_\_\_\_\_. A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

\_\_\_\_\_. A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

\_\_\_\_\_. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra. 2004.

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1978. 12 ed.

\_\_\_\_\_. Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro: Olympio. 1958.

HENRIQUE, Wilnês. O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. Campinas-SP. Unicamp: tese de doutorado. 1999.

ILO – *International Labor Organization (1972). Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*. Geneva, ILO.

IPEA. O setor informal revisitado: novas evidências e perspectivas de políticas públicas in *Workshop Internacional o Setor Informal Revisitado (1997 : Brasília, DF)*. Brasília : IPEA. 1997.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs). Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B.; NOBRE JR, H. B. A contribuição das instituições públicas na formalização dos contratos de trabalho. Anais XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. 2009.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. *In* Série Trabalho Decente no Brasil: documento de trabalho n° 4. Brasília: OIT. 2010.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 5ª Ed. 1999.

LAMCOMBE, Marcelo. Nelson Rodrigues e a Interpretação Literária do Brasil. Mimeo. 2007.

LENIN, V. I. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism. In Selected Works.* Progress Publishers, 1963, Moscow, Volume 1, pp. 667–766. (versão eletrônica em [www.marxists.org](http://www.marxists.org)).

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. The Manchester School. Maio/1954. (edição eletrônica)

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. col. Estudos Latinoamericanos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 2ª ed.

MARX, Karl, O Capital – crítica da Economia Política, in Os Economistas, tradução Régis Barbosa e Flávio R. Koethe, 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol I e III.

MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense. 1982.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna *in* NOVAIS, F. A. (org). *História a Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 4.

MILHOMEM, A. V. Trabalho Informal: precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. Revista Anhangüera v.4 n.1 jan./dez. p.139-155 2003

- NABUCO, Joaquim. Minha formação. *In Biblioteca Básica Brasileira*. Brasília: Ed UNB. 1963.
- NORONHA, E. G. “Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18 nº. 53.
- NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: (1777-1808). São Paulo: Hucitec. 2001.
- NOVAIS, F. A. (org). História a Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 4.
- \_\_\_\_\_ (1998b). Condições da Privacidade na Colônia. *in* NOVAIS, F.A. (org). *História a Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 1. p. 13-39.
- OLIVEIRA, C. A. B. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. Campinas – SP. Unicamp: tese de doutorado. 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista - o Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003
- POCHMANN, Márcio. A Década dos Mitos. São Paulo: Contexto. 2001.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (orgs). Atlas da Exclusão Social. São Paulo: Cortez. 2004. v. I–IV.
- POLANYI, Karl A Grande Transformação: as origens da nossa época trad. portuguesa, Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO Jr., Caio, Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense. 1996.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- SAMPAIO Jr., P. de A. Entre a Nação e a Barbárie - Os Dilemas do Capitalismo Dependente. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 1999.
- SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização - do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: São Paulo: Record. 2001.

\_\_\_\_\_. O Espaço Dividido. São Paulo: Ed. EDUSP. 2ª Ed. 2004a.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço -Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Ed. EDUSP. 4ª Ed. 2004b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: São Paulo : Record, 2003.

SCHWARZ, Roberto. Seqüências Brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

\_\_\_\_\_. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1977.

\_\_\_\_\_. O nacional por subtração. Folha de São Paulo, 07/06/1986.

SENA, A. L. O trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comercio ambulante de produtos alimentícios. Belém: NAEA. 2002

SETHURAMAN, S. V. The Urban Informal Sector in Developing Countries: Employment, Poverty and Environment. Geneva, OIT. 1981.

SOARES, Sergei; SERVO, L. M. S.; ARBACHE, J, S, A. O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil. IPEA- Texto para discussão n. 843. 2001.

SOUZA, P. R. C. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Unicamp- Campinas: tese de doutoramento. 1980.

\_\_\_\_\_. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1977.

TAVARES, M, C. Ciclo e Crise – o movimento recente de industrialização brasileira. Campinas: Ed Unicamp. 2000.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes. 1997.

TAVARES, M. C. & SERRA, J. (1970) Além da Estagnação. In TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (p. 153-207)

TOYOTA Motor Corporation. The Toyota Production System. Japão. 1992.

TROTSKY, León. História da revolução russa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THEODORO, M. L. As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. IPEA-Brasília: Texto para Discussão n° 762. 2000.

\_\_\_\_\_. O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal. IPEA – Brasília: Texto para Discussão n° 919. 2002

TOKMAN, Victor. De la informalidad a la modernidad. *In* Formación en la economía informal. Montevideú: Boletim Cintefor/OIT n° 155. 2003. pp 9-33.

TOMAZINI, S. T. Emprego informal e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil. Campinas, SP : [s.n.], 1995.

WEBER, MAX. Ciência e política: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo : Cultrix. 1989.

## ANEXO –

**Tabela 2 – Posição na Ocupação (% população ocupada), segundo metodologia do Salário Mínimo Necessário (SMN). 1995-2007. Brasil Urbano e Rural.**

<b>Brasil</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregados com carteira	30,60	31,42	31,14	30,91	30,17	31,89	31,84	32,43	32,49	33,17	34,02	35,43
Militar e funcionário público	6,65	6,76	6,13	6,14	6,14	5,96	5,90	6,11	6,13	5,83	6,08	6,34
Empregados sem carteira (renda > 1 SMN)	0,80	0,92	1,11	0,98	1,80	0,96	0,85	0,80	0,72	1,61	1,10	0,78
Conta própria (renda > 1 SMN)	3,03	3,35	3,44	2,85	3,45	2,25	1,97	2,10	1,74	2,16	2,52	2,27
Empregador (renda > 1 SMN)	2,40	2,21	2,42	2,27	2,33	1,96	1,92	2,00	1,80	1,97	2,42	1,91
<b>Zona de Proteção<sup>71</sup></b>	<b>43,48</b>	<b>44,67</b>	<b>44,23</b>	<b>43,14</b>	<b>43,88</b>	<b>43,02</b>	<b>42,48</b>	<b>43,44</b>	<b>42,89</b>	<b>44,74</b>	<b>46,14</b>	<b>46,73</b>
Empregados sem carteira (renda < 1 SMN)	21,30	21,96	23,58	23,69	23,05	25,31	25,37	24,62	24,94	23,82	24,03	23,57
Conta própria (renda < 1 SMN)	19,14	18,65	17,95	18,89	18,38	18,84	19,08	19,14	19,28	18,41	17,65	17,99
Empregador (renda < 1 SMN)	1,41	1,37	1,21	1,40	1,36	1,77	1,87	1,79	1,97	1,88	1,56	1,53
Não-remunerado, autoconsumo e autoconstrução	14,66	13,36	13,03	12,88	13,34	11,06	11,20	11,01	10,93	11,15	10,63	10,17
<b>Zona de Informalidade<sup>72</sup></b>	<b>56,52</b>	<b>55,33</b>	<b>55,77</b>	<b>56,86</b>	<b>56,12</b>	<b>56,98</b>	<b>57,52</b>	<b>56,56</b>	<b>57,11</b>	<b>55,26</b>	<b>53,86</b>	<b>53,27</b>

<b>Urbana</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregados com carteira	36,90	37,19	36,83	36,44	35,53	36,52	36,36	36,92	37,42	38,13	38,84	40,18
Militar e funcionário público	8,28	8,22	7,46	7,43	7,38	6,92	6,83	7,06	7,11	6,79	6,99	7,26
Empregados sem carteira (renda > 1 SMN)	1,02	1,15	1,38	1,22	2,25	1,15	1,02	0,95	0,87	1,56	1,32	1,06
Conta própria (renda > 1 SMN)	3,67	3,99	4,08	3,43	4,00	2,56	2,23	2,34	1,92	2,47	2,80	2,58
Empregador (renda > 1 SMN)	2,94	2,69	2,91	2,73	2,77	2,25	2,23	2,28	2,08	2,25	2,79	2,22
<b>Zona de Proteção</b>	<b>52,81</b>	<b>53,24</b>	<b>52,66</b>	<b>51,25</b>	<b>51,92</b>	<b>49,40</b>	<b>48,67</b>	<b>49,55</b>	<b>49,40</b>	<b>51,19</b>	<b>52,74</b>	<b>53,30</b>
Empregados sem carteira (renda < 1 SMN)	21,81	22,44	24,33	24,23	23,66	26,09	26,24	25,44	25,85	24,69	24,64	23,87
Conta própria (renda < 1 SMN)	17,35	16,95	16,10	17,32	16,92	17,53	17,80	17,88	17,95	17,15	16,23	16,76
Empregador (renda < 1 SMN)	1,44	1,42	1,23	1,49	1,45	1,79	2,00	1,88	2,07	1,98	1,61	1,59
Não-remunerado, autoconsumo e autoconstrução	6,58	5,96	5,68	5,71	6,05	5,18	5,29	5,26	4,73	4,98	4,78	4,47
<b>Zona de Informalidade</b>	<b>47,19</b>	<b>46,76</b>	<b>47,34</b>	<b>48,75</b>	<b>48,08</b>	<b>50,60</b>	<b>51,33</b>	<b>50,45</b>	<b>50,60</b>	<b>48,81</b>	<b>47,26</b>	<b>46,70</b>

<sup>71</sup> Todos os trabalhadores com carteira assinada, funcionários públicos e militares, acrescido dos funcionários sem carteira, empregadores e conta-própria, segundo corte de renda superior a um Salário Mínimo Necessário (DIEESE) no respectivo ano.

<sup>72</sup> Todos os não-remunerados, autoconsumo e autoconstrução, acrescido dos trabalhadores sem carteira, empregadores e conta-própria, segundo corte de renda inferior a um Salário Mínimo Necessário no respectivo ano.

<b>Rural</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregados com carteira	11,15	12,48	11,94	12,39	12,53	11,15	11,19	11,61	11,68	12,29	12,68	13,65
Militar e funcionário público	1,65	1,96	1,62	1,81	2,05	1,64	1,65	1,70	2,02	1,78	2,01	2,12
Empregados sem carteira (renda > 1 SMN)	0,13	0,17	0,19	0,17	0,32	0,11	0,11	0,10	0,08	1,81	0,16	0,17
Conta própria (renda > 1 SMN)	1,05	1,25	1,28	0,91	1,64	0,87	0,78	1,01	0,98	0,86	1,27	1,34
Empregador (renda > 1 SMN)	0,74	0,63	0,77	0,71	0,88	0,64	0,48	0,69	0,61	0,81	0,78	0,55
<b>Zona de Proteção</b>	<b>14,71</b>	<b>16,48</b>	<b>15,79</b>	<b>15,99</b>	<b>17,42</b>	<b>14,41</b>	<b>14,20</b>	<b>15,11</b>	<b>15,37</b>	<b>17,55</b>	<b>16,89</b>	<b>17,82</b>
Empregados sem carteira (renda < 1 SMN)	19,72	20,36	21,04	21,90	21,02	21,84	21,39	20,84	21,13	20,14	21,32	21,49
Conta própria (renda < 1 SMN)	24,65	24,25	24,18	24,14	23,18	24,71	24,93	24,99	24,86	23,70	23,93	23,14
Empregador (renda < 1 SMN)	1,33	1,20	1,15	1,09	1,05	1,66	1,29	1,38	1,53	1,45	1,33	1,24
Não-remunerado, autoconsumo e autoconstrução	39,59	37,70	37,84	36,88	37,33	37,38	38,18	37,68	37,12	37,15	36,53	36,31
<b>Zona de Informalidade</b>	<b>85,29</b>	<b>83,52</b>	<b>84,21</b>	<b>84,01</b>	<b>82,58</b>	<b>85,59</b>	<b>85,80</b>	<b>84,89</b>	<b>84,63</b>	<b>82,45</b>	<b>83,11</b>	<b>82,18</b>

Fonte: PNAD-IBGE (microdados, elaboração própria) e DIEESE.

**Gráfico 4 - Estimativa da Informalidade no Brasil (população ocupada) Urbano e Rural.**

